



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

CARLOS JOSÉ CRÊSPO SANTOS

PRESENÇA CHINESA NO ENTORNO ESTRATÉGICO BRASILEIRO PÓS 1980:
atuação de ator extrarregional e projeção de poder via controle de recursos naturais

RECIFE

2019

CARLOS JOSÉ CRÊSPO SANTOS

PRESENÇA CHINESA NO ENTORNO ESTRATÉGICO BRASILEIRO PÓS 1980:

atuação de ator extrarregional e projeção de poder via controle de recursos naturais

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Ciência Política.

Área de concentração: Relações Internacionais

Orientador: Prof. Dr. Marcos Aurélio Guedes de Oliveira.

RECIFE

2019

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

S237p Santos, Carlos José Crêspo.

Presença chinesa no entorno estratégico brasileiro pós 1980 : atuação de ator extrarregional e projeção de poder via controle de recursos naturais / Carlos José Crêspo Santos. – 2019.
157 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Aurélio Guedes de Oliveira.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Recife, 2019.
Inclui referências.

1. Ciência Política. 2. Relações internacionais. 3. Brasil – Relações exteriores – China. 4. Recursos naturais – Brasil. 5. Brasil – Segurança nacional. 6. Poder (Ciências sociais). I. Oliveira, Marcos Aurélio Guedes de (Orientador). II. Título.

320 CDD (22. ed.) (BCFCH2020-296)

CARLOS JOSÉ CRÊSPO SANTOS

PRESENÇA CHINESA NO ENTORNO ESTRATÉGICO BRASILEIRO PÓS 1980:

atuação de ator extrarregional e projeção de poder via controle de recursos naturais

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Ciência Política.

Aprovada em 22 de julho de 2019

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcos Aurélio Guedes de Oliveira (Orientador)

Universidade Federal de Pernambuco– UFPE

Prof. Dr. Ricardo Borges Gama Neto (Examinador Interno)

Universidade Federal de Pernambuco– UFPE

Prof. Dr. Marcos Costa Lima (Examinador Interno)

Universidade Federal de Pernambuco– UFPE

Prof. Dr. Filipe Reis Melo (Examinador Externo)

Universidade Estadual da Paraíba - UEPB

Prof. Dr. Jan Marcel de Almeida Freitas Lacerda (Examinador Externo)

Universidade Federal do Tocantins - UFT

*Dedico a minha avó Aurelina, que não pôde
ver o início de tudo isso neste plano mas que,
com certeza, onde quer que esteja, está feliz
em ver a conclusão dessa jornada.*

*À minha amada mãe e, na sua pessoa, a toda
minha família, base de sustentação todas as
vezes que achei que não conseguiria
completar essa missão.*

AGRADECIMENTOS

Toda jornada tem um início e essa começou em um 21 de novembro. Naquela noite, ao mesmo tempo em que tinha a notícia da aprovação no Mestrado (e que desencadearia todo o processo até final desse Doutorado) tinha uma grande notícia ao mesmo em que tive a pior quase ao mesmo tempo, a perda da minha amada Avó.

Naquela noite prometi que dedicaria, como assim o fiz desde a minha Monografia, meus agradecimentos a ela, grande incentivadora junto com minha Mãe e Irmãos nessa difícil, mas engrandecedora vida acadêmica. Na verdade, toda minha família merece os agradecimentos. A vida de um doutorando é repleta de incertezas e agonias, mas é na família que se encontra um porto seguro para descansar entre uma preocupação e outra, entre um prazo prestes a findar e outros apenas começando. A vocês agradeço sempre.

Ao Departamento de Ciência Política da UFPE e todos os seus funcionários, também devemos agradecimentos pois são os que nos guiam – academicamente ou administrativamente – pacientemente ao longo dos anos que logo passam sem que percebamos. A todos estes os meus agradecimentos nas pessoas dos funcionários Daniel Bandeira e Dona Zezinha, sempre prestativos aos nossos infinitos pedidos. E porque não citar a Eveline, famosa operadora do elevador do CFCH, a qual mesmo quando chegávamos cansados ou chateados para mais um dia de aula nos animava com um glorioso bom dia ou uma de suas histórias animadas.

A todos os docentes do Departamento, em especial os Professores Ricardo Borges, Marcos Costa Lima, Gabriela Tarouco e Marcelo Medeiros, meu muito obrigado por ajudar a expandir nossas visões de mundo e mostrar que entender ciência política é entender como se dão as relações do mundo as suas mais diversas vertentes. Destaco também o meu agradecimento especial ao Professor Marcos Guedes, meu orientador do Mestrado e do Doutorado. Sua paciência e orientação foram fundamentais para o engrandecimento da pesquisa ao longo dos anos que se passaram.

Ao Ministério da Defesa e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) os quais, através de parceria com o PPGCP-UFPE, proporcionaram a existência dos Programas Pró-Estratégia e Pró-Defesa, estimulando assim as pesquisas acadêmicas no campo da Segurança e da Defesa nacional graças a participação do Professor Marcos Guedes e a busca deste por engajar seus alunos e orientandos em tão grandiosa empreitada.

Aos meus amigos de viagem “João Pessoa x Recife” - Stephanie, Jan e Gabi - meu muito obrigado por ao longo desses anos termos amadurecido juntos e trocado as mais inúmeras teorias enquanto íamos e vínhamos tantas vezes de nossas aulas e na estrada. Eu realmente cresci muito com vocês e espero que continuemos a crescer, ainda que cada qual na sua linha, sempre aprendendo juntos.

Por fim, agradeço a vida. Cada dia que superamos os desafios cotidianos devem ser creditados a dádiva de viver.

A menos que o Estado seja autossuficiente em fontes para alimentara indústria e a população, ele carecerá de recursos externos. Uma vez que estes recursos estejam ameaçados, a economia nacional pode ser legitimamente securitizada (BUZAN *et alii*, 1998, p. 105).

Buzan (1997), ofereceu, na primeira seção, uma redefinição para segurança energética, a qual passou a ser entendida como um compartilhamento intersubjetivo, entre os sujeitos de uma coletividade, da percepção (e não da presença real) de uma ameaça existencial a um objeto referencial (Estado, nação, empresas, ecossistema, etc.,) desatada pela imposição de obstáculos de variada natureza ao acesso ou extração regular e sustentável (em termos políticos, econômicos, sociais e ambientais) de recursos estratégicos energéticos (SANTOS, 2010).

Se dois homens desejam a mesma coisa, ao mesmo tempo em que é impossível a ela ser gozada por ambos, eles se tornam inimigos. E, no caminho para o seu fim (...), esforçam-se por destruir ou subjugar o outro (FUSER,2017).

RESUMO

Esta tese é resultado da pesquisa sobre a presença de um ator extrarregional no entorno estratégico brasileiro, especificamente a ação da China. O foco do estudo reside na promoção de uma projeção de poder através da aquisição de fontes estratégicas de recursos naturais e suas consequências na capacidade de liderança regional brasileira, bem como na possibilidade de entendimento da questão como uma ameaça à segurança nacional. O espaço geográfico de análise é a América do Sul, já que é a área de entorno de ação imediata do Brasil, além de se tratar de uma das regiões mais ricas em recursos naturais do mundo. Especialmente após os anos 1980, é uma região suscetível a acordos bilaterais que permitem a presença de atores extrarregionais no controle de fontes de recursos naturais. Para tanto, adota-se as contribuições teóricas do Realismo, o conceito de Poder Relacional e a Teoria dos Complexos Regionais de Segurança, com o estabelecimento de variáveis de poder ligadas ao controle de recursos naturais. Isso para explicar que a ação chinesa está diretamente influenciada pela necessidade de manutenção dos altos índices de desenvolvimento econômico e sua necessidade de matérias-primas para atender a demanda dos setores de exploração. São esses interesses nacionais chineses que justificam a projeção chinesa no nosso entorno estratégico. Para entender esse fenômeno, analisou-se o processo de inserção do capital chinês na América do Sul, estudando também os processos de expansão de investimento ocorridos no Chile, Argentina, Peru e Venezuela. A análise qualitativa realizada permitiu confirmar a existência de um pensamento estratégico chinês que alia a necessidade de desenvolvimento econômico e as políticas de defesa nacional como processos interligados, o que amplia o arcabouço do pensamento Realista das Relações Internacionais para compreender essa estratégia geopolítica de presença extrarregional em regiões do mundo. Adota-se as técnicas de pesquisa qualitativas, com as revisões de literatura e estudo de caso, fazendo uma análise histórica e geopolítica sobre o desenvolvimento chinês desde a Ásia até a sua presença na América do Sul, seguido de leitura qualitativa para inferir interpretações com base nos dados de Investimento Estrangeiro Direto (IED) chinês, especialmente pós anos 1980. Ao final da tese, é confirmada a hipótese de que a presença chinesa no entorno estratégico brasileiro aumenta os níveis de insegurança do Brasil quanto aos reais objetivos geopolíticos chineses no controle de recursos naturais.

Palavras-chave: China. Brasil. Entorno estratégico. Recursos naturais.

ABSTRACT

This thesis is the result of research on the presence of an extraregional actor in the Brazilian strategic environment, specifically China's action. The focus of the study is the promotion of a projection of power through the acquisition of strategic sources of natural resources and their consequences in the Brazilian regional leadership capacity, as well as in the possibility of understanding the issue as a threat to national security. The geographic space of analysis is South America, since it is the immediate area of action of Brazil, in addition to being one of the richest regions in natural resources in the world. Especially after the 1980s, it is a region susceptible to bilateral agreements that allow the presence of extraregional actors in the control of natural resource sources. For this, we adopt the theoretical contributions of Realism, the concept of Relational Power and Complex Theory With the establishment of power variables linked to the control of natural resources. This is to explain that Chinese stocks are directly influenced by the need to maintain high economic development indices and their need for raw materials to meet the demand of the exploration sectors. It is these Chinese national interests that justify the Chinese projection in our strategic environment. To understand this phenomenon, we analyze the process of insertion of Chinese capital in South America, also studying the processes of investment expansion in Chile, Argentina, Peru and Venezuela. The qualitative analysis made it possible to confirm the existence of a Chinese strategic thinking that combines the need for economic development and national defense policies as interconnected processes, which broadens the framework of Realist International Relations thinking to understand this geopolitical strategy of extraregional presence in regions of the world. It adopts qualitative research techniques, with literature reviews and case studies, making a historical and geopolitical analysis of Chinese development from Asia to its presence in South America, followed by qualitative reading to infer interpretations based on (FDI), especially after the 1980s. At the end of the thesis, the hypothesis is confirmed that the Chinese presence in the Brazilian strategic environment increases the levels of Brazil's insecurity regarding the real Chinese geopolitical objectives in the control of natural resources.

Keywords: China. Brazil. Strategic environment. Natural resources.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|--|-----|
| Figura 1 – Alcance mundial da China..... | 66 |
| Figura 2 – Evolução do IED Chinês pelo mundo..... | 68 |
| Figura 3 – A presença chinesa na América Latina..... | 91 |
| Figura 4 – Relações entre o nível global e regional e a sequência de penetração em RSCs..... | 95 |
| Figura 5 – Subáreas e Arcos do Complexo Regional de Segurança da América do Sul..... | 97 |
| Gráfico 1 – Evolução do PIB Chinês nos últimos 30 anos (em bilhões de US\$)..... | 78 |
| Quadro 1 – Acordos bilaterais no entorno estratégico brasileiro..... | 105 |

LISTA DE SIGLAS

| | |
|----------|---|
| BM | Banco Mundial |
| BRICS | acrônimo que se refere aos países membros fundadores (o grupo BRICS: Brasil, Rússia, Índia e China) com a inclusão da África do Sul |
| CDS | Conselho de Segurança |
| CIA | Central Intelligence Agency |
| CNOOC | China National Offshore Oil Company |
| CNPC | China National Petroleum Corporation |
| CPRM | Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais |
| CRS | Complexo Regional de Segurança |
| END | Estratégia Nacional de Defesa |
| EUA | Estados Unidos da América |
| FMI | Fundo Monetário Internacional |
| IED | Investimento Estrangeiro Direto |
| IPEA | Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas |
| MERCOSUL | Mercado Comum do Sul |
| OMC | Organização Mundial do Comércio |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| OOPC | Oxy Occidental Petroleum Corporation |
| PCC | Partido Comunista Chinês |
| PND | Política Nacional de Defesa |
| RPC | República Popular da China |
| SG | Grid Corporation |
| SIPRI | Stockholm International Peace Research Institute |
| UNASUL | União das Nações Sul-Americanas |
| URSS | União das Repúblicas Socialistas Soviéticas |

SUMÁRIO

| | | |
|----------|---|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO | 14 |
| 1.1 | O CONTEXTO DA PESQUISA..... | 17 |
| 1.2 | RECURSOS NATURAIS, ATORES EXTRARREGIONAIS E O REALISMO: DISSERTANDO SOBRE PODER E SEGURANÇA NACIONAL..... | 18 |
| 1.3 | A PERGUNTA E A HIPÓTESE..... | 23 |
| 1.4 | A ABORDAGEM METODOLÓGICA DA PESQUISA | 23 |
| 1.5 | OS CAPÍTULOS | 26 |
| 2 | UMA LEITURA GEOPOLÍTICA E TEÓRICA ENTRE PODER E RECURSOS NATURAIS | 29 |
| 2.1 | RELACIONANDO PODER E RECURSOS NATURAIS | 34 |
| 2.2 | DISPUTAS POR RECURSOS NATURAIS: UMA LEITURA TEÓRICA E EXPLICATIVA SOBRE ATORES EXTRARREGIONAIS, RECURSOS NATURAIS E REALISMO | 36 |
| 2.3 | REALISMO, RECURSOS NATURAIS E DEFESA | 47 |
| 2.4 | AMÉRICA DO SUL, ENTORNO ESTRATÉGICO E RECURSOS NATURAIS: NOVO ESPAÇO VITAL CHINÊS?..... | 59 |
| 2.5 | PROJEÇÃO EXTRARREGIONAL CHINESA E A TEORIA DOS COMPLEXOS REGIONAIS DE SEGURANÇA..... | 64 |
| 2.6 | PRESENÇA CHINESA E A TEORIA DOS COMPLEXOS REGIONAIS DE SEGURANÇA: RELEITURA FRENTE À FALTA DE PROTAGONISMO BRASILEIRO | 71 |
| 3 | AS REFORMAS ESTRUTURANTES E A ASCENÇÃO SILENCIOSA DA CHINA: DA ÁSIA PARA O ENTORNO ESTRATÉGICO BRASILEIRO..... | 76 |
| 3.1 | AS REFORMAS ESTRUTURANTES DE DENG XIAOPING E O NASCIMENTO DA CHINA MODERNA: ESTRATÉGIA DE REDUÇÃO DE VULNERABILIDADES | 80 |
| 3.2 | PROJEÇÃO DE PODER E A BUSCA POR ASCENSÃO GLOBAL: A IMPORTÂNCIA DOS RECURSOS NATURAIS PARA A NOVÍSSIMA CHINA..... | 84 |
| 3.3 | A DIPLOMACIA DE ENERGIA PESADA: ENTORNO ESTRATÉGICO BRASILEIRO, RECURSOS NATURAIS E UMA RELAÇÃO DE ASSIMETRIA | 92 |

| | | |
|--------------|---|------------|
| 3.3.1 | Relação China x Chile | 99 |
| 3.3.2 | Relação bilateral China x Argentina | 100 |
| 3.3.3 | Relação China x Peru | 102 |
| 3.3.4 | China e o petróleo venezuelano | 103 |
| 4 | PRESENÇA CHINESA NO ENTORNO ESTRATÉGICO BRASILEIRO: OPORTUNIDADE OU AMEAÇA? | 107 |
| 4.1 | ENTORNO ESTRATÉGICO BRASILEIRO: CONCEITUAÇÃO E IMPORTÂNCIA DA EXPANSÃO DO SIGNIFICADO | 108 |
| 4.2 | A ESTRATÉGIA MILITAR DA CHINA O LIVRO BRANCO DE DEFESA DA CHINA E O EQUILÍBRIO DE PODER..... | 110 |
| 4.3 | UMA AMEAÇA À GRANDE ESTRATÉGIA DO BRASIL PARA O ENTORNO?..... | 118 |
| 4.4 | INVESTIMENTOS CHINESES EM PRODUÇÃO DE MATÉRIA-PRIMA: PARCEIRO OU CONCORRENTE?..... | 123 |
| 4.5 | AMEAÇA OU PARCERIA ECONÔMICA: O DILEMA DE SEGURANÇA, OS RECURSOS E A INDÚSTRIA DE DEFESA | 132 |
| 4.6 | O PROCESSO DE PERDA DE ESPAÇO BRASILEIRO NO ENTORNO ESTRATÉGICO | 136 |
| 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 139 |
| | REFERÊNCIAS | 144 |

1 INTRODUÇÃO

De acordo com a Organização das Nações Unidas (2013), 40% de todos os conflitos ocorridos nos últimos 60 anos estão associados a recursos naturais¹. Esse dado aponta para um cenário histórico que, por si, demonstra a importância do controle e do acesso a recursos naturais para os Estados como um elemento fundamental em um processo de projeção de poder, construção de relações de liderança, sobrevivência e posse de áreas estratégicas.

Dessa forma, uma breve análise dos fatores que influenciam a política internacional leva ao entendimento sobre a possibilidade do uso de recursos naturais como arma política. Desde conflitos mais antigos na história clássica, como as disputas por água ou terras férteis (alguns dos quais se replicam até hoje) até a atualidade, especialmente os hidrocarbonetos (petróleo e gás natural), devido ao papel ímpar que possuem no desenvolvimento do capitalismo e por sua distribuição geográfica ampla (SENHORAS; NETO, 2009).

É importante, antes de desenvolver uma pesquisa em si, que se destaque a conceituação de termos fundamentais dentro da pesquisa, principalmente os conceitos de poder presentes na Ciência Política, que possivelmente é o mais importante em toda essa área de conhecimento (KAPLAN, 1950). Considerando a busca constante dos Estados pelo poder na política internacional, em uma visão da Teoria Realista das Relações Internacionais de Mearsheimer (2001, p. 57): “o poder, como o defino, não representa nada além de recursos específicos ou recursos materiais que estão disponíveis para o Estado” (MEARSHEIMER, 2001, p. 57). O poder é a grande questão de seus estudos, podendo esse ser compreendido como a soma das capacidades (econômicas, políticas, militares, tecnológicas, dentre outras), chegando à conclusão mútua de que a busca por mais poder é o fim último das nações. No caso aqui pesquisado, visualiza-se como minerais estratégicos brasileiros e de seu entorno alimentaram a projeção de poder chinesa.

Outro autor importante que trabalha análise de poder é a contida na obra de David Baldwin (1979; 2013; 2016) quando sistematiza, após aperfeiçoar o pensamento de Robert Dahl (1957), que o “poder é, portanto, causalidade, é um resultado a ser buscado por uma grande variedade de meios”. Essa visão trouxe uma nova ótica sobre o poder em uma relação causal em que o comportamento ou ação de um ator ação em outro ator, em um processo denominado de poder relacional.

¹ Ver mais em: “ONU: 40% dos conflitos armados estão relacionados a recursos naturais”. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/onu-40-de-todos-os-conflitos-internos-dos-ultimos-60-anos-estao-associados-a-recursos-naturais/>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

O próprio Baldwin (2013), acompanhando os pensamentos de Carr (2001), é um crítico aos escritos anteriores da Política internacional e suas contribuições teóricas, pois eram baseados diretamente em um conceito de poder que “combinava elementos psicológicos, econômicos e militares”. Destaca que é importante entender que projetar poder também é realizada por meios econômicos e militares, pois são variáveis fundamentais ao processo. Assim, poder é, portanto, causalidade, é “um resultado a ser buscado por uma grande variedade de meios” (BALDWIN, 2016; BRAVO, 2017, p.14), extrapolando a esfera militar de influência e englobando diversas outras facetas dentro das análises de poder.

Embora seja frequentemente útil distinguir entre termos de poder tais como poder, influência, controle, coerção, força, persuasão, dissuasão, compacidade, indução e assim por diante, é possível identificar elementos comuns subjacentes a todos esses termos. Robert A. Dahl (1957) sugeriu que a maioria subjacente tais termos é a noção básica intuitiva de causar (ou ter a capacidade de causar) B para fazer algo que B de outra forma não faria. (Na discussão que se segue, 'A' se refere ao ator tendo ou exercendo influência; enquanto 'B' refere-se ao ator sendo, ou potencialmente sendo influenciado.) Embora tenha muitas definições de poder, nenhuma delas rivaliza com essa aceitação generalizada (BALDWIN, 2012, p.1).

Em se tratando da correlação entre poder e recursos naturais, tem-se que, dentro dos estudos de conflitos, há a prática de aquisição e controle de fontes de recursos naturais através de relações comerciais. É o caso em análise dos acordos feitos entre a China, projetando-se como ator extrarregional, e os países do entorno estratégico brasileiro imediato. Esse entorno é o espaço geográfico e geopolítico da região da América do Sul. Ao logo desta tese, procura-se confirmar que isso afeta a capacidade do Brasil projetar poder regional, dada a ocorrência de um processo que incide diretamente na aptidão de influenciar os Estados do entorno estratégico do país.

Nesse sentido, a presente tese visa, através do estudo de caso, demonstrar que a política de presença da China como ator extrarregional no entorno estratégico brasileiro, por meio de estratégias de aquisição e controle de fontes de recursos naturais no entorno estratégico brasileiro, envolve uma estratégia de poder relacional que afeta o comportamento dos Estados em nosso entorno estratégico e diminui a capacidade de liderança regional brasileira em sua área de influência imediata. Assim, defende-se o estabelecimento da necessidade de visualizar essa questão sob a ótica de defesa, fato que não consta em nenhum dos documentos norteadores da Defesa Nacional do Brasil².

Outro documento utilizado como fonte primária foi o Livro Branco de Defesa Nacional (2016), apesar de também não citar diretamente a China nesse contexto.

²Plano Nacional de Defesa (PND), Estratégia Nacional de Defesa (END) e Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN).

Considerando a importância do entorno estratégico para a defesa nacional, o LBDN (2016) afirma que é preciso incrementar a capacidade expedicionária, com foco na presteza e na permanência, desenvolvendo e mantendo a capacidade de atuar em sua área de interesse estratégico, definida pelo seu entorno estratégico, para a defesa da soberania e dos interesses do Estado Brasileiro e que tem seu entendimento de amplitude geográfica oficializado, deixando claro o reconhecimento da importância dessa região geográfica para o país.

Sobre isso, sem desconsiderar a esfera global, a Política Nacional de Defesa (2016) estabelece como área de interesse prioritário o entorno estratégico brasileiro, que inclui a América do Sul, o Atlântico Sul, os países da costa ocidental africana e a Antártica. Em termos geopolíticos, é a área imediata na qual o Brasil deve dar prioridade em suas estratégias. De acordo com o Plano Nacional de Defesa (PND):

A América do Sul é o ambiente regional no qual o Brasil se insere. Buscando aprofundar seus laços de cooperação, o País visualiza um entorno estratégico que extrapola a região sul-americana e inclui o Atlântico Sul e os países limítrofes da África, assim como a Antártica. Ao Norte, a proximidade do mar do Caribe impõe que se dê crescente atenção a essa região (PND, 2012, p.4).

Ainda nessa seara, apesar de não haver menção direta à China na Estratégia Nacional de Defesa (2016) e nem na Política Nacional de Defesa (2016), o Livro Branco de Defesa Nacional (2016)³ ratifica o reconhecimento da posição chinesa como um polo de poder internacional contemporâneo, destacando a sua posição como 4º maior exportador de armas do mundo. Além de ser o segundo país que mais teve orçamento para defesa no ano de 2015 (perdendo apenas para os EUA), acrescido um aumento de mais de 200% nos investimentos em um período de dez anos e o que mostra seu interesse em aumentar seu poderio militar.

Dessa forma, entender a evolução dos investimentos estratégicos globais da China junto à estratégia de presença extrarregional e a aquisição de fontes de recursos naturais na América do Sul se mostra um estudo de importância para as pesquisas sobre política e projeção de poder de um ator extrarregional. Há o intuito de apresentar possíveis explicações e justificativas quanto ao grau de projeção de poder que tais estratégias podem gerar para esse ator e a subsequente perda de poder para os países da região. Para Carr (2011, p.188): “política internacional é sempre política de poder, pois é impossível eliminar o poder da política”.

³ O LBDN, a PND e a END foram encaminhadas para apreciação do Congresso Nacional, em novembro de 2016, em cumprimento ao previsto na Lei Complementar (LC) nº 97/1999, alterada pela LC nº 136/2010, correspondentes ao período 2017/2020. Ver mais em: <<https://www.defesa.gov.br/noticias/29093-minutas-do-livro-branco-da-pnd-e-da-end-estao-disponiveis-para-leitura>>.

Portanto, estuda-se um cenário de corrida por recursos naturais e o seu poder (KEOHANE; NYE, 2011) e que, nesta tese, observa-se na ação da China em desenvolver políticas de presença extrarregional e controle de recursos naturais de outras regiões do mundo, especialmente no entorno estratégico do Brasil dentro de uma estratégia desenvolvida ao longo do século XX, semelhante à ocorrida na África.

1.1 O CONTEXTO DA PESQUISA

Considerando o processo de transformação da China em grande polo manufatureiro global, especialmente após as Reformas Estruturantes de Mao TseTung (1893-1976)⁴, a importação de matérias-primas para esse parque industrial se reflete nas políticas adotadas pela China como, por exemplo, a entrada em 2001 na Organização Mundial do Comércio (OMC). Fator esse que incidiu diretamente em grandes ofensivas comerciais e acordos bilaterais de cooperação, em especial na América do Sul e na África, tornando-se fonte de financiamento de projetos em grande parte dos Estados signatários.

Deve-se levar em conta que muitos desses investimentos chineses, em particular na América do Sul, têm relacionamento direto com os seus interesses estratégicos de médio e longo prazo (DOSCH, 2015), como, por exemplo, o abastecimento de recursos naturais, com vistas à segurança energética do país. Essa relação foi aprofundada principalmente na última década devido aos investimentos, aquisições e fusões financiadas com capital chinês e visando criar um “um motor para garantir o abastecimento de petróleo para a China” (HONGBO, 2014). Ao analisar esses investimentos, esta pesquisa se deparou com a busca pela aquisição e controle de recursos naturais como constituinte da principal estratégia do Investimento Estrangeiro Direto (IED)⁵ chinês mediante a mais de 90% dele ser aplicado em recursos naturais e indústrias de base.

Isto posto, tem-se que o continente sul-americano tem sido alvo de altos investimentos chineses, especialmente o Brasil e seu entorno estratégico. Nessa disputa global para ser a maior economia, China e EUA têm desenvolvido as mais variadas formas e estratégias de ação. Foi com essa estratégia de Investimento Estrangeiro Direto que a China se tornou a

⁴ Considerado fundador da República Popular da China, foi Secretário Geral do Partido Comunista Chinês (e conseqüentemente liderou a China) entre 1949 e 1976, ano da sua morte.

⁵ Investimento estrangeiro direto (IED) é todo aporte de dinheiro vindo do exterior que é aplicado na estrutura produtiva doméstica de um país, isto é, na forma de participação acionária em empresas já existentes ou na criação de novas empresas. Esse tipo de investimento é o mais interessante porque os recursos entram no país, ficam por longo tempo e ajudam a aumentar a capacidade de produção, ao contrário do investimento especulativo, que chega em um dia, passa pelo mercado financeiro e sai a qualquer momento (IPEA, 2006).

maior parceira econômica e investidora na América do Sul, com um aumento de mais de 2.400% dos investimentos entre os anos 2000 e 2013⁶, ultrapassando os EUA em 2017⁷, até então ocupante dessa posição.

Toda essa estrutura estatal reflete a necessidade de buscar, cada vez mais, garantias de segurança energética e crescimento econômico sustentável, alvo principal da agenda internacional chinesa no sentido de diversificar fontes de acesso a recursos naturais. Entendendo esse fato, esta pesquisa pode compreender o porquê de cerca de 86% do IED chinês na América do Sul, durante o período de 1990-2010, terem sido direcionados para os setores de energia e de recursos naturais (MEDEIROS; CINTRA, 2015).

A pesquisa assim procura se situar em uma linha temporal contínua e lógica, iniciando-se com uma leitura histórica a partir de 1979, ano em que Deng Xiaoping (1904-1997)⁸ inicia o planejamento das reformas estruturais da China, mas focando em um recorte temporal a partir dos anos 1980, quando a China inicia seu processo de abertura ao mundo até a atualidade, com objetivo de apresentar dados e análises mais contemporâneos; Mesmo que essas ações estratégicas chinesas sejam frutos do passado, refletem na contemporaneidade e abordaram temas como a necessidade de investir em defesa e segurança por conta de ameaças externas, descobertas de petróleo e a presença de atores extrarregionais no Atlântico Sul (OLIVEIRA, 2016)⁹.

1.2 RECURSOS NATURAIS, ATORES EXTRARREGIONAIS E O REALISMO: DISSERTANDO SOBRE PODER E SEGURANÇA NACIONAL

Uma tese que aborde projeção de poder, estudos estratégicos e recursos naturais tem que estar lastreada por uma literatura vasta que trate de uma análise da política internacional e auxilie o pesquisador a traçar uma intersecção entre essas temáticas. Também por se tratar de uma aplicação desses aspectos em um caso prático, que é o estudo de caso da presença extrarregional chinesa no entorno estratégico brasileiro.

⁶ Ver mais em: <<https://www.comexdobrasil.com/maior-parceiro-comercial-e-investidor-china-fortalece-sua-influencia-na-america-latina/>>. Acesso em 10 abr. 2018.

⁷ Para saber mais: < <http://www.brasil.gov.br/noticias/economia-e-financas/2018/02/china-se-destaca-como-principal-parceiro-comercial-do-brasil-em-2017>>.

⁸ Sucessor de Mao TseTung, Deng Xiaoping ascendeu ao poder como sucessor de Mao TseTung na Terceira Sessão Plenária do XI Comitê Central do Partido Comunista Chinês realizada em dezembro de 1978 e liderou a China entre 1979 e 1990.

⁹Ver mais em “ZOPACAS - 30 anos e suas potencialidades no futuro”. Disponível em: <<http://www.defesanet.com.br/africa/noticia/23964/ZOPACAS---30-anos-e-suas-potencialidades-no-futuro-/>>. Acesso em 10 mai. 2018.

Dessa forma, para esta tese, é necessário abordar questões primordiais, especialmente as relativas à presença de capital chinês em território sul-americano e suas consequências, pois são partes do desenho principal dessa pesquisa. Questões essas que são: 1) o processo de construção de projeção chinesa para o mundo; 2) a relação comercial entre China e países do entorno estratégico brasileiro no comércio de recursos naturais; 3) o processo de desenvolvimento chinês a partir dos anos 1980 e a sua ligação com minerais estratégicos; 4) a participação do Brasil nesse processo; e, por fim, quais as consequências desse processo de expansão chinês para regiões do mundo, de modo a entender os objetivos geopolíticos da ação chinesa na América do Sul.

De acordo com Hongbo (2014, p.3),

Em particular, os países da América do Sul deram-lhe maior importância estratégica, tanto econômica quanto politicamente, devido ao crescimento do poder da China na arena internacional. O interesse da China na América Latina é buscar recursos naturais para o crescimento interno sustentável, bem como apoio externo para a formação do mundo multipolar.

Há, portanto, um vasto debate sobre o processo de desenvolvimento chinês na academia e, como se faz necessário que o pesquisador defina seu marco teórico principal, a presente pesquisa adota como expoentes e arcabouço da perspectiva Realista das Relações Internacionais, especialmente a literatura de Hans Morgenthau (2003)¹⁰ e de Poder Relacional com Robert Dahl (1957). A perspectiva realista abarca os realismos clássico, neoclássico e neorealismo. Em complemento, utiliza-se a Teoria dos Complexos Regionais de Segurança de Buzan e Waever (2003), que servirá para entender a necessidade de securitização da questão frente ao Complexo Regional de Segurança Sul-americano e a subsequente presença de uma potência extrarregional.

Há também uma revisão teórica que aponta a existência de uma dinâmica do sistema internacional na qual o núcleo de países capitalistas do Norte explora os Estados periféricos do Sul por meio da extração de suas matérias-primas baratas, da exploração da sua força de trabalho e de uma estrutura de comércio desigual (FRANK, 1978), o que de fato se observa, haja vista que:

[...] a extração de matérias-primas das regiões periféricas em benefício dos capitalistas dos países centrais – um dos traços definidores do imperialismo – acompanha a evolução do capitalismo desde os seus primórdios, no século XVI, até a atualidade. No ponto de vista de Foster, o controle informal dos recursos da periferia do sistema, obtido “não só por meio de políticas do Estado, mas também de

¹⁰O Realismo, como se pode auferir, está vinculado ao entendimento do poder como posse, propriedade ou recursos que um estado ou ator pode deter (BRAVO, 2017, p.15).

ações de corporações empresariais e de mecanismos de mercado, finanças e investimento”, é tão efetivo quanto a dominação política formal exercida na época do colonialismo (FUSER, 2014, p 9).

Contudo, a ação chinesa diferencia-se por seu um país periférico ou em desenvolvimento, mesmo que em franca ascensão econômica como polo mundial, vem agindo em benefício de outros atores periféricos no controle dos seus recursos. É a reprodução do modelo dos países centrais capitalistas por um país periférico de economia mista, ou economia socialista de mercado.

Nesse contexto de controle de recursos de países periféricos, o desenho de ação geopolítica chinesa é destacado em seu Livro Branco de Defesa (2015) quando afirma que mudanças profundas estão ocorrendo na conjuntura internacional, tal qual como as que se manifestam nas históricas mudanças no equilíbrio de poder¹¹¹², na estrutura de governança, na paisagem geoestratégica Ásia-Pacífico e na concorrência internacional na área econômica, científica, tecnológica e militar (CHINESE DEFENSE WHITE PAPER, 2015, p. 4, tradução nossa). Por isso, suscitaria o desenvolvimento ou manutenção de estratégias de projeção de poder extrarregião no entendimento de poder como posse e controle em outras áreas geográfica do mundo, principalmente aquelas vulneráveis aos anseios de países mais poderosos.

Faz-se necessário, antes disso, distinguir que aspectos a presente tese toma como base nas correntes de análise Realista das Relações Internacionais, com preceitos clássicos visando: 1) os Estados se manterem no sistema anárquico interagindo com atores estatais ou não, mas com primazia dos primeiros; e 2) os Estados se diferem no sistema internacional por suas capacidades e, através do auto-interesse, objetivam projetar poder. De acordo com Morgenthau (2003), a busca pelo poder é uma ação que é implementada em conjunto com leis objetivas, interesses nacionais, ações políticas e aspirações dos Estados em um ambiente competitivo ao extremo (anarquia internacional) e visando o fortalecimento de seus poderes em paralelo ao enfraquecimento dos Estados adversários (jogo de soma zero). Para o caso de análise desta pesquisa, a projeção extrarregional de poder chinês no entorno estratégico do Brasil ocorre em detrimento da diminuição da liderança nacional desse país na região.

¹¹ De acordo com Waltz (1979) o equilíbrio de poder ou a balança de poder é um atributo do sistema que ocorrerá quer as unidades queiram ou não. Dada a percepção de que o Estado é um ator racional, egoísta e que, no limite, busca sua sobrevivência, estes invariavelmente interagem no ambiente conflitivo das relações internacionais. O resultado dessa interação é a tendência ao equilíbrio.

¹² Mearsheimer (2001), no que se refere a equilíbrio de poder e a afirmação de que quando uma potência se destaca mais do que as outras na balança de poder no sistema internacional, diz que haverá um esforço para o retorno do equilíbrio.

Ao construir esse desenho inicial de pesquisa, depara-se com múltiplas óticas acerca do que englobaria o conceito de poder. De acordo com Baldwin (2013) e Bravo (2017), o poder é um conceito distante de consensos, apesar do grande avanço da produção científica nos últimos 50 anos. Sobreviver vai ser condição *sine qua non* para direcionar as ações dos Estados e suas respectivas aspirações (WALTZ, 1979). É nesse contexto que esta tese também trabalha com uma subdivisão do conceito de poder desenvolvida por David Baldwin (2013), já que entende o poder como: relacional e como recursos ou poder nacional. Esses conceitualizados aqui e que serão mais profundamente trabalhados no Capítulo 2.

Ressalta Bravo que:

O poder enquanto recursos recebe maior atenção por parte dos atores e dos cientistas, sobretudo o poder militar, ainda que em muitos casos, a depender do contexto e das dimensões do poder, este aspecto possa ser de fato menos efetivo. Na Teoria Realista, a título de exemplo, há em aberto o debate interno sobre o objetivo a ser maximizado, o poder ou a segurança (BRAVO, 2017, p. 17).

Nessa mesma linha de análise de poder correlacionado à posse de recursos naturais, deve-se observar a distribuição da capacidade dos Estados como fator fundamental para o desenho do sistema internacional. Isto posto, é um importante aspecto para explicar o fenômeno de expansão chinesa rumo a América do Sul, como principal parceiro econômico de vários Estados, especialmente pós anos 1990, mas com anseios geopolíticos e estratégicos para o domínio de recursos naturais dessa região.

Hongbo (2014) destaca que as relações entre a China e a América do Sul tiveram implicações mais estratégicas na atual transição do poder político e econômico internacional, em particular, suas ligações energéticas testemunharam grandes avanços na cooperação entre as indústrias de petróleo e gás. Controlar fontes de recursos naturais estratégicos agrega projeção de poder porque dá aos seus controladores a capacidade também de controle de seus derivados no mercado. Logo, quem é consumidor depende da importação do recurso ou terá seu parque industrial (nesse caso principalmente o tecnológico e de defesa) diretamente afetado. Esse será o elo entre a teoria escolhida para a tese e o objeto de estudo, o processo de presença extrarregional chinesa no entorno estratégico brasileiro projetando poder relacional com os países da América Latina.

Assim, se adotar o conceito de Baldwin (2013) no que tange à definição de Poder Relacional, é uma nova abordagem sobre o poder como uma causalidade (BRAVO, 2017), do seguinte modo:

Essa noção causal concebe o poder como uma relação (real ou potencial) em que o comportamento do ator A provoca pelo menos parcialmente uma mudança no

comportamento do ator B. ‘Comportamento’ nesse contexto não precisa ser definido de forma restrita, mas pode ser entendido amplamente para incluir crenças, atitudes, preferências, opiniões, expectativas, emoções e/ou predisposições para agir. Nessa visão, o poder é uma relação real ou potencial entre dois ou mais atores (pessoa, Estados, grupos etc.), ao invés de uma propriedade de qualquer um deles (BALDWIN, 2013, p.14, tradução livre).

No presente objeto de estudo, há um destaque maior para a capacidade chinesa de projeção de poder e seus ganhos, assim como, no caso sul-americano, há a geração de um processo de “segurança-insegurança”, o qual é definido como sendo uma relação com “vulnerabilidades – internas e externas – que ameaçam ou têm o potencial de reduzir ou enfraquecer as estruturas estatais, territórios ou instituições, e regimes governantes” (COSTA, 2015).Frisa-se aqui a questão do enfraquecimento.

Dada essa análise inicial sobre o poder e a busca dos Estados pela sua maximização, é preciso adentrar a questão da segurança nacional. É importante adotar o que Costa (2015), em sua obra “A Geopolítica do Petróleo”, elenca como sendo as quatro premissas para se perceber a existência de segurança nacional (ou insegurança), as quais são: I) a estabilidade e inviolabilidade dos limites fronteiriços do Estado; II) capacidade nacional de projetar poder no exterior, em um conjunto de medidas que proporcione ganhos sociais e econômicos para a população nacional; III) a solidez e impessoalidade do sistema constitucional, assim como sua impermeabilidade em relação às pressões externas; e IV) a garantia da previsibilidade legal das relações político-eleitorais e econômicas.

Essas variáveis lastreiam o conceito de ameaça à segurança nacional – se existentes – e terão papel de fio condutor nesta tese na análise do entendimento da presença de um ator extrarregional como ameaça. Isto é, essa ameaça é conceituada pelo Professor Héctor Luís Saint Pierre (2011) não como sendo um objeto que possa ser analisado em si mesmo, mas uma relação que exige uma avaliação de todos os seus componentes, desde o emissor do sinal e sua emissão até o receptor. Tudo isso dentro de um fenômeno que deve se tornar perceptivo aos olhos do Estado. Desse modo, coaduna com o conceito de poder relacional adotado por esta pesquisa.

A temática torna-se securitizada dado que atende ao requisito de requerer medidas de que justifiquem, mediante a um cenário de possível dependência e vulnerabilidade, ações fora dos limites normais do processo político frente à ameaça ao interesse nacional no âmbito do entorno estratégico imediato(GONZALES, 2015) e colocam a segurança energética como categoria de análise da segurança internacional (SANTOS, 2014). Ao mesmo tempo, no caso de estudos em tela, é destacado no PND (2016) a necessidade de o Brasil preservar sua

soberania e integridade territorial, bem como promover seus interesses nacionais, em um contexto livre de pressões e ameaças – destaca-se, incluídas as extrarregionais.

1.3 A PERGUNTA E A HIPÓTESE

A justificativa principal dessa tese se pauta na importância que o controle de reservas de recursos naturais assumiu em termos de projeção de poder no Sistema Internacional. No caso em voga, aplica-se isso à estratégia de projeção global da China. Para efeitos de controle de reservas e processamento, considera-se desde a extração (políticas de aquisição, participação e controle de fontes de matérias-primas) ao processamento (cadeia de processamento e enriquecimento de transformação de matéria-prima em produto final). Assim, esta tese adota como problema principal entender como a China, na qualidade de ator extrarregional, projeta poder no entorno estratégico brasileiro através do controle de fontes de recursos naturais.

Para tanto, compreende-se como hipótese que a presença chinesa e a política de aquisição de fontes de recursos naturais refletem diretamente a diminuição da liderança regional brasileira e insere um ator extrarregional no subcontinente latino-americano, devendo a questão ser entendida como sendo de segurança e adotando o entendimento teórico da defesa de um papel de liderança do Brasil na região. Tem-se de fato a existência de uma superpotência com relações comerciais sobre recursos naturais estratégicos no entorno brasileiro pode impactar no cancelamento ou na substituição de parcerias econômicas e políticas que também englobam a seara de segurança nacional.

1.4 A ABORDAGEM METODOLÓGICA DA PESQUISA

Até os anos 1970 as pesquisas acadêmicas que relacionavam projeção de poder e recursos naturais eram escassas. Como assinala Peters (2004), a perspectiva do surgimento de conflitos relacionados à escassez de recursos só despertou a atenção dos pesquisadores a partir do primeiro “choque do petróleo” em outubro de 1973¹³. Foi quando ocorreu o embargo aplicado pelos exportadores árabes em represália ao apoio dos EUA e de outros países ocidentais a Israel na Guerra do YomKippur, seguido por uma escalada de preços que

¹³ Em alusão ao fato histórico denominado de “Primeiro Choque do Petróleo” ou “Primeira Crise do Petróleo”, ocorrido em 1973 (haveria um segundo em 1979) momento no qual houve um aumento significativo do preço somado a uma diminuição proposital da oferta no mercado dando início a um período de hiperinflação e desabastecimento em todo o globo.

provocou uma recessão econômica mundial. Esse período foi seguido de um decréscimo das pesquisas nessa seara nos anos 1980, passando a retornar novamente ao meio acadêmico nos anos 1990 e 2000, dado o período pós-guerra Fria e o dinamismo de mudança da conjuntura política global, que também marcou a ascensão chinesa.

Complementa Fuser (2014, p. 3) que:

Mas as pesquisas sobre conflitos em torno de recursos diminuíram a partir de meados da década de 80. Peters assinala três motivos para o desinteresse. O primeiro é o sucesso inicial dos países ocidentais em reduzir a dependência em relação aos produtores do Oriente Médio por meio da diversificação das fontes de petróleo; o segundo, a globalização da economia, que retirou do horizonte a perspectiva de um confronto mundial do tipo Norte-Sul; e, finalmente, na esteira do avanço das ideias neoliberais, o predomínio da crença otimista de que o poder ilimitado da tecnologia pudesse compensar qualquer eventual escassez de recursos naturais, inclusive o esgotamento dos combustíveis fósseis.

Com o objetivo de desenvolver uma análise nesse campo, é importante entender que o processo investigativo de um fenômeno atende a requisitos metodológicos de observação, hipótese e teoria. Para tanto, aplicando-se ao estudo de caso da tesa, tem-se que a influência da presença de ator extrarregional gera em três consequências, são elas: I) a capacidade do Brasil mapear essa questão como um problema de segurança na contemporaneidade; II) o nível de acesso a fontes de recursos naturais estratégicos; e III) a competitividade entre China e Brasil no entorno estratégico, podendo incidir em mais ou menos projeção de poder dos dois e suas respectivas influências regionais ou extrarregionais.

Nesse terreno, uma contribuição mais proveitosa pode ser obtida na obra de Robert Krasner (1978), em *Defining the National Interest*, que discute as preferências dos formuladores da política externa dos EUA diante de conflitos envolvendo a nacionalização de investimentos privados norte-americanos na extração de matérias-primas de países periféricos (FUSER, 2014, p. 5). Assim, entende-se que é uma observação replicável ao caso chinês no controle dos recursos naturais dos países periféricos sul-americanos.

Na busca por confirmar a hipótese, a variável independente é a ação da China no entorno brasileiro. Como variável dependente, tem-se o controle de recursos naturais estratégico. Isto posto, a influência chinesa como ator extrarregional na América do Sul, consequentemente surgem questões e variáveis dependentes derivadas da pergunta principal, tais como: controle e aquisição de fontes de recursos naturais no entorno estratégico brasileiro influencia a projeção de poder chinês na região sul-americana? Como o Brasil é prejudicado nesse processo? Por que a questão não tem sido vista como um problema de segurança nacional?

Nesta pesquisa, adota-se inicialmente um modelo conceitual teórico e explicativo para analisar a questão da projeção de poder através do controle de fontes de recursos naturais estratégicos. Como resultado, espera-se montar um modelo que possibilite explicar o processo de inserção chinesa no entorno estratégico brasileiro e suas consequências. Para alcançar os objetivos visados pelo presente estudo, realiza-se abordagens predominantemente qualitativas que será utilizada com fins de apontar as questões fundamentais da temática escolhida que são de extrema importância para a sustentação da hipótese e das conclusões.

Definido o objeto, a pesquisa faz uso de técnicas de pesquisa qualitativa, principalmente o levantamento de artigos e pesquisas que abordem a temática de projeção de poder e também de leituras sobre projeção através de outros recursos naturais. Isto é, objetiva-se replicar as variáveis explicativas consideradas nas pesquisas, mas inovando ao abordar os minerais estratégicos como recurso principal de estudo.

Além disso, trabalha-se ao longo da tese com o método de estudo de caso. Dentro de uma pesquisa explicativa (causal), Vergara (2004) e Gil (2007) definem que é a busca por identificar os fatores que contribuem para a ocorrência de determinado fenômeno.

Desse modo, visa a explicar a razão dos acontecimentos e, como tal, quando a finalidade da investigação é descritiva ou causal, a abordagem é quantitativa; quando a finalidade é explicar ou descrever um evento ou uma situação, a abordagem adotada deve ser a qualitativa. Nada impede que o pesquisador, em estudo de caso, inicie a investigação com uma pesquisa qualitativa e não obstante, se necessário, finalize a investigação validando as evidências obtidas por meio de uma pesquisa quantitativa (FREITAS; JABBOUR, 2011, p.3).

Adota-se, assim, como objetivos teóricos conceituais desta tese o desenvolvimento de um modelo explicativo para analisar o processo de construção e inserção extrarregional chinesa no entorno estratégico brasileiro, com vistas a suscitar se a sua existência como grande parceiro comercial dos países vizinhos ao Brasil é uma oportunidade econômica positiva ou uma ameaça futura à segurança nacional.

A opção é por adotar um método científico explicativo por se tratar da análise de um fato, interpretando e identificando suas causas e consequências. É uma metodologia que, de acordo com Lakatos e Marconi (2003), visa ampliar generalizações; definir leis mais amplas; estruturar e definir modelos teóricos; relacionar hipóteses em uma visão mais unitária do universo ou âmbito produtivo em geral; e gerar hipóteses ou ideias por força de dedução lógica e dando um enfoque predominantemente qualitativo a pesquisa. Em resumo,

O enfoque qualitativo apresenta as seguintes características: o pesquisador é o instrumento-chave, o ambiente é a fonte direta dos dados, não requer o uso de técnicas e métodos estatísticos, têm caráter descritivo, o resultado não é o foco da abordagem, mas sim o processo e seu significado, ou seja, o principal objetivo é a interpretação do fenômeno objeto de estudo (GODOY, 1995, SILVA; MENEZES, 2005 apud FREITAS; JABBOUR, 2011, p.3).

Esse fato ilustra a escolha do método de análise qualitativo, pois, segundo Liebscher (1998) e Freitas e Jabbour (2011), a abordagem qualitativa é viável quando o fenômeno em estudo é complexo, de natureza social e de difícil quantificação, e vise entender como o fenômeno ocorre e quais suas consequências.

1.5 OS CAPÍTULOS

Para estruturar nossa análise, desenvolve-se a presente tese em quatro Capítulos. Após um capítulo introdutório inicial com a apresentação da temática e a metodologia de pesquisa, no Segundo Capítulo apresenta-se uma leitura teórica a partir do Realismo e da Teoria dos Complexos Regionais de Segurança para traçar um parâmetro geopolítico acerca de qual a abordagem que tais teorias têm a respeito da importância dos recursos naturais. Nesse momento foram analisadas quais as implicações estratégicas e teóricas da questão que relacionam recursos naturais e projeção de poder assim como qual o conceito, debate e importância do entorno estratégico brasileiro para o país frente à presença de um ator extrarregional. Paralelo a isso, buscou-se entender qual a leitura da Teoria Realista, da Teoria do Poder Relacional e da Teoria dos Complexos Regionais de Segurança que embasem a necessidade de enquadrá-la como um problema de defesa a ser considerado pelo Estado frente a perda de protagonismo brasileiro em seu entorno de influência imediata.

No terceiro capítulo, desenvolve-se uma exposição histórica e conceitual sobre o processo de desenvolvimento da China, passando pelas reformas estruturantes de Deng Xiapoing, a partir de meados dos anos 1980 quando volta ao governo¹⁴, até os anos 2000. Neste sentido, o nível de desenvolvimento alcançado pela China requereu os desenvolvimentos de mecanismos de projeção de poder e influência globais, os quais são garantidores de fontes de recursos naturais que alimentem a economia, especialmente através de acordos bilaterais.

¹⁴ Em alusão as reformas chinesas nas "quatro modernizações" em agricultura, indústria, defesa nacional e ciência.

Essa leitura histórica servirá de análise para descrever o processo de surgimento e desenvolvimento dos investimentos chineses na América do Sul e seus principais pilares para então demonstrar um quadro dos principais exemplos de acordos bilaterais entre Estados do entorno estratégico brasileiro e a China, especialmente no que se refere a parcerias em recursos naturais e geopolítica. Os países investigados foram a Venezuela, a Argentina, o Peru e o Chile.

Serve também para delimitar o escopo da tese visto a amplitude e as multiplicidades de acordos com os mais variados Estados no entorno estratégico brasileiro, bem como dissertar sobre o conceito e o processo de alargamento dos pensamentos sobre defesa e entorno estratégico brasileiro no que se refere à presença no subcontinente latino-americano e a necessidade do exercício de uma liderança regional. Assim, foram escolhidos os referidos países sul-americanos como as quatro principais observações de estudo para a observação da ação chinesa na região, visto que há uma gama de investimentos chineses na região, além de serem os maiores parceiros econômicos regionais do Brasil. A escolha desses países também se deveu ao alto grau de presença da China, pois estão entre os cinco maiores destinos regionais de investimentos chineses (não considerando o Brasil) e há dois deles que já são signatários de acordos de livre comércio com a China – o Chile e o Peru. Nessa fase da tese, o levantamento bibliográfico serve para uma leitura acerca dos comportamentos dos Estados considerados na pesquisa – Brasil e China – e apontar como se deu o processo de criação de uma expansão e presença extrarregional por parte da China.

Para descrever esse processo, a presente pesquisa mapeia as aquisições chinesas na região buscando analisar, por meio de dados do *Stockholm International Peace Research Institute* (SIPRI)¹⁵, os dados de transferência e venda de armamentos chineses para países do entorno estratégico brasileiro. Para isso, foi realizada uma comparação entre quais fontes foram adquiridas ou colocadas sob controle de capital chinês através de dados quantitativos ao longo das últimas décadas, especialmente a partir de 1978, quando se iniciou efetivamente o processo de reformas chinesas. Nesse momento uma leitura teórica Realista, da Teoria do Poder Relacional e da Teoria dos Complexos Regionais de Segurança é desenvolvida no segundo Capítulo para construir uma revisão de literatura sobre a questão e buscar uma contribuição teórica para o fenômeno analisado.

¹⁵O SIPRI é um instituto internacional independente dedicado à pesquisa de conflitos, armamentos, controle de armas e desarmamento. Estabelecido em 1966, o SIPRI fornece dados, análises e recomendações, baseadas em fontes abertas, para os formuladores de políticas, pesquisadores, mídia e o público interessado. Com sede em Estocolmo, o SIPRI também está presente em Pequim e é regularmente classificado entre os *thinktanks* mais respeitados do mundo. Ver mais em: < <https://www.sipri.org/about> >. Acesso em: 20 jul. 2018.

Por fim, os dois últimos capítulos são dedicados às análises da pesquisa e discutem as implicações teóricas e empíricas do estudo de caso acerca da presença e atuação de uma potência extrarregional no entorno estratégico brasileiro, mais precisamente na seara dos recursos naturais. Verifica-se nesta tese uma colaboração importante para entender como os processos de projeção de poder estão correlacionados com o controle de recursos naturais estratégicos no sistema internacional.

2 UMA LEITURA GEOPOLÍTICA E TEÓRICA ENTRE PODER E RECURSOS NATURAIS

Este Capítulo objetiva fundamentar teoricamente a discussão que se dará ao longo da tese acerca da importância dos recursos naturais na busca e projeção de poder e influência no sistema internacional. Será analisado também a definição de recursos naturais e o espectro que esses abarcam amplamente na Teoria Realista, na Geopolítica e nos Complexos Regionais de Segurança. Isso se soma ao fato de que teorizar e pesquisar sobre projeção de poder no Sistema Internacional tem sido alvo de pesquisas constantemente no campo das Ciências Humanas. De acordo com o que a teoria Realista procura explicar, dinâmicas de comercialização e projeção de poder devem incluir também o controle dos recursos naturais.

Segundo Fonseca (1992) e Senhoras (2009), por recursos naturais se entendem tudo que congrega recursos minerais (minérios), recursos biológicos (fauna e flora), recursos ambientais (ar, água e solo) e recursos incidentais (radiação solar, ventos e correntes oceânicas). Distribuídos por todo o planeta ao longo da história, o controle de recursos naturais foi ganhando cada vez mais valor geopolítico e, conseqüentemente, causando conflitos. Água, carvão, recursos geradores de energia, óleo e petróleo são alguns dos exemplos de recursos que viraram forças motrizes de desenvolvimento tanto quanto geração de conflitos devido a disputas pelo seu controle. Para os referidos autores,

Todo recurso natural é um bem que provém da natureza e que o homem pode utilizar para satisfazer suas necessidades, sendo classificado em recurso natural renovável ou não renovável em função da capacidade de esgotamento. Em razão da característica *natural* presente nos *recursos* somente existir quando há ausência prévia de intervenção humana, os recursos naturais - renováveis e não renováveis - adquirem um perfil geopolítico quando se tornam artefatos ou campos de atração e gravitação da intervenção humana para exploração sistemática (SENHORAS; MOREIRA; VITTE, 2009, p. 3).

Ao partir para uma leitura sobre a importância dos recursos naturais, Zeca (2013) diz que a história mundial apresenta vários exemplos de Estados e líderes políticos que foram apoiados ou sofreram represálias por adotar modelos de exploração e gestão dos seus recursos energéticos em favor ou não de interesses externos, especialmente os do Ocidente. Dentro de um cenário global, isso corrobora a análise de Klare (2001) quando estudando a natureza dos conflitos ao longo da história, aponta que quase todos estavam ligados direta ou indiretamente pela disputa de recursos e áreas estratégicas. É uma constatação de que a competição e o conflito em torno do acesso às principais fontes de materiais valiosos e essenciais – água, terra, ouro, pedras preciosas, especiarias, madeira, combustíveis fósseis e minerais de uso

industrial – acompanha a trajetória da humanidade desde os tempos pré-históricos (ZECA,2013).

É assim que nessa batalha de interesses nacionais, a geografia política¹⁶ deve também estudar e analisar os recursos naturais e as consequências de seu uso de modo assimétrico pelos países. Isso no sentido de considerar os povos sobre seus territórios e avaliar a disponibilidade de recursos naturais que sustentam a reprodução da vida assim como considerando que a escassez de água e energia são causadores de releituras da geopolítica clássica¹⁷, a exemplo de autores com Ratzel (1897). Tem-se, dessa maneira, que o estudo da relação entre controlar fontes de recursos naturais e poder já é alvo da literatura política e científica há muito tempo.

Essa disputa acirrou-se mais ainda após a Revolução Industrial, pois o avanço da industrialização, especialmente pós Século XIX, desencadeou uma nova corrida para o controle das fontes de matérias-primas e recursos energéticos estratégicos, como petróleo, gás natural, carvão, entre outros (ZECA,2013).No que Bernard Mommer (2000) chamou de “mudanças nas regras do jogo”, pois pretende explicar que futuro dos conflitos seria entre atores transnacionais e Estados detentores de recursos energéticos, o que, para o estudo da presente tese, já se configura em no entorno estratégico brasileiro, mesmo ainda não existindo a ocorrência de conflito armado direto, relacionando assim geopolítica, projeção de poder, acesso e controle de fontes de recursos naturais(RIBEIRO, 2010).

Uma pesquisa que explore a questão de projeção de poder precisa ser lastreada por uma literatura teórica que aborde a questão de forma profunda. Assim, a escolha do marco teórico principal com a Teoria Realista, principalmente por entender que, além de ser a mais importante das Relações Internacionais, é a mais adequada para se interpretar ações da política internacional, já que trata diretamente das “relações políticas entre os Estados, considerando válidas apenas as variáveis políticas, isto é, diplomáticas e militar-estratégicas” (LACERDA, 2012, p. 59). A isto se soma as contribuições de Morgenthau (1973) quando afirma que o Realismo Político foi uma das primeiras correntes teóricas a compilar e incluir os recursos naturais como canal de projeção de poder, destacando que os países atuavam

¹⁶ Por Geografia Política entender como precursora da Geopolítica como campo de pesquisa concretizado. A primeira foi sistematizada por Ratzel em 1897 com a publicação da obra “Geografia Política” e afirmava a que o poder do Estado está intimamente ligado à sua forma, extensão, relevo, clima e disponibilidade de recursos naturais. Esse campo de pesquisa foi aperfeiçoado a partir de Kjellen (1905) com a publicação do artigo “As Grandes Potências” e foi o primeiro a cunhar o termo “Geopolítica”.

¹⁷A primeira definição de geopolítica foi elaborada em 1899 por Rudolph Kjellen como “teoria do Estado como um organismo geográfico ou fenômeno no espaço”. Desde então, o conceito tem recebido a contribuição de inúmeros pensadores e por isso atualmente possui múltiplos significados (MAMADOUH, 1998; ATKINSON; DODDS, 2010; FLINT,2006).

segundo seus interesses nacionais e salvaguardando sua soberania para essa projeção e controle de recursos.

Surgida no século XX e com forte inspiração nos escritos de Nicolau Maquiavel e Thomas Hobbes, a perspectiva realista encontrou seus maiores expoentes em Carr (1981) e Hans Morgenthau (1985;2003), os quais lastreiam a análise desta tese dado o vasto debate sobre a temática de poder na academia. A ideia básica reside no protagonismo dos Estados como atores das relações internacionais dentro de um sistema anárquico internacional, o que gera um ambiente de constante disputa entre os Estados e implica na disputa por mais poder, primordialmente militar, mas destrinchado em outras disputas, tais como poder econômico, por exemplo. Sendo assim, a segurança nacional é vista como fim basilar da política implementada pelo Estado e, de acordo com Lacerda (2012, p. 60):

Embora a “segurança nacional” seja uma preocupação básica, que aconselha uma política pautada pela prudência, ela não se impõe, podendo os países buscarem outros objetivos em seu relacionamento mútuo: a potência (o respeito à capacidade militar), a glória. Da mesma forma, a segurança nacional não implica uma atitude defensiva de um país frente aos demais, pois é perfeitamente possível que, em seu nome, um país anexe um vizinho, em busca de mais terras, de mais recursos naturais ou humanos, ou simplesmente de modo “preventivo”.

Assim, para Carr (1939) o poder não pode ser dissociado da política, além de sua mensuração ser possível através da correlação entre capacidade e a influência, regida por uma balança ou equilíbrio de poder vigente. Somado a essa premissa, Baldwin (2012), quando disserta sobre Poder Relacional, aponta que estudar poder é entender que tem facetas multidimensionais, relativizadas e em constante transformação e, por esse motivo, é estudado nas mais diversas esferas do conhecimento humano.

Nesse contexto, Bravo (2017, p. 1) aponta que:

Nas Relações Internacionais (RI), enquanto campo reconhecidamente jovem, o estudo do poder (Cratologia) detém centralidade medular nas interações entre os atores do sistema internacional, especialmente entre os Estados, uma vez que esse sistema se formou a partir dessa relação.

Em ambos os autores citados anteriormente, tem-se que o poder é a grande questão de seus estudos, podendo ser compreendido como a soma das capacidades (econômicas, políticas, militares, tecnológica, dentre outros). Chega-se também à conclusão primordial do Realismo de que a busca por mais poder é o fim último das nações e, no caso desta pesquisa, como a projeção de poder chinesa atinge o entorno estratégico brasileiro, principalmente quanto aos recursos naturais latino-americanos.

Apesar disso, se faz necessário distinguir que aspectos se toma aqui como base na Teoria Realista e seus preceitos clássicos, visando os Estados a sua manutenção ou sobrevivência no sistema anárquico, interagindo com atores estatais ou não, mas com primazia do Estado visto as suas capacidades. Além disso, destaca-se o jogo de soma zero em que as nações não só projetam poder, mas também buscam enfraquecer os Estados adversários, ou seja, o ganho de um Estado representa a perda de outro. Nessa linha de análise, entende-se que distribuição da capacidade dos Estados é fator fundamental para o desenho do sistema internacional.

Há de se considerar também uma ótica neorrealista de reinterpretação da visão realista de poder quando Waltz (1979) afirma que, mesmo continuando o Estado como protagonista do sistema internacional mas não mais único ator mas que alguns Estados tem mais capacidades que outros devido a alguns fatores, tais como: tamanho da economia, população e território, força militar, posse de recursos naturais, dentre outros que refletem diretamente na capacidade de ação e no grau de poder dentro do sistema internacional.

A estes se somam dois conceitos que também são trabalhados remetem aos escritos David Allen Baldwin (1971), em se falando de um ator (Estado) desejar ter posses pertencentes a outro Estado de modo que delinea os limites da conceituação de poder como:

Soma-se ao delineamento das características do poder na base conceitual que fundamenta o trabalho de Baldwin, as preferências e consequências da relação entre A e B. Baldwin (2016) destaca que “o conceito de poder de Dahl é muitas vezes mal interpretado para implicar que A e B têm desejos ou preferências conflitantes e que uma relação de poder deve ser aquela em que A ‘ganha’ e B ‘perde’” (BALDWIN, 2013, p. 38).

Esse será o elo entre as visões teóricas elencadas para a presente tese e o objeto de estudo, já que há a presença de um ator extrarregional no entorno estratégico brasileiro e a sua política de controle de fontes e acesso de recursos naturais refletem em perda de espaço brasileiro nesse setor. Isso é influenciado diretamente, de acordo com esta pesquisa, por ações chinesas e sua dinâmica de controle da cadeia produtiva.

Seguindo essa perspectiva, a estratégia chinesa de projeção seria entendida como um ato de um Estado líder do sistema, ou seja, um país com posição privilegiada na estrutura e com capacidade material superior aos demais agindo no entorno estratégico brasileiro e influenciando no que conceitua como desenho distributivo de influência na arena internacional entre o Brasil e a China no âmbito da América do Sul.

Importante destacar o uso de um arcabouço teórico predominantemente ocidental, o qual por sua via pode explicar o processo, mas que poderia ter uma leitura diferente sob uma

lógica acadêmica oriental, dentro de uma linhagem interpretativa acerca da competição dos Estados dentro das Relações Internacionais. Nesse aspecto,

A visão tradicional nas Relações Internacionais deu ênfase à competição entre os Estados na política internacional, uma vez movidos pela convicção de que só poderiam depender de si próprios para proteger sua existência da sempre presente possibilidade de um ataque empreendido por outros Estados. O dilema de segurança é constituído, segundo Booth & Wheeler, por dois níveis: o dilema de interpretação e o dilema de resposta (2008, p. 4). O primeiro está associado à necessidade de fazer escolhas, diante da incerteza acerca das motivações e intenções dos outros atores e das capacidades destes. No segundo nível, os tomadores de decisão devem decidir como reagir à interpretação adotada. A resolução do dilema de resposta define se, à reação dos tomadores de decisão, seguirá uma espiral de hostilidade mútua, inicialmente indesejada por ambas as partes – o que os autores chamam de “paradoxo da segurança” (BOOTH; WHEELER, 2008, p. 5).

Ou seja, todo o arcabouço de ação dos Estados, nessa leitura, pode ser explicado pela necessidade realista de maximização de poder, somada à necessidade de decidir (fazer escolhas) e que o levem ao objetivo de projetar poder através do aumento de capacidades de controle de fontes de recursos naturais.

O Realismo, como se pode auferir nesse contexto, está vinculado ao entendimento do poder como posse, propriedade ou recursos que um Estado ou ator pode deter. Em divergência com a ideia de que poder é uma relação, sendo causal no sentido de produzir resultado real ou potencial (BALDWIN, 2013). No caso aqui estudado, a relação causal entre presença chinesa e perda de espaço de liderança brasileira.

Isto posto, tem-se uma estratégia de projeção de poder que ao mesmo tempo congrega ambos: a posse (propriedade de fontes de recursos naturais) e o relacional (a produção de resultados e comportamentos políticos, econômicos, estratégicos, dentre outros que favorecerem a China). Haja vista que, pra tanto, adotando a ótica de Dahl (1957): “A tem poder sobre B na medida em que ele pode fazer com que B faça algo que de outra forma B não faria”. Sobre esse poder relacional ou de posse ou ambos, Baldwin (2013) e Bravo (2017) afirmam que os próprios realistas reconhecem a existência de objetivos além do poder, mesmo quando eles assumem a premissa de maximização do poder, pois:

O poder, na teoria das relações internacionais, divide-se basicamente em dois vieses, o poder relacional e o poder como recursos. O poder enquanto recursos recebe maior atenção por parte dos atores e dos cientistas, sobretudo o poder militar, ainda que em muitos casos, a depender do contexto e das dimensões do poder, este aspecto possa ser de fato menos efetivo. Na teoria realista, a título de exemplo, há em aberto o debate interno sobre o objetivo a ser maximizado, o poder ou a segurança (BRAVO, 2017, p. 17).

Esse cenário de busca de maximização de poder no entorno estratégico brasileiro – e no Brasil – se dá devido à singularidade dos recursos naturais existentes na América Latina e

da sua importância em caráter global, já que se encontram as reservas mais importantes do mundo. Assim, a Teoria Realista contribuirá para a confirmação da hipótese da tese através da constatação do desenvolvimento de políticas estratégicas chinesas de controle de fontes de recursos naturais e acordos assimétricos de importação de matéria-prima e exportação de produto manufaturado. Ao mesmo tempo, isso significou um controle quase absoluto de toda a cadeia produtiva dos países impactados, projetando assim poder e afetando diretamente a área de influência imediata do Brasil.

Considerando então a literatura Realista de análise, coaduna-se com os dizeres de Mearsheimer (2006) quando afirma que o fim primaz de um Estado deve ser buscar e manter a sua sobrevivência, ou seja, “um Estado não pode ter qualquer outro objetivo se, ao menos, não sobreviver” (MEARSHEIMER,2006, tradução nossa). A grande questão é até onde essa ascensão pacífica manterá esse *status*?

2.1 RELACIONANDO PODER E RECURSOS NATURAIS

Apesar de, como exposto por Zeca (2013), os estudos de correlação entre recursos energéticos, poder, segurança e conflitos ainda não possuem informação sistematizada e suficientemente clara e consolidada, é possível desenvolver, para a aplicação teórica em um caso prático nesta pesquisa, uma reflexão sobre a China contemporânea e seu desenvolvimento econômico fortemente consumidor de recursos naturais. Desse modo, serve de parâmetro para estabelecer conexões com outros tempos históricos, nos quais a combinação em tríade poder, recursos e população sempre esteve presente (MATOS,2012).

O estudo da correlação entre espaço geográfico e poder é o cerne da Geopolítica como campo de pesquisa. Assim, dentro do conceito de espaço geográfico, estão contidas as seguintes variáveis: 1) recursos naturais, dominância estratégica e espaço geográfico; e 2) as ações de atores estatais ou não estatais que podem incidir em mais ou menos geração de poder.

Um estudo mais profundo das teorias das Relações Internacionais permite observar que essa ótica de análise está contida, especialmente no Realismo Neoclássico de Morgenthau. Há de se inserir também a análise de estudos sobre a teoria dos Complexos Regionais de Segurança (TCRS)¹⁸ – no nosso caso o da América do Sul – para compreender

¹⁸ A teoria dos Complexos Regionais de Segurança foi desenvolvida pela Escola de Copenhague abarcando novos conceitos e métodos de análises aos estudos sobre segurança internacional, regional e interna dos Estados. A teoria elenca a segurança em 5 setores primordiais: Político, econômico, militar, ambiental e social,

melhor como uma abordagem teórica sobre a presença de potências extrarregionais no entorno estratégico brasileiro. Essa reflexão leva à busca da resposta para a questão levantada por Matos (2012) quando afirma que as análises e os exemplos arrolados permitem indagar se o ideário de ação extrarregional dos Estados não estaria assumindo hoje novas roupagens, não mais exclusivamente territorialista, mas em um campo com muitas vertentes acadêmicas a serem exploradas nos estudos das Relações Internacionais, como a projeção de capacidade de influência extrarregional de um Estado.

Para Zeca (2013, p. 6),

Todavia, alguns representantes das escolas de Relações Internacionais dão pontos de vista importantes, para os que pretendem estudar a reação entre os recursos energéticos, a segurança e o conflito. Existem limitações da Teoria das Relações Internacionais, na análise dos conflitos em torno da exploração dos recursos energéticos. A lacuna teórica pode representar um estímulo para a criatividade, a investigação e a busca de um pensamento autônomo sobre esse assunto, criando um terreno fértil para a produção teórica independente (ZECA,2013, p. 6).

Essa vertente de expansão realista de controle de fontes de recursos naturais como forma de maximizar poder, não mais necessariamente pelo viés de anexação territorial como fora outrora, apresenta uma vertente de controle de recursos naturais com características mais estruturais. Isso através de obras de infraestrutura para transporte desses recursos e apropriação da natureza extrarregional, como é o caso da estratégia chinesa de expansão de controle de fontes de recursos naturais e projeção de poder, especialmente no entorno estratégico brasileiro.

Observa-se que,

A especificidade geopolítica na exploração dos recursos naturais na economia-mundo capitalista em relação a outros sistemas-mundo territoriais reside no diferencial trazido pelo desenvolvimento técnico que sistematiza a apropriação da natureza de maneira a reproduzir de maneira ampliada a acumulação. Desde o desenvolvimento de inúmeras rotas comerciais de longa distância trazidas pelas pelo avanço técnico das caravelas sob a égide do capitalismo mercantil até a formação de rotas continentais de redes de ferrovia ou rotas marinhas de barco a vapor sob a égide do capitalismo industrial, o progresso técnico tornou-se uma pilastro basilar para o aumento da acumulação nos processos de exploração dos recursos naturais (SENHORAS;MOREIRA;VITTE,2009, p. 4).

O desejo de presença e exploração, de acordo com Becker (2004) e Senhoras (2009), reside na existência de uma fronteira de possibilidades exploratórias na América do Sul, encaçada na biodiversidade de recursos naturais que sempre esteve suscetível por relações

necessitando o adequado funcionamento de cada setor para não prejudicar os demais. Os pesquisadores Barry Buzan e Ole Wæver dividiram o mundo em Complexos e Subcomplexos regionais de segurança de acordo com afinidades históricas e contemporâneas entre as unidades além da influência sofrida por potências externas ou internas ao Complexo (SILVA,2016).

internacionais de poder assimétrico em todos os momentos históricos da formação territorial da região. Ou seja, historicamente suscetíveis a exploração por parte de países mais desenvolvidos, pois:

Conforme Becker (2004), existe uma fronteira de possibilidades exploratórias na América do Sul que está encaçada na biodiversidade de recursos naturais independente do momento histórico da formação territorial que sempre esteve suscetível por relações internacionais de poder assimétrico (BECKER, 2004 apud SENHORAS; MOREIRA; VITTE, 2009, p. 6).

Tem-se então que, para manter o ritmo de desenvolvimento econômico e industrial chinês, é de suma importância que o Estado tenha controle sobre o grau de escassez que pode vir a prejudicar o abastecimento de matérias-primas. Assim, ao adotar aqui que controlar fontes de recursos naturais agrega projeção de poder, fornece aos seus controladores poder de barganha sobre um produto que não tem substituto descoberto no cenário global. Logo, quem é consumidor depende da importação do recurso ou terá seu parque industrial – nesse caso principalmente o tecnológico e de defesa – diretamente afetados na maximização ou diminuição de poder de influência.

2.2 DISPUTAS POR RECURSOS NATURAIS: UMA LEITURA TEÓRICA E EXPLICATIVA SOBRE ATORES EXTRARREGIONAIS, RECURSOS NATURAIS E REALISMO¹⁹

Em um breve apanhado histórico, Mingst (2016) descreve que desde os escritos de Marco Túlio Cícero (106-43 a.C.) havia a ideia de desenvolvimento de mecanismos que os líderes de Roma deveriam seguir e desenvolver com vistas a manter a segurança do Estado, dentre eles estavam a necessidade de expansão de fronteiras e acesso a recursos. Também Thomas Hobbes, no Livro XIII do Leviatã, já abordava a temática, dando uma pista valiosa para quem se propõe a estudar os atuais conflitos em torno da posse, controle e acesso aos recursos naturais energéticos e destacando a importância de controlar áreas estratégicas.

Assim, objetiva-se analisar como o constante crescimento chinês e a sua expansão de atuação pelo globo, especialmente após a entrada na OMC em 2001, fato que atraiu cada vez mais a atenção e estudos dado o rápido crescimento econômico e o aumento de seu peso nos grandes debates internacionais. Há inclusão de debates sobre mudanças climáticas, superação

¹⁹ Apesar do vasto leque de teorias das Relações Internacionais disponíveis para estudo, a escolha da Teoria Realista como principal mecanismo para construir a hipótese da pesquisa se mostra mais adequada por incluir recursos naturais como variável na projeção de poder.

da crise financeira mundial, manutenção da paz e a reorganização das relações internacionais de poder (SANTOS; MILAN,2014).

Para tanto, há uma apresentação acerca da leitura realista aplicada a seara de recursos naturais e poder, seguida da análise da presença extrarregional chinesa. É importante destacar que o Brasil se encaixa perfeitamente nesse quadro, faltando apenas o reconhecimento como questão de segurança e a adaptabilidade para enfrentar a nova situação. Além disso, em ter, como afirma Fuser (2014), a sensibilidade quanto ao impacto que uma ocorrência em um país tem sobre a sociedade do outro, a vulnerabilidade de medir as consequências duradouras desses acontecimentos e aos custos das alternativas disponíveis diante do impacto externo.

Da mesma forma, Morgenthau(1947)²⁰, sistematizador da corrente realista, inclui as matérias-primas, os fatores geográficos e a autonomia na obtenção de alimentos, entre os componentes estáveis ou relativamente estáveis do poder das nações entendendo que os Estados serão divididos entre os que tem e os que não tem (acesso a recursos naturais, por exemplo). Os componentes variáveis, segundo ele, seriam a capacidade industrial, a preparação militar e o tamanho da população. Importante já observar nessa colocação que o caso chinês atende aos requisitos, pois frente a uma população na casa de bilhões de habitantes, soma-se a um projeto estratégico militar de expansão²¹ e a demanda por recursos para manter e expandir a capacidade industrial²². Para Morgenthau (1947, p. 57):

Se quais forem os objetivos materiais de uma política externa, tais como a aquisição de fontes de matérias-primas, o controle de rotas marítimas ou mudanças territoriais, elas sempre acarretam o controle das ações de outros mediante a influência sobre as suas mentes.

Assim, a posse de recursos naturais com vias a maximização de poder é uma estratégia utilizada por potências desde a antiguidade. Importante entender o conceito de Aron (2002, p.17) na caracterização de um Estado como potência, entendida como a “capacidade que tem uma coletividade de impor sua vontade a uma outra”. Resumidamente, a potência como sendo o quanto de recursos materiais tem disponíveis e como “o conhecimento que permite transformá-los em armas” na criação ciclo exploração e transformação desses e, conseqüentemente, a projeção de poder.

²⁰ De acordo com o Portal Poder Terrestre (2009), citando Hans J. Morgenthau e sua obra *Politics among the nations* (1947), enumera oito variáveis nessa conjuntura, as quais são: 1) os dados geográficos; 2) os recursos naturais; 3) a capacidade industrial; 4) o estado de preparação militar; 5) a população; 6) o caráter nacional; 7) a moral nacional e 8) a qualidade da diplomacia.

²¹ China prossegue aumentando seu orçamento militar. Disponível em: <<http://www.defesanet.com.br/china/noticia/28618/China-prossegue-aumentando-seu-orcamento-militar/>>.

²² De acordo com dados do SIPRI, o orçamento militar chinês só fica atrás do orçamento dos EUA, tendo aumentado 5,6% em 2016 e 8,1% em 2018, chegando na casa dos 214 bilhões de dólares prevendo uma nova geração de caças além da aquisição de novos porta-aviões.

Um apanhado histórico sobre a correlação entre conflitos e recursos naturais também leva ao presente estudo a entender como a disputa por posse de recursos estratégico impulsionou a ocorrência de guerras. Klare (2001) afirma, na obra *Resource Wars. The New Landscape of Global Conflict* (Guerras dos Recursos. O Novo Cenário Global dos Conflitos, em português), que, na atual conjuntura, só existem reservas de petróleo para abastecer o mundo por mais 30 anos. Além de já ter consumido 70% das florestas tropicais e poluído boa parte dos apenas 3% de água potável existentes em todo o globo. Portanto, o que agrega cada vez mais valor geopolítico aos recursos restantes e que, por si, já atenderia todos os pré-requisitos para a ocorrência de conflitos recorrentes, a citar: vastas concentrações de matérias-primas vitais; numerosas disputas territoriais em áreas onde estas existem; instabilidade política e tribalismo generalizados; a existência de exércitos privados de mercenários; e uma colaboração histórica entre as empresas estrangeiras que exploram as riquezas e os senhores da guerra (KLARE,2001).

É nessa linha que a busca pelo controle dessas fontes extrarregionais se explica pelo fato de que os países não detentores de recursos energéticos (petróleo / gás natural / carvão natural) se lançarem por outras tecnologias, como a nuclear, biomassa, hidráulica, eólica ou solar, as quais ganham espaço e são determinantes na política tanto dos Estados exportadores de matéria quando dos importadores, ou para possuir ou ainda para maximizar o seu acesso. Nesse ínterim, Ribeiro (2010, p.4) faz um alerta:

[...] a importância dos recursos naturais para um país pleitear a condição de potência. Para ele, a oferta de recursos é uma das variáveis centrais, dado que possibilita ao país prover sua matriz material armamentista. Mas é preciso ainda dispor de tecnologia capaz de produzir os equipamentos de ação militar. Tudo isso deve estar no território do país, atributo central para exercer soberania com hegemonia.

Ainda assim, ter grande disponibilidade de recursos naturais não significa desenvolvimento e riqueza. A exploração desses recursos é custosa e os investimentos são por vezes inacessíveis. Alguns Estados acabam ficando dependentes das suas produções de matérias-primas, o que é o caso da Costa do Marfim com o Cacau. Geralmente esses recursos acabam sendo diretamente explorados por empresas estrangeiras, principalmente nos Estados do Sul, e acabam se submetendo ao controle total de sua produção pelos países do Norte (MENDES,2010).

A estratégia de busca por fontes externas para autossuficiência também não é nova, mas mudam os atores na atualidade. Fontes (2015, p. 118) diz que a Alemanha foi um clássico exemplo dessa estratégia, visando “controle irresistível de mercados que fornecessem

os recursos naturais e os produtos primários que a Alemanha necessitasse e absorvessem seu excedente industrial. Para isso, deveria ser formado o *Lebensraum*²³ – ou espaço vital – pela expansão territorial à custa de países menores do leste da Europa”. Ou seja, nada diferente do que a China busca hoje tanto internamente no Brasil como no entorno estratégico desse país, para escapar de uma escassez asfixiante de matérias-primas (FONTES,2015). Além disso, pode comprometer seu contínuo ritmo de crescimento econômico e militar.

Klare (2000), Ehrlich e Conca (2000), e Zeca (2013) elencam quatro variáveis importantes para lastrear essa afirmação sobre exploração de recursos naturais como propulsores de uma ação política estratégica ou militar e que servem para entender o porquê da presença chinesa ser intensificada cada vez mais no entorno estratégico brasileiros, a citar: i) grau de escassez, ii) a possibilidade de ser compartilhado dos mesmos por dois ou mais grupos, iii) o poder relativo dos grupos, tendo em conta a força econômica ou militar; e iv) a facilidade de acesso às fontes alternativas. Essas variáveis juntas fundamentam uma relação causal entre a presença extrarregional chinesa e sua influência sobre outros atores do sistema internacional.

De acordo com Krasner (1995, p.12):

Sendo todos os demais fatores iguais, quanto mais importante para um ator for a sua possibilidade de operar legalmente dentro das fronteiras de um Estado específico, maior será o poder de pressão das autoridades políticas locais. Por exemplo, uma empresa voltada para a exploração mineral precisa obter acesso ao território dos Estados onde essas reservas estão localizadas; já uma empresa voltada para a fabricação e roupas pode operar em qualquer lugar onde exista mão de obra e transporte baratos. O Estado – isto é, o centro de tomada de decisões – exerce mais poder de pressão sobre os empreendedores no campo dos recursos naturais do que sobre os industriais do ramo das confecções.

Nesse contexto, o controle de fontes de recursos naturais é importante porque oferece vantagens econômicas e políticas. Sem levar em conta este fato, os governos não podem assegurar sua independência, afirmando que é uma relação assimétrica que predomina as relações econômicas e que visa, principalmente, a segurança energética do explorador – no caso estudado, da China. Entendendo que a energia é indispensável ao desenvolvimento dos Estados e constitui uma questão estratégica central, tem-se na América do Sul uma grande fonte ainda não explorada de recursos naturais.

O grande debate fruto da presente tese seria suscitar os efeitos e quais são os ajustes necessários ao Brasil para enfrentar a situação existente e se encaixar na hipótese de que a

²³ Em alusão ao conceito de *Lebensraum* criado por Friedrich Ratzel em 1897, o qual afirmava que toda a sociedade, em um determinado grau de desenvolvimento, deve conquistar territórios onde as pessoas são menos desenvolvidas e tendo que um Estado deve ser do tamanho da sua capacidade de organização (FONTES, 2015).

presença da China, como ator extrarregional na América do Sul, visto que a escassez de recursos no sistema internacional, pode incidir em conflitos civis, instabilidade e perda de espaço regional para o Brasil. Isso em tempos de disputas por recursos naturais cada vez mais escassos e que nos anos que estão por vir podem acarretar novas guerras por recursos como marco principal desse novo ambiente de segurança global.

Observa-se que a disputa por recursos naturais segue como uma tendência global e também como resultado da correlação entre crescimento da população, desenvolvimento econômico e projeção de poder, gradativamente, afetando o equilíbrio natural e a capacidade de renovação da natureza. Na visão de Anne Ehrlich e Ken Conca (2000), citadas por Fuser (2014), no âmbito da Teoria Realista das Relações Internacionais e da guerra por recursos, há quatro condições que podem levar a seara dos recursos naturais a se tornarem alvo de ações políticas e militares, são elas:

1) o grau de escassez (os recursos se distribuem pelo mundo de uma forma desigual e fatores humanos como a densidade populacional ou o desenvolvimento industrial intenso podem criar situações de escassez “relativa”); 2) na medida em que o suprimento é compartilhado por dois ou mais grupos (quando a base de recursos se estende sobre uma fronteira entre dois países, a discórdia sobre a localização ou o uso dos recursos é mais provável, como se viu na disputa que culminou na invasão do Kuwait pelo Iraque em 1990); 3) o poder relativo desses grupos (se há grandes disparidades de força econômica ou militar entre as partes envolvidas, as atitudes unilaterais são mais prováveis); e 4) a facilidade de acesso a fontes alternativas (como os conflitos trazem altos custos econômicos, sociais e políticos, eles têm boas chances de ser evitados caso se encontrem substitutos aceitáveis para os recursos em disputa) (FUSER,2014, p. 13).

Assim, se identifica que a China mantém o foco em manter seu crescimento econômico, enquanto Estados Unidos e Rússia visam à segurança e um papel de destaque na diplomacia internacional, alimentados pelo controle e facilidade no acesso a fontes alternativas de recursos naturais. Isto posto, desde 1993, o orçamento do Exército de Libertação Popular, o equivalente chinês às forças armadas, tem aumentado 15% por ano, incluindo a construção de mísseis balísticos anti-navios, aeronaves, minas navais, satélites ópticos e submarinos, que podem ultrapassar a marinha norte-americana daqui a 15 anos (RAINWATER, 2012 apud SUDBRACKL,2013).Portanto, por si denota que, além da necessidade de matéria-prima para manutenção dos níveis de desenvolvimento industriais e de conseqüente demanda energética, há também um crescimento constante de demanda de matérias-primas que sustentem as políticas de desenvolvimento bélico e insere a questão de controle de fontes de recursos naturais também nas políticas de segurança chinesa.

Em todos os quadros de presença chinesa na América do Sul é contemplado se observar o que o próprio Morgenthau (1947, p.29) afirmou que o poder de um Estado resulta da combinação e do domínio desses critérios (território, população e setor produtivo) e da vontade desse ator em utilizá-los na cena internacional, destacando que não se pode hierarquizar essas variáveis, além de que não mais apenas o fator militar é preponderante para projetar poder. Sendo assim,

Pensa-se igualmente que o poder é adquirido, mais através do saber e da tecnologia – a “matéria cinzenta” – do que pela posse de matérias-primas ou de um grande território. Um país pequeno desprovido de riquezas naturais, mas dotado de um nível de educação elevado, e que consagra uma parte importante dos seus rendimentos ao setor “pesquisa e desenvolvimento”, será potencialmente mais poderoso que um Estado maior contando unicamente com suas matérias-primas, mas negligenciando, por exemplo, seu sistema educativo. Pense-se no caso do Japão face ao da Argélia (PODER TERRESTRE, 2009, p. 1).

Esse é um processo que se destaca como sendo contínuo e que na teoria realista segue uma agenda geopolítica, com ações conjuntas buscando ampliar mercados econômicos e adotar uma política de recursos naturais que agregue equacionamento estratégico do poder e influência de relações nacionais e internacionais no desempenho da economia mundial. Segundo Senhoras e Neto (2009, p. 1):

Em função desta contextualização estratégica dos recursos naturais, a petrodiplomacia pode ser concebida como um processo relacional de construção e reconstrução material e simbólica da dinâmica das relações internacionais que permite a determinados países não hegemônicos, com grandes depósitos de hidrocarbonetos, estabelecerem estratégias contra o status quo da política internacional.

Essa contextualização na América do Sul, assim como em outras regiões no globo, não há diferenciação do quadro geral das tensões em torno da escassez de recursos e da questão energética. Essa ligação entre fontes de recursos naturais e poder também é destacada por Mingaste (2016) ao afirmar que o potencial de poder de um Estado depende, em parte, de suas fontes naturais de poder, identificando os recursos naturais como uma das fontes naturais de poder e regiões vitais de importância estratégica. Compreende que:

Muitos dos eventos da Guerra Fria envolveram os Estados Unidos e a União Soviética apenas indiretamente; agentes lutaram em seu lugar. Em parte alguma isso foi mais verdadeiro do que no Oriente Médio. Tanto para os Estados Unidos quanto para a União Soviética, o Oriente Médio era uma região de vital importância em razão de seus recursos naturais (incluindo aproximadamente um terço do petróleo existente no mundo e mais da metade das reservas mundiais de petróleo), de sua posição estratégica como centro de distribuição de transporte entre Ásia e Europa e de sua significância cultural como berço das três maiores religiões do mundo. Não é surpresa que, após a fundação do Estado de Israel em 1948, reconhecido diplomaticamente primeiro pelos Estados Unidos, a região tenha sido cenário de

confrontação entre superpotências por meio de agentes: entre Israel, apoiado pelos Estados Unidos, e os Estados árabes da Síria, Iraque e Egito, apoiados pelos soviéticos (MINGST,2016, p. 44).

Observa-se então que a junção da geografia, dos recursos e da projeção de poder não é uma estratégia nova, mas que assumiu uma faceta diferenciada no caso chinês dada a posição de ação extrarregional no entorno estratégico do Brasil e que suscita uma revisão sobre como entender esse fenômeno. A lógica básica de controle de fontes de recursos naturais remete a uma correlação entre o desenvolvimento do Estado e a necessidade de fontes de recursos naturais para manter seu ritmo de produção e crescimento. De acordo com Lacerda (2006) esse é um ponto presente no Realismo Clássico de Morgenthau (1947, p. 261) quando afirma que “as matérias-primas, juntamente com os fatores geográficos e a autonomia na obtenção de alimentos” são os elementos estáveis do poder nacional dos Estados, condicionando assim a projeção de poder em relação direta com a obtenção de recursos naturais, pois são necessários para a produção industrial e, sobretudo, permitem o funcionamento o aparato militar.

Nessa conjuntura, Keohane e Nye (1989) apresentam um recorte conceitual importante entre sensibilidade e vulnerabilidade quando afirmam que ambos “têm a ver com o impacto a que está sujeito um determinado país em caso de eventos externos que afetem o fornecimento de bens ou capitais ou, ainda, o acesso a mercados fora de suas fronteiras. Nesses casos, o país será obrigado a alterar suas políticas para enfrentar a nova situação”. Isto reafirma a presente tese e sua busca pela confirmação da hipótese sobre os impactos da presença de um ator extrarregional no entorno estratégico brasileiro, haja vista que:

A sensibilidade do Brasil é alta nessa questão, observam, pois o Brasil importa da Bolívia 90% do gás que consome. A vulnerabilidade brasileira a um aumento de preços ou a um corte do fornecimento do gás boliviano é igualmente elevada, pois não existem fontes alternativas de gás natural às quais o Brasil possa recorrer no curto prazo. Ou seja: pela própria natureza das matérias-primas estratégicas, os países são mais vulneráveis a essas importações do que a outros tipos de mercadoria (NOGUEIRA; MESSARI,2005, p.10).

Nesse momento, o círculo de análise começa a contemplar o objeto de estudo desta tese a partir da hora em que cria uma reação em cadeia, pois um Estado sem recursos naturais não consegue suprir sua demanda de desenvolvimento. Consequentemente, não consegue manter seu aparato e desenvolvimento militar, o que culmina em dificuldade em manter suas defesas e evitar problemas de segurança, especialmente em um ambiente de Estados egoístas e auto-interessados (a anarquia internacional). Ressalta-se que:

O resultado terá um impacto enorme tanto em termos de economia quanto em termos de geopolítica” (Yergin 2014, 712). Ainda, o estudo geopolítico do oro gris permite analisar a construção de distintas estratégias nacionais, políticas públicas,

instituições e regulações dos três países com reservas na América do Sul – Argentina, Bolívia e Chile –, suas disputas internas e no âmbito internacional e as conexões entre atores internos e externos, conectando as perspectivas nacional, regional e mundial Deve-se compreender, analisar e utilizar a geopolítica como “um conhecimento estratégico e normativo que avalia e redesenha a própria geografia a partir de algum projeto de poder específico, defensivo ou expansivo” (FIORI, 2014 apud RODRIGUES;PADULA, 2017, p. 17).

O entendimento realista do auto-interesse dos Estados, somado a disparidade entre forças que desejam controlar as fontes e a localização geográfica destas aponta cada vez mais cenários prospectivos de conflitos e que envolverão, segundo Krasner (1995, p.11), “multinacionais voltadas para a exploração de recursos naturais, ou seja, situações em que o direito de acesso ao território de um Estado estrangeiro é condição para o exercício das atividades”. Ou seja, além dos atores estatais, há a atuação das Multinacionais nessa área de controle de recursos naturais e a subsequente utilização desses atores aos também interesses dos seus Estados-sede. Concomitantemente, Krasner (1995) afirmou no artigo “*Power politics and transnational relations*” que sendo todos os demais fatores iguais, “quanto mais importante para um ator for a sua possibilidade de operar legalmente dentro das fronteiras de um país específico, maior será o poder de pressão das autoridades políticas locais”, no sentido de que o Estado exerce a pressão sobre a exploração, como é o caso dos estudos analisados nesta tese.

É uma relação bilateral na qual o explorador de determinada matéria-prima investe o capital e a tecnologia de exploração até então não existente na região explorada em troca de vantagens assimétricas de mercado. De acordo com Nye (1989), esse tipo de análise das Relações Internacionais em termos assimétricos foi criado com o objetivo de explicar a capacidade de um Estado influenciar o outro através da sua cultura, seus valores, sua língua, suas instituições de ação em nível internacional e suas uma capacidades de usar força como ameaça a outros Estados, mas não somente bélica, também econômica, influenciando o comportamento de outros países no sistema internacional.

Desta forma, a concordância com a presença chinesa no entorno estratégico brasileiro por meio de relações econômicas assimétricas encontra explicação no realismo, pois se é capaz de explicar a conduta internacional dos Estados menos poderosos, os chamados países “em desenvolvimento” ou “periféricos” ou por alguns realistas de meros peões no tabuleiro estratégico – passivos, sem capacidade de ação autônoma –, constituem, na realidade, atores chaves na disputa global por matérias-primas.

A questão dos recursos naturais e energia, bem como a presença chinesa no entorno brasileiro e a sua relação assimétrica, é analisada englobando todo o sistema de extração e

produção de energia. Isso leva a um conceito mais amplo do espectro de análise desta pesquisa, já que aponta Oliveira (2012) que é um processo que pode afetar diretamente a sociedade e a economia, influenciando também a política e a guerra, pois a Energia é considerada simultaneamente como um recurso, um mecanismo transformador e um indicador da capacidade de exercício de poder.

De acordo com Vadell (2013), o processo de projeção de poder chinês como ator extrarregional na América do Sul passou a ocorrer mais efetivamente a partir do ano de 2002. É nesse mesmo período que, segundo o autor, a América do Sul experimenta um crescimento econômico destacável, após os magros resultados das reformas econômicas dos anos 1990. Nos anos 2000, o Brasil, mesmo tendo posição de liderança no processo de integração regional por intermédio do MERCOSUL e da UNASUL, teria seu papel – positiva ou negativamente – diretamente influenciado pela crescente presença chinesa e que implicou em um desafio crucial para política externa brasileira e posição do país na região, principalmente ameaçada pelo aumento da relação econômica entre China e a América Latina.

Em 2001, ocorre o ingresso da República Popular da China (RPC) na Organização Mundial do Comércio (OMC) e seu *boom* comercial global começa a tomar forma como política de Estado. Em parte devido também à alteração do foco de atuação geopolítica dos EUA, que passaram a priorizar mais a região de Oriente Médio e a Rússia e, geoeconomicamente, as relações comerciais e financeiras com a China e o Sudeste Asiático. Para Vadell (2011, p. 4):

As relações econômicas entre a China e os países latino-americanos começam a intensificar-se efetivamente a partir de 2001 e 2002 (VADELL, 2007). Esses progressos mostraram-se mais consistentes em 2004 e 2005, quando o Presidente Hu Jintao e o Vice-Presidente ZengQinhong visitaram vários países da América do Sul e assinaram dezenas de acordos comerciais, de investimentos e de cooperação em várias áreas. Se olharmos um pouco a história do século XX, e especificamente durante a Guerra Fria, observaremos que o relacionamento da RPC com os países da América Latina esteve marcado pelo pragmatismo, independentemente do tinte político dos governos da região. O compromisso político no âmbito da Organização das Nações Unidas era o seguinte: a China reconheceria e apoiaria as reclamações argentinas de soberania nas ilhas do Atlântico Sul e, em troca, a Argentina reconheceria oficialmente a RPC e Taiwan como província parte deste país. De fato, as lideranças de extrema direita e as forças armadas da América Latina não viam a China como um problema de segurança no contexto da Guerra Fria. As relações diplomáticas e comerciais foram estimuladas entre os países da região por governos ditatoriais e de direita.

São atividades diplomáticas chinesas que, segundo Marcella (2012, p. 2), oficialmente tem cinco focos, a citar: humanitários, manutenção da paz, intercâmbio militar, venda de armas e doações e transferência de tecnologia. Fazem concretizar uma estratégia de relação

assimétrica em troca também de apoio internacional em votação de interesse da China nas organizações multilaterais, combinadas com a transferência de material de defesa.

Assim, a relação entre China e os países do entorno estratégico brasileiro poderia ser caracterizada como uma relação entre uma grande potência e diversas pequenas potências fornecedoras de matérias-primas. Esse processo foi intensificado com a China procurando atuar com baixo perfil na tentativa de não chamar atenção a respeito das políticas de aquisição implantadas e, dessa forma, fazer com que as teses de que sua ascensão seria uma ameaça fossem descartadas. Com isso, contribuiu para o que Haass (2008) fala em relação ao sistema internacional hoje ser caracterizado como um sistema multicêntrico, no qual não há dominação por um Estado, duas ou algumas potências estatais, mas diversos atores que possuem e exercem vários tipos de poder. Marcella (2012, p. 1, tradução livre) expõe que:

a quantidade e o tipo de equipamento envolvido representam apenas a ameaça estratégica sugerida pelos escritores dos proprietários. Além disso, a natureza de uma grande parte da equipe é logística; pouco desse equipamento é para combate ou projeção de poder. Sem dúvida, há um crescente interesse por parte dos chineses em forjar alianças e ampliar contatos com governos e atores institucionais (como a milícia) na região - indo além dos investimentos e do comércio. Mas a noção de que os chineses procuram estabelecer uma cabeça de ponte estratégica é implausível, irresponsável e contraproducente para estabelecer uma relação útil com a China à medida que sua influência global aumenta.

A autora ainda aponta que a influência chinesa na América do Sul também é de cunho militar, em uma região abarcada no passado pela Doutrina Monroe²⁴ e que agora recebe armas e transferência de tecnologia cada vez maiores na última década, visto que:

Altos funcionários de defesa da América Latina visitam a China com frequência e as autoridades chinesas correspondem a visitas de alto nível à América Latina. Alunos da Colômbia, Chile, México, Peru e Uruguai frequentaram o Instituto de Estudos de Defesa, a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército e o Instituto de Pesquisa da Marinha. da China (MARCELLA, 2012, p. 2, tradução nossa).

Essa importância se dá devido ao fato de que a América do Sul é um amplo mercado de venda de armas advindas da China, pois suas instituições militares são pequenas em comparação com os padrões mundiais e seus orçamentos de defesa são limitados. Além disso,

é verdade que, para a América Latina – mas principalmente para a América do Sul – surge, em plena crise econômica, uma nova opção no horizonte: a crescente

²⁴A Doutrina Monroe foi declarada em alguns parágrafos da sétima mensagem anual do Presidente James Monroe ao Congresso em 2 de dezembro de 1823. Monroe advertiu os países europeus a não interferirem no Hemisfério Ocidental, afirmando "que os continentes americanos ... não serão mais adiante". considerados como sujeitos para futura colonização por quaisquer potências europeias". A Doutrina Monroe tornou-se a pedra angular da futura política externa dos EUA. Ver mais em: <<https://www.loc.gov/rr/program/bib/ourdocs/monroe.html>>.

presença da RPC no comércio internacional como compradora de recursos naturais e energéticos, cujos preços, por razões de maior demanda, especulativas e geopolíticas, experimentaram substantivas elevações pelo menos até a crise de 2008 (VADELL,2011, p. 2).

Em um cenário global de presença e disputa por diversos mercados consumidores, África e América do Sul surgiram no marco chinês como zonas ainda pouco exploradas no que tange a fontes de recursos naturais, diferentemente de outras, a exemplo do Oriente Médio, que passou a ser região de maior foco militar dos EUA após atentados de 11 de setembro. Isto posto, a presente tese segue os preceitos de Vadell (2011) quando aponta que, em análises dessa seara e se considerar que a RPC projeta-se como potência econômica e política global no século XXI, deve-se analisar, mais detalhadamente, o tipo e padrão de relacionamento que essa potência está desenvolvendo com os países da América Latina e a África no novo quadro geopolítico global e suas implicações. Em se falando da crescente relação entre a China com os países da América do Sul derivadas do estreitamento de vínculos econômicos, há consequências para a política externa do Brasil na região, pois:

O substantivo aumento do comércio entre os países da América do Sul e a RPC a partir de 2001 deve ser interpretado no contexto das mudanças da economia global e do aumento do comércio da China com o mundo. Na realidade, em maior ou menor medida, a maior parte dos países da América Latina beneficiaram-se com o crescimento do comércio bilateral com a China a partir de 2002 há estudos específicos das consequências para a América do Sul, como espaço geoeconômico diferenciado do resto da América Latina. Em outros termos, levando em consideração a explosão comercial da China com a América Latina, o intercâmbio entre os países da sub-região de México e América Central mostra um cenário e perspectivas diferentes em relação ao intercâmbio RPC-América do Sul. Em segundo lugar, a explosão das exportações latino-americanas, a partir de 2002, concentra-se em *commodities* e recursos energéticos e minerais. Em contrapartida, as importações vindas da RPC estão concentradas em produtos manufaturados. Por essa razão, os países da América do Sul, abundantes em recursos, foram e estão sendo os mais favorecidos com o aumento das exportações. Nessa direção, Gallagher e Porzecanski (2010) realizaram um interessante estudo dos impactos diretos e indiretos da relação econômica entre a RPC e América Latina e apresentam um cenário preocupante para a indústria da região. Embora os autores tenham como foco toda a região, eles apontam que, em 2006, dez setores e seis estados representavam 74% de todas as exportações da América Latina para a China e o 91% de todas as exportações de *commodities* da América Latina para esse país (GALLAGHER & PORZECANSKI, 2010, p.17).

Em um cenário de política internacional muito diferente de outrora e que se posta como um novo contexto de economia global, tem-se quatro objetivos que impulsiona os IED para a América do Sul, são eles: 1) a RPC necessita de recursos naturais e *commodities* dado que seus altos e constantes níveis de desenvolvimento ocasionaram uma necessidade proporcional de geração de energia e produtos primários; 2) a necessidade de isolamento internacional de Taiwan para que não obtenha reconhecimento oficial a não ser através da

China²⁵; 3) apoio em instituições e fóruns internacionais; 4) mercado consumidor de produtos industrializados *Made in China* dado que, após a crise econômica de 2008, os EUA e a União Europeia sofreram uma contração econômica importante, de modo que ficou mais patente a necessidade de a RPC diversificar as suas exportações para evitar uma diminuição do crescimento (VADEL,2011).

De acordo com Cacciamali, Bobik e Júnior (2012, p. 102):

O protagonismo ascendente da China na região sul-americana também ganha concretude ao se analisar a evolução de seus investimentos na região. Se, em 2003, o volume de investimentos diretos provenientes da China para a América Latina totalizava US\$ 15,86 bilhões, em 2009, a cifra atingia US\$ 344,09 bilhões, e a previsão para 2010, para o período de janeiro a julho, apontava um volume de investimentos da ordem de US\$ 576,6 bilhões. Deste último total, a maior parte vai para a América do Sul, particularmente para o Brasil: US\$ 408,05 bilhões (ou 70,77%); Peru: US\$ 96,32 bilhões (ou 16,70%); Argentina: US\$ 31,91 bilhões (ou 5,53%); e Venezuela: US\$ 14,95 (ou 2,59%). Ao longo de todo o período, o Brasil lidera os investimentos (CACCIAMALI; BOBIK; JÚNIOR,2012, p.102).

Uma das grandes questões analisada pela presente tese, mediante os dados apresentados, é fazer uma leitura sobre até onde, em cenários presentes e futuros, essa parceria econômica se posta como positiva ou perpassa objetivos econômicos para ser uma ameaça à segurança regional.

2.3 REALISMO, RECURSOS NATURAIS E DEFESA

No setor de defesa, os recursos são importantes na medida em que são utilizados para a produção de armas sofisticadas, porque o que define o resultado da guerra é a eficácia do material bélico, cuja fabricação e funcionamento dependem de determinadas matérias-primas (MORGENTHAU,1947; ZECA,2013). Isto posto, o controle de fontes de recursos naturais e a projeção de poder além-fronteiras nacionais se mostra, na visão de Morgenthau (2003), cada vez mais dependente do controle das matérias-primas, tanto na paz quanto na guerra, tendo uma correlação para um grande potencial de causar conflitos.

Assim, a importância dos recursos energéticos assumiria um papel fundamental na estratégia dos Estados no âmbito da Política Internacional, visto seus usos e aplicações em áreas estratégicas econômicas para o desenvolvimento e a segurança, além de serem a origem

²⁵ Atualmente, são 13 os países que não reconhecem a RPC na América Latina: Paraguai, na América do Sul; Panamá, Nicarágua, El Salvador, Honduras, Guatemala e Belize, na América Central; República Dominicana, Haiti, St. Kitts e Nevis, St. Vincent e as Grenadinas e St. Lucia, no Caribe (VADELL,2011, p. 4).

de vários conflitos de interesses entre Estados e de alvo de disputas entre companhias multinacionais privadas dos mais variados seguimentos.

Embora a “segurança nacional” seja uma preocupação básica, que aconselha uma política pautada pela prudência, ela não se impõe, podendo os países buscarem outros objetivos em seu relacionamento mútuo: a potência (o respeito à capacidade militar), a glória (LACERDA,2006, p. 5).

Isso não significa que para o entendimento da presença chinesa no entorno brasileiro como devendo ser vista como ameaça de invasão ou anexação, necessariamente. Longe disso, a segurança nacional não implica uma atitude defensiva de um país frente aos demais, pois é perfeitamente possível que um país busque em terras de outros mais recursos naturais ou humanos, ou simplesmente de modo “preventivo” para garantir sua segurança energética. Trata-se, portanto, do reconhecimento da temática nessa seara.

O fenômeno analisado nesta pesquisa, através de uma ótica realista, apesar de iniciado nos anos 1970, ganhou força na primeira década dos anos 2000, quando diversos países da América do Sul – e do mundo pós-Guerra Fria – passaram por diversas novas realidades conjunturais, especialmente o protagonismo chinês que ora ganhava destaques globais e no aumento da participação relativa de produtos primários e manufaturados intensivos em recursos naturais no conjunto das exportações, criando um “mercado sinocêntrico”²⁶. Visto que:

Os preços das *commodities* de origem primárias e produtos industriais intensivos em recursos naturais adquiriram trajetória crescente. A Ásia enfrenta escassez de matérias-primas e energia, o que permite que a América Latina exporte para lá quantidades crescentes de minerais, produtos agrícolas e energia a preços ascendentes (PAMPLONA; CACCIAMALI,2017, p. 9).

O caso chinês, conforme já dito, se diferencia de outros casos no fato de serem políticas governamentais e empresas estatais que buscam aquisição de fontes de recursos naturais no entorno estratégico brasileiro. É um processo de ação estatal que Santos e Milan (2014) descrevem como fruto das políticas governamentais chinesas pós-abertura econômica visando atrair capitais estrangeiros para aumentar o crescimento e fornecer tecnologias, *know-how* e outros benefícios produzidos pelos IDEs e pelas políticas de incentivos às Empresas de Propriedade do Estado (EPEs), as grandes empresas estatais chinesas que em uma estratégia intitulada “*Go Global*” espalham suas ações pelo globo e possibilitam uma leitura diferente

²⁶ Essa posição tão relevante e rapidamente conquistada pela China – algo como dez anos – fez Castro (2008) chamar o mercado global de “mercado sinocêntrico”. O fenômeno chinês tem produzido forte demanda por recursos naturais (PAMPLONA; CACCIAMALI,2017, p. 9).

da tradicional (privada) nesse tipo de ação de investimentos. Complementam Santos e Milan (2014, p. 2):

[...] parte dessas saídas pode responder também a objetivos geopolíticos de Pequim, aspecto não considerado pelas perspectivas tradicionais que tratam da internacionalização das empresas perspectivas tradicionais podem ser ampliadas, incorporando um novo determinante dos IDEs chineses: a busca de poder nacional (SANTOS; MILAN, 2014, p. 2).

Essa leitura não tradicional, lastreada pela Teoria Realista, pode levar a presente tese a um entendimento sobre ações dessa natureza serem empreendidas por Estados em busca de maximizar o alcance de suas operações internacionais e com vistas a adquirir propriedade e controle de empresas em um país por firmas em outros países. Ações que Hymer (2003) explica como tendo motivações geopolíticas, pois:

1) As firmas controlam empresas em muitos países com a intenção de eliminar a competição entre elas quando vendem nos mesmos mercados ou vendem uma para outra sob condições de competição imperfeita e 2) As firmas envolvem-se em operações em um país estrangeiro com a intenção de se apropriar completamente dos retornos seguros de habilidades que elas possuem e custos adicionais às atividades externas das empresas, os quais podem ser minimizados caso exerçam controle sobre sua produção no exterior (HYMER, 2003, p. 3).

Santos e Milan (2014) também buscam explicar justificativas determinantes realistas para incentivar Investimentos Estrangeiros Diretos, a citar: I) a busca de recursos, que reflete o interesse do investidor em ter o fornecimento orientado de determinados recursos, como os naturais; II) a busca de mercado, que está ligada à procura de dotações imóveis localizadas fora das fronteiras do país de origem (tamanho do mercado, renda *per capita*, acesso a mercados regionais e globais, estrutura do mercado etc.); e busca de eficiência, que almeja o investimento racionalizado (reduzir custos relativos à produtividade da mão de obra, transportes e comunicações, aproveitar as vantagens de um acordo de integração regional, etc.; e III) a busca por ativos estratégicos.

Esses dados levam a hipótese desta tese no que se refere a tendência de investimentos em aquisição de fontes de recursos naturais possuem objetivos geopolíticos, com vistas a projeção de poder e influência. Se considera então que os determinantes de busca de recursos, mercados e ativos estratégicos são contemplados diretamente pela oferta e controle de recursos naturais, as quais não se resumem a fonte literal em si, mas também de parques industriais e controle acionário de estruturas estratégicas.

Dentre os fatores apresentados, observa-se a interligação entre a necessidade por fontes de recursos de matérias-primas e a busca por garantia dos seus fornecimentos, que por sua vez assegura liderança no mercado regional e extrarregional, já que uma indústria

alimentada de matérias-primas quando produtiva garante venda no mercado. Concomitantemente, garante ativos estratégicos, como o fornecimento e controle não só da indústria interna, mas como a de outros Estados também, dependentes de *commodities* para produzir, o que nos leva a crer que não se trata apenas de uma presença extrarregional para garantir segurança energética, assim como controlar mercados e fontes estratégicas. Tudo isso sem entrar em conflito direto ou indireto com nenhum país do continente americano, pois:

Ao contrário das manchetes, a China não quer desafiar os Estados Unidos no hemisfério, mas os latino-americanos não são meros espectadores. Eles buscam atrair a China para entender a natureza e a extensão do poder e influência da China - e o impacto sobre seus interesses políticos nacionais e estrangeiros. Eles também querem manter suas opções em aberto para comprar equipamentos militares a preços acessíveis e transferências de tecnologia para coprodução ou produção independente. Além disso, eles estão cientes dos riscos de adquirir um mix variado de sistemas de vários países, uma perspectiva que torna a manutenção um pouco cara e a preparação problemática (MARCELLA, 2012, p.4).

O Investimento Estrangeiro Direto na América do Sul saiu de próximo à zero em 2004 para uma grande estratégia de internacionalização das empresas chinesas por meio desses investimentos, desde fase da “aplicação integral da Estratégia ‘*Go Global*’²⁷, como diz Santos e Milan (2014). Essa vertente estratégica de nacionalização foi destacada no Relatório Internacional de Investimentos de 2011 (UNCTAD, 2011), apontando que em 2010 foi identificado um total de 653 ETNs de propriedade estatal no mundo, sendo que cinquenta delas pertenciam ao governo chinês (7,7% do total). Isso garante à China o segundo lugar entre os países que possuem esse tipo de empresa em expansão pelo mundo, especialmente destaca-se que as maiores são ligadas a recursos naturais e energia, já que:

Analisando-se a presença das cinco principais ETNs não financeiras chinesas por ativos e estoques de IDEs no exterior, dispostas na Tabela 1, tem-se que: a) todas são EPEs; b) quatro são as maiores tanto em ativos como em IDEs; e c) com exceção da China Unicom Corporation (comunicação) e da China Ocean Shipping (group) Company, todas as outras três estão ligadas aos recursos naturais/energia (MOFCOM, 2011).

Ou seja, essa caracterização empresarial estatal, com foco em recursos naturais, soma-se aos investimentos estrangeiros diretos advindos do Estado chinês e denotam a clara existência de uma estratégia geopolítica de expansão de influência no entorno estratégico brasileiro, o que acarreta a perda de espaço regional do Brasil e demonstra novamente que o atual cenário internacional está passando por uma fase de reordenamento das relações

²⁷ A estratégia supracitada explica grande parte do aumento recente dos IDEs chineses pelo mundo, investimentos que são realizados majoritariamente por ETNs chinesas de propriedade estatal, principalmente do governo central, o que indica o importante peso do Estado na realização e direcionamento dos IDEs de acordo com seus interesses nacionais (SANTOS; MILAN, 2014, p. 12).

internacionais de poder (LAYNE, 2012). Sobretudo, tem declaradamente motivações geopolíticas alheias às aparentes, em razão de:

As motivações acima estão em consonância com a circular conjunta lançada em outubro de 2004 pela Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma e pelo Banco de Exportação e Importação da China, a qual busca incentivar as inversões no exterior em áreas específicas, como: (1) projetos de exploração de recursos para atenuar a escassez interna de recursos naturais; (2) projetos que promovam a exportação nacional de tecnologias, produtos, equipamentos e trabalho; (3) centros internacionais de P&D [pesquisa e desenvolvimento] para utilizar tecnologias avançadas em nível internacional, habilidades gerenciais e profissionais; e (4) [fusões e aquisições] que poderiam aumentar a competitividade internacional das empresas chinesas e acelerar a sua entrada em mercados externos (SALIDJANOVA, 2011, p.7).

Uma vertente que se destaca ao entender que os Investimentos Estrangeiros Diretos da China na América do Sul podem não necessariamente apontar apenas para anseios econômicos pois estes normalmente explicam a ação da maioria dos investidores objetivando maximizar lucros mas os Investimentos Estrangeiros Diretos chineses na região sul-americana tem uma temática que parece ser mais geopolítica do que econômica. Isso significa a necessidade do país – no presente caso, o Brasil – adotar como visão de cenário também o fato de que a China está buscando principalmente o controle sobre ativos politicamente estratégicos e que os determinantes econômicos devam ser minimizados. Por meio dos IDEs, a China pode expandir sua influência pelo mundo e ocupar importantes posições no tabuleiro do jogo internacional de poder (SANTOS; MILAN,2014).

A hipótese aventada na presente pesquisa pode explicar as motivações geopolíticas no entorno estratégico brasileiro, assim como os motivos da presente tese necessitar entender esse tipo que cenário como uma questão de segurança. Uma visão que países como Canadá, Austrália e EUA já adotam tais caracterizações de IDE como ameaça à segurança, dado que os IDEs chineses são qualitativamente diferentes dos investimentos de outras nacionalidades encontrados na região latino-americana (PETERS,2012). Complementa-se que:

Neste sentido, alguns casos de bloqueios aos investimentos chineses no Canadá, nos Estados Unidos e na Austrália chamaram a atenção pelo fato de todos envolverem supostas ameaças à segurança nacional. Esses países parecem temer que os IDEs chineses possam efetivar intenções políticas de Pequim, isto é, interesses geopolíticos maquiados pelas EPEs, que funcionariam como um meio pelo qual eles tentam ser alcançados. Este aspecto dos IDEs, caso a hipótese deste trabalho não possa ser rejeitada, pode ser entendido como uma forma de busca de poder nacional (SANTOS; MILAN,2014, p. 18).

No Canadá, os IEDs chineses estão majoritariamente voltados à exploração de recursos naturais. O governo canadense faz ressalvas aos investimentos chineses alegando a salvaguarda da segurança nacional, ou seja, entendendo a presença e os investimentos

chineses como ameaça segurança, pois a há uma falta de clareza em se falando das reais intenções dos Investimentos Estrangeiros Diretos chineses, sobre o fato de “o controle corporativo das empresas estar nas mãos do Estado e do Partido Comunista Chinês (PCC), sobre a existência de células do PCC dentro das principais empresas exercendo influência nas decisões de negócios e sobre a natureza de seu sistema político” (SANTOS, 2014, p. 474. Isso ocorre por já adotarem que a aquisição de postos estratégicos por capital chinês pode afetar interesses energéticos no futuro, do seguinte modo:

investimentos externos da China em países como o Canadá é especificamente dirigida à promoção dos próprios objetivos de segurança nacional e de influência geopolítica”. Sobre os IDEs chineses bloqueados nos Estados Unidos, dois eventos sugerem motivações geopolíticas: um na área de recursos naturais, com a tentativa de aquisição da União da Companhia de Petróleo da Califórnia (UNOCAL), e outro na área de tecnologia, a tentativa de entrada da Huawei no mercado norte-americano. A frustração da negociação da Corporação Nacional Chinesa de Petróleo Ultramarina (CNOOC, na sigla em inglês) na aquisição da UNOCAL em 2005 exemplifica bem como os investimentos chineses nos Estados Unidos podem ser interpretados sob um prisma geopolítico (SANTOS;MILAN,2014, p. 19).

Essa política de aquisições contribui para dar mais lastro a hipótese de ação chinesa no Brasil e em seu entorno estratégico como projeto de projeção de poder. Isso é maximizado pelo alto grau de desconhecimento por parte de outros Estados no que tange aos investimentos chineses e seus reais objetivos pelo mundo, o que evidencia o objetivo de conduzir políticas extrarregionalmente.

Pequim estaria usando as ETNs de propriedade estatal como forma de alcançar também objetivos geopolíticos, expandindo sua influência na ordem internacional e avançando seus interesses nacionais. Seriam, portanto, peças-chave na reconfiguração do tabuleiro da ordem internacional. Se, do ponto de vista empírico, as informações existentes não permitem aceitar ou rejeitar a hipótese, as poucas evidências até aqui coletadas sugerem elementos que apontam nesta direção, e do ponto de vista teórico avanços são necessários (SANTOS; MILAN,2014, p. 23).

É nesse contexto que Pamplona e Cacciamali (2017) veem isso como um desafio ao desenvolvimento da América Latina que reemerge, já que novos contornos está o desafio de repensar as implicações das estruturas produtivas centradas em recursos naturais no desenvolvimento econômico dos países da região. Isso demonstra a importância do entendimento dos reais objetivos das atividades econômicas focadas em recursos naturais da América do Sul. O enfoque que se adota por esta tese pressupõe que o desenvolvimento econômico, como processo contínuo e não automático de mudança estrutural e como resultado de escolhas de agentes sociais e políticos, gera o atual quadro de relação assimétrica atual com a China. Seguindo preceitos de Carr (2001), isso tende a maximização de poder político e econômico, incidindo também em aumento de poder militar.

Essa submissão dos países sul-americanos à troca assimétrica pode ser explicada pelo fenômeno dos preços das *commodities* primárias nos anos 2000. Isso significou uma reversão dos termos de intercâmbio a favor dos produtos atrelados a recursos naturais, o que incentivou o fortalecimento da base industrial primária. Em muito levado pelo fato de que é preciso considerar a ideia de que recursos naturais não são uma riqueza que só reflete em retorno financeiro, valorizado com pesquisa, desenvolvimento e indústria manufatureira. Algo em grande parte inexistente na região. Ou seja, os Estados têm os recursos naturais e a China o capital de exploração e, com isso, bastou para concretização de uma relação assimétrica de forma consensual.

Pamplona e Cacciamali (2017) coadunam com o pensamento realista de que a abundância de recursos naturais – minerais, hidrocarbonetos, água, terras agricultáveis, florestas entre outros – dos países da América do Sul tem sido interpretada mais como um risco do que como uma oportunidade por parte relevante da literatura sobre desenvolvimento econômico. Fato que não necessariamente tem sido visto dada a assimetria e a primarização da indústria, o que levou a criarem o debate a respeito de ser uma benção ou uma maldição a posse de tantos recursos naturais, visto que:

Entre a “benção” e a “maldição”, a análise estruturalista ou desenvolvimentista destacou a dimensão prejudicial – a “maldição” – para as economias baseadas no uso intensivo de recursos naturais (Prebisch, 1949; Ocampo; Parra-Lancourt, 2010; Vieira; Avellar; Veríssimo, 2013; Abelles; Rivas, 2010; Bresser-Pereira; Gala, 2010). Estabeleceu-se algo que podemos chamar de “paradoxo da abundância”, no qual a generosidade da natureza representada pela profusão de recursos naturais – que fez que os primeiros exploradores europeus das Américas preterissem as colônias do norte e cobiçassem as colônias do sul – origina, entre outros efeitos deletérios, baixo crescimento econômico no longo prazo (PAMPLONA;CACCIAMALI,2017, p. 3).

Assim, o dilema da posse de recursos ser uma benção ou uma maldição, leva a esta pesquisa às análises políticas sobre controle intensivo de fontes de recursos naturais presentes na tese de Prebisch e Singer (1949). Os autores afirmam que os recursos naturais são um tipo de riqueza diferente, pois sua vantagem reside no fato de que os recursos naturais não precisam ser produzidos, mas unicamente extraídos, ou seja, não são resultado de processos produtivos de fabricação.

Do outro lado da questão, a concentração de exportação desses recursos afora não cria, no estado de origem, um processo de desenvolvimento industrial, mas sim de dependência que não agrega desenvolvimento produtivo e econômico na seara das fontes de recursos naturais. Mel Watkins (2006, p. 16) chama esse efeito de “armadilha das matérias-primas ou dos produtos básicos”, um processo que causa uma mentalidade exportadora restritiva a

commodities e que emperra o desenvolvimento econômico industrial, maquiado pela entrada de capitais da indústria primária, fato que dificulta a percepção da dependência.

Ao observar os dados de crescimento econômico, observa-se a procedência de tais afirmativas. Todos, apesar de ricos em recursos naturais, dependem suas economias diretamente dessa extração e, assim, não apresentam crescimentos consideráveis entre os anos 2000 e 2010. Uma das soluções, apontam Ferranti et al. (2014) e Pamplona e Cacciamali (2017), seria completar a abundância de recursos naturais com boas instituições, capital humano e conhecimento. São elementos questão em decadência no Brasil e, segundo os autores, a falta desses três últimos elementos é o que causa o atraso no desenvolvimento econômico de países da América do Sul e não a concentração da estrutura produtiva em atividades centradas em recursos naturais. Complementa-se que:

a grande lição que emerge das discussões acerca do desenvolvimento baseado em recursos naturais é o equívoco de encarar os recursos naturais como “dotação”, cuja essência econômica seria fixada pela natureza, e não perceber que é o “processo de aprendizagem” que permite que o potencial econômico desses recursos seja efetivado (PAMPLONA;CACCIAMALI,2017, p. 6).

A grande ameaça que se pretende destacar aqui é o fato de que a China alterou o perfil tecnológico das exportações, incentivando uma indústria de base. Isso criou uma deficiência na capacidade dos Estados de criarem riquezas com o processamento dos recursos naturais em uma rota de desenvolvimento que não recebeu os devidos investimentos internos e que poderia, se diferente fosse, acarretar em um processo que evitaria a ocorrência de uma reprimarização da já combalida indústria sul-americana em contraposição a uma desindustrialização como consequência dos investimentos chineses voltados à indústria de base, alterando assim o foco em matérias-primas.

Assim, a questão sobre a possibilidade de a abundância de recursos naturais ser posta como uma via dupla, que pode ou não levar ao desenvolvimento. Questiona-se na hipótese desta tese se seria essa abundância em conjunto com a presença chinesa uma ameaça ao desenvolvimento e a segurança nacional do Brasil. A presença de ator extrarregional é um fenômeno que Barragán e Castillo (2017) apontam como sendo, em primeiro momento, necessário compreender o crescimento contemporâneo da China, pois é um novo superpoder que surge no contexto internacional e utilizando-se, de forma estratégica, do posto de grande investidor em IED e competidor formidável em produtos manufaturados. Contudo, também é um criador simultâneo de uma gama de Estados dependentes e influenciáveis pelos chineses.

Esse processo estratégico chinês é responsável, de acordo com Cintra e Pinto (2017), por uma reconfiguração da ordem mundial, em meio a um momento de transição

internacional, tendo a economia mundial e o sistema interestatal apresentado profundas transformações com a ascensão econômica e política da China nas últimas décadas. Seria um processo de uma nova divisão internacional da produção, projetando o seu poder no tabuleiro geoeconômico e geopolítico asiático e mundial, em uma estratégia macroeconômica global coordenada e que congrega diversos setores do funcionamento estatal.

Nesse contexto,

as políticas macroeconômica, industrial, de ciência e tecnologia, externa e de segurança são direcionadas pelo Estado para a construção de uma estabilidade política, a melhoria das condições de vida do povo chinês e a reconquista de uma posição internacional autônoma. Estado chinês vem tentando construir um novo regime de crescimento sustentável, articulado à configuração de um Estado de bem-estar com características particulares. Associado a isso, delineiam-se novas relações (financeiras, de investimentos, diplomáticas, de defesa etc.) entre a China e o restante do mundo que vem desencadeando um processo de transição internacional (CINTRA; PINTO, 2017, p. 1).

É uma estratégia geopolítica combinando desenvolvimento econômico e de defesa que objetiva dar sustentabilidade a capacidade de defesa interna ante as ameaças estrangeiras. Ao mesmo tempo, expandir sua esfera de influência para além da Ásia, por meio da ampliação de ação em instituições internacionais e financiamento de estruturas econômicas que criem dependência do capital chinês sem, frisa-se novamente, necessitar de envolvimento direto em um só conflito armado, mas sempre estando pronto para a possibilidade de ocorrência de um.

Apesar disso, Rolo (2013) diz que os efeitos dessa relação devem ser estudados com cautela, pois, apesar dos ganhos em curto prazo, geram perigosos impactos em médio e longo prazo. No Brasil, os efeitos já têm se mostrado claros, pois há um processo de reprimarização em processo e a relação assimétrica de dependência da China tem impactado na diminuição do posto de líder regional do Brasil. Para o referido autor:

No Brasil, a presença chinesa é uma ameaça imediata ao setor industrial tanto no mercado interno, quanto externo. Com elevadas taxas de crescimento, a China tem cada vez mais importância no cenário mundial. Para a América do Sul, a China torna-se cada vez mais um dos principais parceiros comerciais. Este acontecimento tem implicações importantes para cada um dos países do continente, inclusive para o Brasil, que estendia suas influências para a região. A intensificação das relações comerciais chinesas deve-se em grande parte à política de Deng Xiaoping, sucessor de Mao Tsetung. As relações entre China e América Latina intensificaram-se a partir da década de 70, e principalmente a partir da década de 80. Contudo o grande crescimento das relações ocorreu no final da década de 1990, principalmente devido ao grande aumento da necessidade chinesa por matérias-primas. Intensificou-se ainda mais no ano 2000, também principalmente pela necessidade chinesa por *commodities* e por mercados consumidores (ROLO, 2013, p. 4).

É um dilema em análise e que tem divergências acadêmicas quanto a sua leitura, pois enquanto tal processo pode ser avaliado como uma oportunidade benéfica, outros destacam

que se trata de uma relação desigual e prejudicial à região, visto que a inserção de capital chinês na região incentivou, através das indústrias de base e do investimento ter a aquisição e controle de fontes de recursos naturais, os países a se especializarem em exportação de *commodities* e não darem foco ao desenvolvimento do processo produtivo manufatureiro, o que causa uma relação de dependência. No caso do Brasil, que apresenta o parque industrial mais desenvolvido frente aos demais países da América do Sul²⁸, as perdas são imediatas, pois relações com a China incentivam o potencial produtor de *commodities* do país e prejudica o setor industrial brasileiro. Perdas tanto no mercado interno quanto no mercado externo brasileiro.

Em uma região que é área estratégica para influência e comércio do Brasil, tanto pela questão geográfica como pela semelhança dos contextos históricos e culturais, há a inserção de produtos manufaturados da China. Isso a um preço menor e não competitivo, incidindo em perdas no mercado nacional frente à concorrência desleal chinesa na região sul-americana.

Em grande parte, a perda de espaço também se deve à falta de protagonismo brasileiro no processo de integração da América do Sul, o que dificulta tanto a defesa de mercado para o Brasil quanto à melhor inserção da região como um todo no comércio internacional. Em contraponto, é um processo que a China preocupou-se em expandir para garantir combustível a sua crescente industrialização, seguida de aumento da produção de bens de alta tecnologia. Ao investir cada vez mais em produtos de média e alta tecnologia, a China também aumenta o valor agregado de suas exportações e o superávit na balança comercial (ROLO,2013, p. 15).

O processo de assimetria é resultado também do fato de a China ter sabido aproveitar o momento político e econômico diferenciado dos EUA, que focou no Oriente Médio e, assim, permitiu aos chineses ocupar espaços no cenário mundial, como ocorre no caso da América Sul. Além disso, tem implementado políticas que diminuem o poder de influência regional do Brasil, principalmente em um processo semelhante ao já concretizado no continente africano. Entretanto, difere-se por não demonstra desejo de assumir posturas políticas hegemônicas como as dos EUA, mas que já apresenta a vertente de ocupar o posto de maior parceiro comercial – o que já ocorre em alguns casos – assim como maior influenciador dos Estados. Nesse entendimento,

Nas áreas da África, procura manter-se como uma nação que visa o desenvolvimento destas regiões subdesenvolvidas e, no caso da América Latina, procura não entrar em conflito com os EUA, que possui a maior influência na região. A relação entre China e América Latina é marcada pelo pragmatismo e orientada, basicamente, por

²⁸Ver mais em The World Fact Book (CIA). Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/docs/profileguide.html>>. Acesso em 20 jul. 2018.

fatores econômicos. No campo político, há o interesse de apoio nos fóruns multilaterais e na questão de Taiwan, porém as relações comerciais ocorrem mesmo que esses fatores não ocorram, o que marca o pragmatismo nas relações América Latina ser região de influência norte-americana, o que necessita de mais cuidado para evitar conflitos. Portanto, na América Latina, a China apresenta-se bem menos focada no desenvolvimento da região (ROLO, 2013, p. 16).

Segundo Holland e Barbi (2010, p.18-19), as relações entre China e América do Sul ocorrem de quatro maneiras. A primeira é como importadora de recursos naturais. A segunda é como exportadora de produtos industrializados para a região. A terceira é como parceira em *joint-ventures* para a produção com empresas locais da região uma maneira recente, já que a China costuma preferir a produção interna de seus produtos. A quarta é como fornecedora de empréstimos para a região: “Alguns destes créditos são garantidos por contratos de exportação de matérias-primas para a China. Outros são oferecidos na forma de financiamento para aquisição de produtos chineses” (p.19). Como consequência, as exportações sul-americanas são predominantemente compostas por *commodities*, ao passo que predominantemente são importados produtos manufaturados.

A estratégia é clara e descrita por Rolo (2013), do seguinte modo: para aumentar as relações com os países latino-americanos e garantir reservas energéticas e de matérias-primas, a China promete investimentos e empréstimos a condições bem mais atraentes do que os cobrados por organismos multilaterais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Isso denota outra vertente da presença extrarregional: atrair adesões e apoio às instituições chinesas em detrimento das clássicas lideradas pelos EUA ou pela Europa, além de apoio político ao não reconhecimento de Taiwan como Estado independente e participante em votações de instituições internacionais multilaterais.

Assim, a relação China *versus* América do Sul se posta mais como uma relação Norte-Sul do que Sul-Sul, pois mais que “ocorrer em moldes similares aos das demais potências, apresenta-se ainda mais intensificada pelo fato da China, atualmente, demandar ainda mais *commodities* do que EUA e União Europeia, além de ser uma grande concorrente com os países mais industrializados da região (tanto em mercados externos quanto em seus próprios mercados)” (ROLO,2013, p.30).Como é o caso do Brasil.

Essa estratégia incide no aumento dos níveis de dependência dos Estados sul-americanos a cada ano. Considerando que até 1995 as taxas de importação giravam em torno de 2,3% e esses níveis passaram para 9,28% em 2007 (JENKINS; PETERS, 2009; SOUZA,2010), chegando à China a ser a origem de 40% de tudo que é importado com alto valor agregado na América do Sul. Esse fato, aponta Souza (2010), deve ser destacado pois o

impacto negativo de produtos a baixo custo em concorrência com os nacionais é devastador na já difícil indústria nacional, já que:

do ponto de vista dos consumidores, o aumento da disponibilidade dos produtos de baixo custo da China tem sido vantajoso, apesar das preocupações com os padrões de qualidade e segurança de alguns produtos. O foco da recente preocupação tem sido o impacto da competição chinesa sobre os produtores locais e se estes estão sendo deslocados pelas importações chinesas de baixo custo (JENKINS; PETERS, 2009 apud SOUZA, 2010, p. 1).

Esse raciocínio é compartilhado por Chang e Bohrer (2010, p.1), pois “apesar de trazer oportunidades, o aumento da presença da China na América do Sul em termos de comércio e investimentos deve ser analisado com cautela, em função de seus impactos”. Isto é, a exemplo da perda de espaço comercial que o Brasil já passa. Para Souza (2010, p. 1):

No entanto, a evolução do *quantum* da participação de mercado que o Brasil possui na América Latina e Caribe, em relação a outros países fornecedores presentes, revela que, no período de 2001 a 2005, a participação de mercado dos produtos brasileiros passou de 3,9% para 6,2%, parcela mantida até 2007. Nos anos seguintes, essa participação decresce para 6,0% em 2008, principalmente em função do aumento das vendas de outros países concorrentes na região, com destaque para a China, cujos produtos passaram de uma participação de mercado de 2,3% para 9,4% em 2009. O rápido aumento da participação da China na América do Sul em termos de comércio e investimentos é reflexo da estratégia governamental deste país asiático em priorizar fontes de recursos naturais e insumos básicos. Essa necessidade decorre da alta demanda interna gerada pela política de desenvolvimento econômico do país, bem como da busca pela garantia de mercados para escoar os produtos chineses.

Denota-se, assim, o decréscimo da parcela brasileira no mercado no entorno estratégico brasileiro e em paralelo ao crescimento do chinês, mostrando uma relação entre a presença de um ator extrarregional e a perda de projeção brasileira na América do Sul. A diferença entre China e Brasil nessa competição por projeção de poder na América do Sul é resultado, do fato de que as diretrizes da política de investimentos externos de empresas chinesas são focadas em áreas que agregam segurança energética, tais quais: o acesso a recursos naturais; o aumento das exportações e da participação no mercado sul-americano; a aquisição de fontes de recursos nesses Estados e redes locais de consumo de produto industrializado; e competitividade industrial além de tecnologia de ponta. Essas ações chinesas diferem das políticas nacionais brasileiras para a região e reflete em perda de participação comercial do Brasil.

O Brasil, por exemplo, começou a perder participação no mercado dos países membros da ALADI, principalmente como decorrência do aumento da participação chinesa nesses países. Além disso, no período 2006-2009, a pauta de produtos de alta e média-alta intensidade tecnológica exportada do Brasil para países do entorno estratégico foi reduzida,

em contraste com o aumento observado nas vendas externas brasileiras para a ALADI de bens de média-baixa intensidade tecnológica (SOUZA,2010, p. 1), o que denota uma mudança da matriz de exportação que perde valor agregado e ganha espaço com produtos de necessidade básica que rendem menos lucro em uma região que, de acordo com a ONU, em 2018 foi o destino de 40% das exportações nacionais e, em nível de MERCOSUL, essa taxa sobe para 56% de todas as manufaturas exportadas pelo Brasil²⁹. Esse fato denota o peso da região na balança comercial brasileira.

Esse chamado “efeito China”, em longo prazo, elevou o produto das *commodities* e gerou um efeito negativo na economia nacional dado que ficou mais dependente dos preços elevados das *commodities* para um bom resultado no saldo do comércio exterior, dada a dependência crescente da exportação de bens primários para a China ou para países do entorno estratégico.

O processo de reprimarização, destacado por Herzog (2013) pode ser visto de duas óticas. A primeira delas reflete a perda de competitividade internacional dos produtos manufaturados e o ganho dos produtos agrícolas exportados pelo Brasil e o segundo expressa a mudança da estrutura de exportações com a maior participação relativa dos produtos agrícolas e a menor participação dos manufaturados e que resulta no o avanço da agropecuária e da mineração em detrimento da indústria de transformação (no Brasil e na América do Sul).

Observa-se que o processo de reprimarização e desindustrialização já surte efeitos na economia nacional do Brasil a partir do momento em que a presença chinesa alterou a pauta exportadora e diminuiu a intensidade tecnológica do que era e é exportado para os países do entorno estratégico do país. Isto leva a presente tese a discutir se o Brasil deixou de ser o protagonista ou o líder regional para ser coadjuvante frente a presença chinesa na região sul-americana.

2.4 AMÉRICA DO SUL, ENTORNO ESTRATÉGICO E RECURSOS NATURAIS: NOVO ESPAÇO VITAL CHINÊS?

Não é de hoje que os recursos naturais da América do Sul são motivo de disputas entre potências. Além de área de influência política importante, Fontes (2015) cita o exemplo da própria entrada do Brasil na Segunda Grande Guerra (1939-1945) como causada pela disputa

²⁹ Ver mais em: “Quase 40% das exportações manufaturadas do Brasil vão para América Latina e Caribe, diz CEPAL”. Disponível em:<<https://nacoesunidas.org/quase-40-das-exportacoes-manufaturadas-do-brasil-vaopara-america-latina-e-caribe-diz-cepal/>>. Acesso em 13 dez. 2018.

de influência na América do Sul entre a Alemanha hitlerista e os Estados Unidos. Tendo em vista os quase ilimitados recursos naturais brasileiros como ingredientes principais, especialmente borracha, ferro, manganês, algodão, café e açúcar.

Explorados por potências desde o século XV, quando o subcontinente era a imagem de um espaço geopolítico dependente e cuja formação territorial aberta fora o resultado engendrado pela territorialização de um campo contínuo de articulação relacional metrópole-colônia em razão de interesses por recursos naturais (SENHORAS; MOREIRA; VITTE, 2009). Criou-se também uma agenda geopolítica atrelada a recursos naturais com uma conjuntura que varia no tempo, mas que conserva a relação de exploração e fornecimento de matérias-primas. Nesse contexto,

A realidade da região sul-americana – e entendendo região como um grupo de Estados interdependentes que, por imperativos geográficos de proximidade ou vizinhança, compartilham ameaças e preocupações militares, independentemente de seus interesses (BUZAN, 1991) – possui demandas de segurança que lhe são próprias e que só podem ser resolvidas conjuntamente. Há, portanto, a necessidade de que o Brasil, bem como as recentes instituições criadas, possua mecanismos para neutralizar políticas unilaterais dos Estados Unidos para a região e fazer da autonomia regional a sua principal orientação (COSSUL, 2016, p.14).

É um processo de exploração de recursos que foi desenhado ao longo dos séculos XIX e XX e que criou uma relação assimétrica de poder, conforme já fora destacado entre explorador (agora a China) e explorado (entorno estratégico e o próprio Brasil). A assimetria de poder entre os lugares que detém a tecnologia e os lugares que detém recursos naturais atualiza apenas o histórico e desigual padrão de poder moderno-colonial, aguçando tensões de territorialidade e engendrando processos de abertura e fechamento de territórios (SENHORAS; MOREIRA; VITTE, 2009).

Ao longo da história, as relações de exploração foram sendo alteradas no que tange aos atores envolvidos, mas conservando a lógica de busca por controle de recursos naturais. Uma fase que Senhoras e Vitte (2009, p.1) destacam estar a América do Sul passando novamente no século XXI, já que há um “processo de abertura da formação territorial, como o surgimento de zonas de continuidade ou interdependência que são porosas aos fenômenos centrífugos (multilateralismo) e centrípetos (regionalismo) de integração na economia-mundo”. Isso em uma nova significação de aproveitamento produtivo dos pontos fixos de riqueza em recursos naturais na América do Sul e por um novo ator extrarregional, a China.

Segundo Becard (2011, p. 3):

A China, de sua parte, também adotou, a partir dos anos 1980, estratégias de desenvolvimento baseadas na ampliação de suas relações internacionais, sobretudo

com vistas à aquisição e dominação de tecnologias avançadas (parte do projeto das Quatro Modernizações – envolvendo a agricultura, indústria, ciência e tecnologia), à conservação de sua independência internacional e à aquisição de *status* de “igual aos grandes”. O início da era Deng Xiaoping (a partir de 1978) marcou de forma definitiva o comprometimento chinês com a modernização, passando o desenvolvimento e a segurança a ter maior peso que a ideologia como fatores-chave da política externa (BECARD,2011, p. 3).

São exemplos, dentre tantos outros possíveis, que ilustram como a temática de acesso e controle de fontes de recursos naturais tem influenciado nas Relações Internacionais ao longo da história. As variáveis de condição física, geografia e parcerias com regiões detentoras de recursos naturais estratégicos para as potências tem sido guia dos Estados nacionais frente a constante necessidade de mais acesso a recursos, pois:

O assédio e a necessidade desses recursos nas relações internacionais não são novos nem inéditos, como de plano demonstra a constante disputa pelo petróleo do Oriente Médio. As relações internacionais em muito se definem pela contenda entre nações por recursos naturais existentes em terceiros países, agora como no passado (FONTES,2015, p. 3).

Assim, os antigos impérios coloniais se baseavam em relações de controle sobre o comércio de matérias-primas e se especializaram como zonas de exportação de produtos específicos. Foi nesse processo que o controle das produções de recursos naturais virou questão de afirmação nacional e, desde 1962, o Grupo dos países em desenvolvimento, o G-77, obteve uma resolução da ONU afirmando o direito de soberania permanente dos povos e das nações sobre os seus recursos naturais e riquezas, assim como o direito de explorá-los de acordo com o interesse da sua população (MENDES,2010). Isso se deve principalmente pelo desejo dos Estados desenvolvidos de conservar suas reservas estratégicas nesses países, além de já adotarem o controle de fontes de recursos naturais como uma questão de segurança nacional, o que por si só já gera conflitos.

O exemplo clássico também se repete por ser uma troca assimétrica: recursos naturais – primários - por produtos industrializados. É nessa conjuntura que uma análise da presença chinesa se mostra importante, pois a descoberta e a exploração dos recursos energéticos mudam a posição de um Estado no Sistema Internacional. Sobretudo, tendo em conta o valor estratégico que esses recursos representam na dinâmica das relações econômicas internacionais e da própria economia mundial (ZECA,2013).

Exportar matérias-primas é uma vantagem evidente, mas os Estados não produtores precisam se utilizar de estratégias que permitam contornar esse infortúnio, minimizando ao máximo sua relação de dependência. Essa rede de contatos de fornecedores de matérias-primas faz dessa uma das principais questões das relações internacionais (MENDES,2010).

Neste sentido, a estrutura básica do sistema internacional, segundo John J. Mearsheimer (Ibidem, p. 160, tradução nossa) força os Estados a se preocuparem com sua segurança e competirem entre eles por poder e adotarem como meta de toda a grande potência é maximizar sua quota de poder mundial e eventualmente dominar o sistema.

Essas preocupações se inserem perfeitamente no contexto da pesquisa por se postar a China em pleno crescimento e sua enorme demanda por geração de energia, por exemplo. E, desse modo, a escassez seria a geradora de conflitos, baseada em uma combinação de três variáveis: mudanças ambientais, crescimento populacional e desigualdades sociais e de acesso aos recursos naturais (RIBEIRO, 2010; FONT e RUFÍ, 2001; HOMER-DIXSON, 1999). Klare (2001) destaca que as guerras do futuro vão desencadear-se por causa dos recursos naturais, o quais serão cada vez mais escassos e ainda mais vitais. O estudo desse processo tem sido objeto de estudo por vários pesquisadores.

Assim, a América do Sul se posta como grande fonte de recursos naturais inexplorados e visados ao longo da história desde o Século XVI, principalmente como colônias de exploração. Senhoras, Moreira e Vitte (2009, p. 3) e Lacerda (2014, p. 28) “ressaltam que a característica natural dos recursos adquire um perfil geopolítico quando espaços de atração da intervenção humana para exploração sistemática”. A América do Sul está repleta de recursos críticos, definidos por Lacerda (2014) como aqueles recursos em situação periclitante quanto à alta potencialidade de escassez em poucos anos (a água, a biodiversidade, o lítio, as riquezas pesqueiras e minerais).

De acordo com Senhoras (2009), a cobiça pela América do Sul e seus recursos naturais se deve ao fato de que aqui se apresenta o maior complexo mundial de água fluvial e subterrânea, composto por territórios transfronteiriços compartilhados entre vários países. Destaca-se, na região setentrional, a Bacia Hidrográfica Amazônica, que recorta oito países e, na região meridional, o Aquífero Guarani, que é um reservatório transregional presente no subsolo dos países do MERCOSUL (Brasil, Paraguai, Uruguai, Venezuela e Argentina). Configurando-se como maior reservatório de água doce fluvial. Sendo assim,

A água doce fluvial e subterrânea da América do Sul aparece no limiar do século XXI com um novo papel estratégico na geopolítica das relações internacionais enquanto um recurso natural limitado que provavelmente será disputado em função do stress hídrico em vários países e regiões no mundo (SENHORAS; MOREIRA; VITTE, 2009, p. 9).

Isso eleva, segundo uma concepção mackinderiana da geopolítica terrestre e fazendo uso de estudos de Senhoras et al (2009, p.9), como o novo espaço vital ou “pivô geográfico da

história mundial poderia ser identificado na América do Sul a partir da Pan-Amazônia e do Aquífero Guarani enquanto novos *heartlands*³⁰ cujos territórios são ricos em água doce biodiversidade”, sendo que a sua distribuição se mostra geograficamente desigual, o que acarreta disputas pelo seu controle, processo que Senhoras (2009) denominou de mercantilização da natureza quando se trata de algo com um significativo “contencioso internacional existente entre os países ricos em biodiversidade na América do Sul e os países ricos em tecnologia” no que tange ao desejo geopolítico de apropriar-se do controle de recursos naturais além das fronteiras nacionais, claramente uma conjuntura onde nosso entorno estratégico e a presença chinesa se passam.

Além desses dois fatores (distribuição geográfica desigual e desejo geopolítico por fontes além das fronteiras), Senhoras et al (2009) apresenta um terceiro:

Em terceiro lugar, a América do Sul trata-se de uma região estratégica na geopolítica dos recursos energéticos uma vez que as reservas de gás na Bolívia e Venezuela, e de petróleo da Venezuela, Colômbia, Argentina, Equador e Brasil juntamente com as reservas presentes na América do Norte no Canadá, México e Estados Unidos (incluído o Alasca) representam o maior núcleo de hidrocarburetos do mundo ocidental e o segundo maior complexo energético do planeta após incluídos os países petrolíferos do Oriente Médio e do Leste Asiático, como Rússia, Cazaquistão e Uzbequistão (CECEÑA, 2003 apud SENHORAS; MOREIRA; VITTE, 2009, p. 10).

Toda essa concentração de recursos naturais na América do Sul pode, facilmente, ser transformada em um instrumento de poder e arma política para aqueles que tiverem acesso e controle. É um processo de disputa constante por poder no sistema internacional, pois há uma era de interdependência e cujas principais características dessa “nova era” seriam que o poder se tornou mais elusivo, seu cálculo mais delicado e nebuloso, tanto em termos econômicos, tecnológicos ou valorativos (KEOHANE; NYE, 1989). Os recursos presentes no Brasil e em seu entorno estratégico podem conferir novas roupagens no tabuleiro de influência e poder do Sistema Internacional.

Essa mensuração de projeção de poder através de recursos naturais trouxe uma nova vertente de análise realista da questão. Baldwin (2012) e Bravo (2017) destacam que estudar poder é importante para a estabilidade do sistema internacional e para o papel que o poder deve desempenhar na estratégia das nações centrais ou periféricas. Como é o caso da projeção de poder da China no entorno estratégico do Brasil. Reitera-se a adoção da definição em

³⁰ Conceito criado por Halford John Mackinder em 1904 em conjunto com o de e área pivô com a publicação do artigo *The Geographical Pivot of History* e que criava a definição de *heartland* ou núcleo, área – a época Eurásia e África – que Mackinder declarava que aquele que controlasse dominaria o mundo.

termos de influenciar “os principais grupos do mundo para avançar os propósitos de alguns contra a oposição dos outros” (WRIGHT, 1955, p. 130 apud BALDWIN, 2012, p. 3).

Dessa forma, a questão dos recursos naturais na América do Sul e a sua exploração se tornaram propósitos chineses e são apontados por Senhoras (2009, p.1) como uma problemática em um fenômeno eminentemente transescalar, envolvendo relações locais e internacionais. Nesse certame, a presença chinesa pode ser abordada como um ator extrarregional presente em nosso entorno estratégico e que faz parte de um processo estratégico de desconstrução e construção de um cenário de dependência de venda de produtos primários, revelando assim uma dinâmica de desenvolvimento de uma relação de projeção de poder extrarregional. Sobre esse processo, afirma:

toda formação territorial é um processo relacional de construção, destruição e reconstrução material e simbólica que revela uma dinâmica histórica de construção sócio-espacial permeada por um campo de poder compreensão da interdependência complexa trazida pelas sensibilidades e vulnerabilidades que são relacionalmente criadas pelas relações internacionais de exploração dos recursos naturais por meio de processos reticulares de abertura e fechamento dos territórios (SENHORAS; MOREIRA; VITTE, 2009, p. 1).

Portanto, é preciso, então, analisar a projeção de poder da China em termos extrarregionais e buscar explicação através da Teoria dos Complexos Regionais de Segurança de modo a de entender as questões de segurança internacional a partir de um enfoque regionalista, algo que concerne a essa teoria, bem como possibilitar a análise do processo em um nível de constelação de segurança, a qual engloba, de acordo com Fuccille (2013, p.2) quatro níveis de análise: doméstico, Estado-Estado, entre regiões e o papel de potências externas ou extrarregionais, no nosso caso.

2.5 PROJEÇÃO EXTRARREGIONAL CHINESA E A TEORIA DOS COMPLEXOS REGIONAIS DE SEGURANÇA

Desenvolvida dentro do seio da Escola de Copenhague e aperfeiçoada por Buzan e Wæver em 2003, a Teoria dos Complexos Regionais de Segurança foi resultado da busca do entendimento sobre questões de segurança internacional a partir de um enfoque regionalista (FUCCILLE; REZENDE, 2013). É responsável por regionalizar as temáticas de segurança sem desconsiderar a influência do sistema internacional, interligando ambos os processos. Desse modo, é útil a presente tese dado o nível regional de análise da presença de um ator estatal extrarregional na América do Sul.

A contemporaneidade mostrou que é possível identificar certa heterogeneidade nos padrões de securitização da América do Sul, o que justifica uma abordagem pautada em dois subcomplexos de segurança: o Cone Sul e a região andina (VIANA, 2015). Acerca dessa subdivisão, Buzan e Waever (2003) dizem que essa identificação de ameaça chinesa deve partir, principalmente pelo fato do Brasil e dos países em seu entorno estratégico deterem temas comuns à agenda de segurança, tais como Amazônia, energia, democracia, integração econômica, tráfico de armas e refugiados. Fato esse que reforça a ideia de um complexo sul-americano de segurança.

Esse fenômeno então poderia ser considerado uma alternância ao até então contexto de supremacia dos Estados Unidos nas Relações Internacionais e como maior parceiro e influenciador na América Latina, configurando uma tentativa de balanceamento de poder na região encabeçada pela China.

A partir do aporte descritivo-analítico e histórico da presença extrarregional da China no entorno estratégico brasileiro e de suas interações políticas e econômicas na seara da aquisição e controle de recursos naturais na região mediante acordos bilaterais, observou-se que há uma estratégia consolidada de influência além a sua região, a Ásia, e partindo para outras regiões do mundo, como é o caso da América do Sul e da África. Nesse contexto, esta seção da tese busca adicionar a leitura sobre a Teoria dos Complexos Regionais de Segurança e a projeção de poder como forma de explicar o processo de projeção extrarregional de uma potência como a China no Complexo Regional de Segurança Sul-americano.

Desenvolvida por Buzan e Waever no livro *Regions and Powers* (2003, p. 44), a Teoria dos Complexos Regionais de Segurança é definida como “um conjunto de unidades cujos principais processos de securitização, dessecuritização, ou ambos, são tão interligados que seus problemas de segurança não podem ser razoavelmente analisados ou resolvidos separados uns dos outros”. Assim tem-se a necessidade clara de o Brasil aumentar foco no entorno estratégico em detrimento de uma ação mais global, especialmente mediante às frentes abertas pela China na região e em virtude da capacidade de atuação nacional.

Em conjunto com os preceitos da perspectiva realista, a Teoria dos Complexos Regionais de Segurança também foi escolhida como arcabouço teórico da análise desta tese por ser, de acordo com Silva (2011), uma ótica que cria um novo regionalismo, pois trata fundamentalmente da temática da segurança a partir de uma perspectiva regional. Segundo o autor:

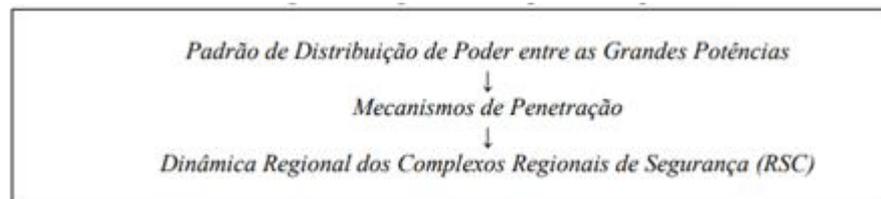
Essa incidência dos níveis global e estatal é importante para entender o que Buzan e Waever chamam de porosidade das regiões, ou seja, a permeabilidade desses

espaços e a influência, principalmente da esfera global, no *modus operandi* regional. Em outras palavras, o que se afirma quando se trata de porosidade de um complexo regional é que estes não são espaços compactos, mas em certa medida suscetíveis aos comportamentos dos agentes dos demais níveis (SILVA,2011, p. 126).

A utilização da teoria dos Complexos Regionais de Segurança serve a esta pesquisa para poder aplicar o que Teixeira Júnior (2010) define como sendo útil a explicar os mecanismos geradores de modelos descritivos sobre a segurança em regiões distintas. De acordo com Teixeira Júnior (2010), os Complexos Regionais de Segurança derivam, de um lado, das relações entre as estruturas anárquicas e as consequências de suas balanças de poder e, do outro lado, das pressões da proximidade geográfica local. Novamente, o elemento de territorialidade se mostra presente, pois há a concepção de que a adjacência ou proximidade possibilita mais interações de segurança entre vizinhos do que entre Estados situados em outras áreas.

Destaca-se aqui, porém, que a atuação da China como projetora de poder extrarregional altera as balanças de poder regional, por meio de um mecanismo de penetração no elemento territorialidade e da presença de um ator extrarregional influenciando tanto quanto – se não mais – os que estão próximos, como o Brasil, por exemplo.

Figura 1 – Relações entre o nível global e regional e a sequência de penetração em RSCs



Fonte: Teixeira Júnior (2010, p.6).

O processo de inserção extrarregional da China em um Complexo Regional de Segurança estabelecido é analisado por Teixeira Júnior (2010, p. 6), conforme se pode ver na Figura 1. Essa estratégia ocorre em outras regiões, mas Vadell (2011) dá um maior foco para a América do Sul, pois é onde existe uma maior complementaridade de recursos naturais junto às demandas chinesas além de legislações não protetivas a seus investimentos, embora a recente entrada de produtos manufaturados chineses já afete diretamente os setores industriais sul-americanos.

Mediante análise da Figura 1, observa-se o que Teixeira Júnior (2010, p. 6) define como possível um ator extrarregional influenciar e determinar o comportamento de um CRS

em uma ação pelo qual se torna possível Estados extrarregionais intervirem, ou até determinarem as dinâmicas regionais de outros complexos regionais de segurança. Quando isto acontece, a autonomia de potências regionais é ameaçada em um atributo essencial aos princípios westphalianos: a autonomia.

Do ponto de vista da lógica internada teoria aqui discutida, o efeito do transbordamento incide em alguns problemas, visto que a RSCT considera que os complexos regionais de segurança são mutuamente exclusivos, daí a importância de conceitos como *penetratione overlay* (TEIXEIRA JÚNIOR, 2010, p. 6).

Isso demonstra um cenário futuro parece ser de continuidade e consolidação das parcerias comerciais entre a China e os países da América do Sul, principalmente aqueles produtores de *commodities* e recursos energéticos. Assim, a crescente presença da RPC na região abriu o leque de oportunidades e potencialidades para os países em desenvolvimento que são ricos em recursos. É nesse cenário que a RPC surge como principal fator na recuperação dos países sul-americanos, como um ator presente no subcontinente sul-americano e como um desafio para os projetos de integração regional³¹ (VADELL, 2011, p. 13).

Apesar de se estender além disso, adota-se como limite geográfico da presente tese o subcontinente da América do Sul³². A utilização fundamental da análise nesse nível se deve ao fato de que, diferentemente do que acontece com a ideia de América Latina por seu discurso ideológico de unidade, o conceito de América do Sul é uma expressão essencialmente geopolítica (MONIZ BANDEIRA, 2008) e como porção sul das Américas, reúne os maiores aquíferos do mundo, ricas em fontes de recursos naturais ainda não explorados e ser sub-região prioritária para a política regional e a defesa nacional. Além do país portenho, podemos citar outros atores historicamente importantes com relação a seus recursos de poder como o Chile, Colômbia e o Peru (CEPIK, 2009, p. 76-77).

De acordo com Buzan e Waeber (2003, p. 338):

a região andina constitui um subcomplexo de formação de conflito, ao passo que o Cone Sul circunscreve um regime ou comunidade de segurança. No entanto, a estes tipos, sobrepõe-se o complexo regional sul-americano, uma vez que apresenta uma agenda comum em matéria de segurança, composta por temas como Amazônia,

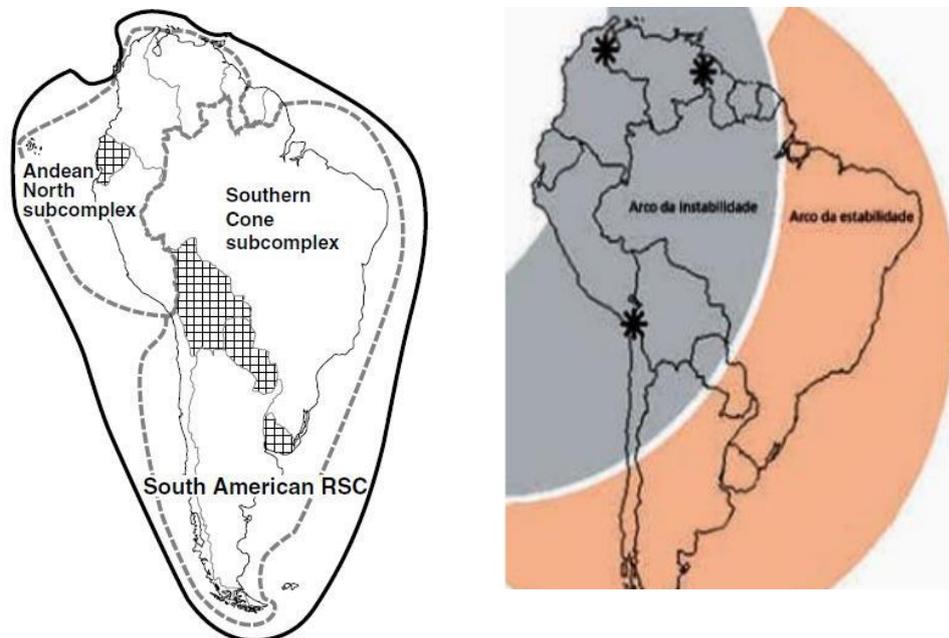
³¹Em 2004, em época de plena recuperação econômica global e de crescimento dos países da América Latina, Joshua Cooper Ramo publicou um pequeno livro intitulado *The Beijing Consensus*, cuja repercussão foi imediata. A partir dessa obra popularizou-se o termo “Consenso de Pequim” para compreender o estilo ou modelo de desenvolvimento que a RPC estaria implementando, a partir de uma série de reformas econômicas.

³²Porção sul das Américas, o subcontinente sul-americano pode ser subdividido em três sub-regiões, sendo elas a platina, andina e amazônica. O rio Amazonas, o mais importante rio da região, corta uma grande parte do território brasileiro e corta outros países da região, como o Peru e a Colômbia (TEIXEIRA JÚNIOR, 2010, p. 8).

energia, democracia, integração econômica, tráfico de armas e refugiados, como citado. Os autores colocam duas possibilidades: a expansão do regime ou da comunidade de segurança cujo núcleo se encontra nas interações de Brasil e Argentina; ou a acentuação das tendências centrífugas e, assim, a ruptura da América do Sul em dois complexos diferentes (BUZAN; WAEVER, 2003, p. 338).

Nessa linha, Teixeira Júnior (2010) divide o Complexo Regional de Segurança da América do Sul em duas subáreas, conforme a figura abaixo, e que denomina de Arcos de Estabilidade/Instabilidade. Todos focos de interesse chinês em se falando de investimento, do seguinte modo:

Figura 2 – Subáreas e Arcos do Complexo Regional de Segurança da América do Sul



Fonte: TEIXEIRA JÚNIOR (2010).

Através da análise da Figura 2 pode-se entender que o CRS em estudo nesta tese está dividido em dois subcomplexos, são eles: 1) o Norte Andino; e 2) O Cone Sul. Cada qual com suas peculiaridades e *modus operandi*. Muito disso devido a região, ainda vivendo sob o estigma do Consenso de Washington (CW)³³, ter os Estados observado que esse modelo e programa político de desenvolvimento para a América Latina fracassou em três pontos fundamentais: em primeiro lugar, nos índices de crescimento e nos indicadores sociais, consolidando ainda mais a desigualdade social historicamente presente na região. Em segundo lugar, o fracasso faz-se evidente no colapso institucional e fiscal dos estados dos países da

³³ Consenso de Washington foi um pacote de recomendações criado em 1989 com um viés neoliberal e que se tornaram bandeiras de cumprimento obrigatório para países subdesenvolvidos receberem ajuda dos EUA ou do FMI, como por exemplo: reforma fiscal, privatizações, abertura comercial, dentre outras.

região, o que suscitou a busca por alternativas e significou. E, por fim, na entrada do *modus operandi* chinês na região, especialmente com o alvorecer do século XXI.

Os estudos dos sistemas regionais de segurança ganharam relevância no início do século XX. Outrora essa consciência da importância regional de uma comunidade de segurança já considerava, a exemplo da II Guerra Mundial (1939-1945), a necessidade de se considerar as particularidades locais e a busca por atuação regional. Para Cabral (2010, p. 1):

As operações militares desenvolvidas durante a 2ª Guerra Mundial levaram a formulação de conceitos regionais para a segurança e para o desenvolvimento das operações militares e outras ações políticas a partir desses particularismos locais. Nesta conjuntura, os sistemas regionais eram fortemente influenciados pela bipolaridade e os principais atores regionais detinham certo grau de liberdade estratégica (CABRAL,2010, p. 1).

O supracitado autor ainda destaca que muito desse fenômeno são frutos do período Pós-Guerra Fria, já que a análise do sistema global de segurança sofreu alterações devido à assimetria entre as capacidades dos Estados Unidos, União Europeia (UE), Japão, China, Rússia, bem como a emergência dos Complexos Regionais de Segurança (CRS) e das potências regionais, com a África do Sul, Brasil, Dentre os modelos teóricos desenvolvidos, o de Buzan e Wæver apontam o chamado Complexo Regional de Segurança no subcontinente Sul-americano como um conjunto estratégico multipolar, com baixo grau de polarização, assim como reservado política, diplomática e militarmente de possíveis ameaças globais, sendo dissociado do restante das Américas. Isso vem desde o fim da década de 1970 e se consolidou com a percepção da falência do TIAR durante a Guerra das Malvinas (1982).

Para Teixeira Júnior (2010, p. 4):

A (RSCT) é uma das principais teorias de segurança internacional na atualidade, sendo amplamente utilizada nos estudos de segurança regional (ALSINA JR, 2009). Como uma teoria robusta, a RSCT gerou explicações sólidas sobre contextos distintos de conflito e competição militar. A ideia central envolta nesta definição é que os principais processos de (des)securitização irão se desenvolver em clusters regionais, desempenhando o aspecto geográfico expressivo papel nesta teoria. Segundo os autores, a utilidade de sua aplicação e derivada de três razões: 1) proporciona um nível de análise adequado em estudos de segurança, 2) possibilita organizar estudos empíricos e 3) torna possível a criação de cenários baseados em teoria (2003, p. 45). Uma quarta razão que pode também ser enumerada e que a Teoria dos Complexos Regionais de Segurança se presta a vários tipos de desenho e objetivos de pesquisa, entre eles estudos descritivos e prospectivos (TEIXEIRA JÚNIOR,2010, p. 4).

Ao modelo clássico de ótica de Buzan-Wæver, Cabral (2010) acrescentou outros desafios, tais como: a incorporação do Atlântico e Pacífico Sul, a costa africana frontal ao continente e as possibilidades de integração dos dois sub-complexos do Cone Sul e dos Andes. Na América do Sul, essa possibilidade se apresentou com a superação das rivalidades

históricas entre Brasília e Buenos Aires, que se transformaram no núcleo dinâmico do processo de integração regional e continental iniciado pelo Cone Sul.

No entanto, as relações entre os Estados Sul-Americanos, como não poderia deixar de ser, são fortemente influenciadas pelos Estados Unidos, que condicionam e dificultam o processo de integração. Ao sobrepor a visão da particularidade sul-americana por uma concepção geoestratégica e geoeconômica das Américas como um único continente, os EUA o fazem quando divulgam suas diretrizes para a região como hemisféricas. Esse fato demonstra, de certo modo, a impossibilidade de se manter o atual sistema de segurança coletivo americano e subsequentemente evidencia a singularidade da América do Sul (CABRAL, 2010, p. 2).

Cabral (2010) também afirma que o surgimento de um sistema de segurança sul-americano coletivo remonta o fim dos anos 1930, muito devido à articulação dos EUA em virtude da eclosão da 2ª Guerra Mundial (1939-1945) passando posteriormente por um processo de reformulação externa incentivado com o fim da Guerra Fria em 1989, sempre ligado a uma importância estratégica da região e de seus recursos. Haja vista que:

Na Guerra Fria (1945-1989), o sistema foi rearticulado dentro da lógica da confrontação bipolar com o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR-1947) e a criação da Organização dos Estados Americanos (OEA-1948). Frente à fragilidade sul-americana em relação às superpotências da Guerra Fria, o posicionamento brasileiro depois da crise dos mísseis foi de buscar um afastamento das principais linhas de tensão internacionais, daí a criação da “Zona Livre de Armas Nucleares na América Latina” (1962) (CABRAL, 2010, p. 4).

Assim, após a Guerra Fria, novas óticas de segurança surgiram na América do Sul, com uma nova dinâmica, a citar: redução do efetivo e da capacidade de dissuasão das Forças Armadas ou a sua descaracterização como instituições ligadas à Defesa, uma vez que em alguns Estados foram relegadas à função de polícia, responsáveis pela ordem interna e ao combate à narcoguerrilha. Ressalta ainda o supracitado autor que:

A partir desse novo enfoque a insegurança adquire um alcance global, e afeta de forma generalizada Estados e sociedades, já que todos estão submetidos às consequências combinadas da globalização e da mundialização, além de fornecer justificativas a intervenções que ferem o Direito Internacional. O processo de integração regional na América do Sul é um objetivo antigo, Simon Bolívar, herói da independência de várias nações sul-americanas (Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela), propôs, na famosa Carta da Jamaica (1815) a criação de três federações incorporando as nações recém-libertadas do jugo colonial espanhol, a primeira constituída pelo México e América Central, outras duas na América do Sul, uma ao sul outra ao norte (CABRAL, 2010, p. 5).

Nesse contexto, Fuccille e Rezende (2013) defendem que, na análise dos fenômenos de defesa e segurança internacional, a Teoria dos Complexos Regionais de Segurança (CRS)

causou grande impacto ao trazer a análise do nível regional para o entendimento desses fenômenos. Para esta tese, isso acontece também especialmente a partir dos anos 2000 com a inserção chinesa na região como ator extrarregional.

2.6 PRESENÇA CHINESA E A TEORIA DOS COMPLEXOS REGIONAIS DE SEGURANÇA: RELEITURA FRENTE À FALTA DE PROTAGONISMO BRASILEIRO

Quando abordamos a Teoria do Complexo Regional de Segurança na América do Sul, é importante mencionar que as diferenças das condições dos Estados e de seus interesses acabaram por levar a uma barreira importante ao transnacionalismo. Apesar de reconhecerem que, em matéria de junção dos elementos de integração econômica com a agenda de segurança, concordam com Buzan e Wæver (2003), algo declaradamente oficial na política chinesa, pois:

Por essa teoria, desenvolvida mais a fundo por Buzan e Wæver (2003), os problemas de segurança estão mais intrinsecamente associados à sua região, mas continuam sofrendo a interferência da polaridade do sistema internacional. Em linhas gerais, a teoria dos CRS busca enfatizar um meio-termo existente entre o sistema global e o Estado. A definição de um complexo regional de segurança é, por seus autores, “um conjunto de unidades cujos principais processos de securitização, dessecuritização, ou ambos, são tão interligados que seus problemas de segurança não podem ser razoavelmente analisados ou resolvidos separados uns dos outros” (FUCCILLE; REZENDE, 2003, p. 2).

Dentro da Teoria dos Complexos Regionais de Segurança, Fuccille e Rezende (2013) citam que podem ser de dois tipos: padrão ou centrado, no qual naquele não há a presença de uma potência global, sendo o poder definido em termos da polaridade regional e o centrado haveria uma dinâmica de segurança com um centro dominante dentro dela variando em o quão assimétrico é a sua influência perante os demais (BUZAN; WÆVER, 2003, p. 58). No caso de estudo desta tese, a presença extrarregional chinesa afetaria a polaridade de poder regional até então brasileira para uma rota pró-China, demonstrando assim que uma potência extrarregional pode ser um polo de poder em um CRS.

Assim, em teoria, o Complexo Regional de Segurança da América do Sul teria o Brasil como líder, porém, é preciso destacar o que Fuccille e Rezende (2013) discutem sobre o Brasil não ser uma potência no plano global e nem dominar as dinâmicas regionais de segurança, o que direcionaria o Complexo Regional de Segurança da América do Sul a um conter um só complexo, e não os subdivididos de Buzan e Wæver (2003). Isto é, com um Brasil de papel unipolar em um CRS centrado, o que nesse contexto pode-se entender como

fator que daria margem à projeção de um outro ator – regional ou extrarregional – como influenciador na região do entorno estratégico brasileiro. Mesmo em concordância em boa parte com as afirmativas teóricas de Buzan e Wæver (2003) e Fuccille e Rezende (2013).

Enxerga-se, nesta pesquisa, uma balança de poder em que um cenário de unipolaridade por parte do Brasil, nos termos de Wohlforth (1999), predomina na América do Sul. É uma premissa trabalhada por vários autores, por exemplo por Rodriguez (2013). Essa constatação tem implicações diretas para quase toda a descrição do CRS sul-americano, inclusive para seus possíveis desdobramentos (FUCCILLE; REZENDE, 2013, p. 8).

Dessa forma, no Complexo Regional de Segurança da América do Sul, ainda que a literatura aponte para uma caracterização de protagonismo brasileiro e de suas instituições com perfil potencial securitizador atualmente ativas nessa constelação de segurança³⁴, há um caminho para a releitura e expansão dos conceitos presentes a Teoria dos Complexos Regionais de Segurança. Contudo, não estando mais o Brasil com papel de centralizador dos dois subcomplexos sul-americanos, o Norte-andino e o Cone Sul, pois:

Para caracterizar esses complexos, os autores elencam quatro elementos imprescindíveis, a saber: 1) as fronteiras do complexo; 2) a sua estrutura anárquica; 3) a polaridade, ou seja, a distribuição de poder entre as unidades que compõem o complexo; e 4) os padrões de amizade e inimizade presentes na região (variável histórica resgatada pelos autores). A interpretação da América do Sul a partir da Teoria dos Complexos Regionais de Segurança parte de uma leitura histórica da região e de sua peculiaridade em comparação aos demais complexos por ser uma região de baixos conflitos interestatais (SILVA, 2011, p. 127).

É possível que essa leitura tivesse embasamento e lastro até o início dos anos 2000, quando a China, que é uma potência de alcance global, passou também a ocupar espaço nesse CRS, até então um CRS centrado. O conceito de Complexo Regional de Segurança Centrado, vale destacar, é muito importante para esta pesquisa, pois se outrora podem considerar que foi um Complexo Regional de Segurança Centrado, com o Brasil como polo central mesmo sem ser potência global, pela análise de Fuccille e Rezende (2013), pode-se agora afirmar que rumamos a um Complexo Regional de Segurança Centrado, mas também um Complexo Regional de Segurança Instável, dada a atuação insuficiente do Brasil para se firmar como centro do CRS.

Seria o indício de uma reclassificação do Complexo Regional de Segurança Sul-americano, até então entendido como centrado unipolar com um Estado maior influenciando,

³⁴ Uma constelação de segurança aquela que alia quatro níveis de análise: doméstico, Estado-Estado, entre regiões e o papel de potências externas (FUCCILLE; REZENDE, 2013, p. 3).

mas sem esse ser uma potência global, para algo que pode ser revisto com o papel protagonista chinês na região. Além de ter como resultado o enfraquecimento das instituições regionais, característica que é necessária para classificar um CRS centrado, pode apontar para uma reclassificação de um CRS unipolar, a depender do grau de influência que a China exerce na região. Para Fuccille e Rezende (2013, p. 4):

Podem-se separar as dinâmicas regionais daquelas influenciadas pelas grandes potências, de modo externo. Em termos do padrão de amizade-inimizade, podem ser: conflituosos, regimes de segurança ou comunidades de segurança. Já os CRS centrados são de três formas: (1) unipolares, sendo o polo uma grande potência; (2) unipolares, sendo o polo uma superpotência; (3) centrados, mas integrados por instituições, e não por um poder regional. Os teóricos sugerem, contudo, uma opção extra, (4) categorizada assim porque não identificam nenhum CRS centrado desse tipo: quando há um CRS centrado unipolar, mas a potência regional não é uma grande potência no nível global (FUCCILLE; REZENDE, 2013, p. 4).

Um processo entendido como resultado do fim da Guerra Fria, período no qual houve uma intensificação do processo de globalização e ainda os estudos acadêmicos começam a conter análises sobre as chamadas “novas ameaças”, em virtude da crise de um modelo de segurança hemisférico que já apresentava problemas há tempos. Com isso, leva-se a repensar o mesmo modelo na atualidade, podendo alterar as relações de poder e os atores envolvidos, pois:

Dentro de uma estrutura anárquica, a estrutura e característica básica de um RSC e definida por três tipos de relações: distribuição de poder (polaridade) e as suas consequentes relações de poder (regional balance of power), padrões de amizade e inimizade (polarização) e relações de poder com atores externos a região (CEPIK, 2005 apud TEIXEIRA JÚNIOR, 2009).

Diversas são as questões que trazem ao debate sobre a presença de ator extrarregional no entorno estratégico brasileiro e a Teoria dos Complexos Regionais de Segurança, a começar pelo declínio da influência estadunidense na região e somado ao constante crescimento chinês com média de 10% ao ano, com rumos chineses para áreas extrarregionais. Além do seu “desembarque por estas paisagens³⁵ acabaram por instaurar um novo quadro completamente distinto do que tivemos por décadas” (FUCCILLE; REZENDE, 2013), o que são fatos que apontam como molas mestras da reconfiguração do CRS da América do Sul.

Essa questão delinea duas necessidades: 1) um maior adensamento das relações dos países da região, dada a dimensão de maior *player* regional, quer seja do Brasil ou da China; e 2) uma agenda de segurança que contemple essa presença chinesa como ameaça econômica e,

³⁵ Em alusão a América do Sul

por consequência, à segurança regional, que é tratada de forma marginal atualmente. Nesse contexto,

Efetivamente, para que o desenvolvimento do Brasil se acelere e se consolide o seu desejo de *global player*, a estabilidade joga um papel fundamental não apenas para o florescimento pleno de suas potencialidades, mas igualmente para mostrar ao mundo seu desempenho entendimento de que a efetivação da integração regional passa necessariamente pela perspectiva do desenvolvimento. Conforme seu documento constitutivo, seus objetivos gerais são: (a) consolidar o subcontinente como uma zona de paz, base para a estabilidade democrática e desenvolvimento integral dos povos sul-americanos, além de contribuir para a paz mundial; (b) construir uma identidade sul-americana em matéria de defesa, levando em conta as características sub-regionais e nacionais e contribuindo para o fortalecimento da unidade da América Latina e Caribe; (c) gerar consensos para fortalecer a cooperação regional em matéria de defesa (FUCCILLE;REZENDE,2013, p. 12).

As ações chinesas, combinadas ao fato do Brasil ser o principal incentivador da criação do Conselho de Defesa Sul-americano, descuida-se de engajar o Ministério da Defesa e, mais particularmente, os militares brasileiros a atuarem de forma mais decisiva e decidida pela concretização dessa importante iniciativa e de seus mecanismos operativos na conjuntura da necessidade de integração sul-americana. Isto é, esses instrumentos de segurança regional como possível freio desse processo de projeção chinesa, atualmente alicerçada em bases frágeis e estando um ator extrarregional como protagonista na moldagem das relações sul-americanas.

Em contraponto, Silva (2011) traz a análise dos Estados Unidos como potência extrarregional na região, do seguinte modo:

As classificam os Estados Unidos como uma potência extrarregional que, apesar de se projetar na região, não a molda, tampouco, a regulamenta. Afirma-se, com isso, que o engajamento estadunidense não é constante, embora influencie nas dinâmicas regionais de segurança amizade-inimizade é vista como um elemento chave para a consolidação da sub-região, uma vez que contribui para a estabilização por meio da cooperação política e construção de confiança mútua (SILVA,2011, p.5).

De acordo com Monteiro (2017), o projeto de integração política sul-americana ganhou destaque a partir da iniciativa dos países da região, especialmente do Brasil. A segurança internacional foi um tema central na busca de uma autonomia política sul-americana, destacando que houve avanços institucionais e renovação das estruturas de defesa e segurança da região, mas que, por outro lado, não lograram sucesso regionalmente por se encontrarem no entorno estratégico imediato dos Estados Unidos, o que dificulta a consolidação de uma esfera sul-americana mais coesa e, em certa medida, facilitou a projeção chinesa na região.

Conclui-se também, usando a ótica de Teixeira Júnior (2010), que as transformações recentes ligadas ao regionalismo apontam para a necessidade da reformulação dos achados teóricos de Buzan e Weaver sobre o Complexo Regional de Segurança Sul-americano. Sobretudo, em se falando da ação de atores hegemônicos extrarregionais em Complexos Regionais de Segurança que não os seus de origem.

3 AS REFORMAS ESTRUTURANTES E A ASCENÇÃO SILENCIOSA DA CHINA: DA ÁSIA PARA O ENTORNO ESTRATÉGICO BRASILEIRO

Este capítulo objetiva discorrer sobre o processo de ascensão chinesa, desde o desenvolvimento na Ásia até a presença no entorno estratégico do Brasil. Debate-se também como esse processo pode ter contornos geopolíticos e como a China se tornou uma potência global. Faz-se importante o entendimento da conjuntura atual e do recorte temporal do presente estudo, abarcando dos anos 1980 até os dias atuais, mas utilizando de contextualizações históricas anteriores para ser possível ter um lastro histórico explicativo.

Em um breve apanhado histórico, tem-se que a China foi unificada como forma de grande império desde o ano 221 a. C. Há 500 anos a China já contava com 100 milhões de habitantes e já externava um enigma quanto a ser uma parceira, uma rival ou uma inimiga dos demais Estados e impérios. Apesar dessa longa história, foi somente nos fins dos anos 1970 que a China iniciou um processo de ressurgimento, principalmente quando Deng Xiaoping (1904-1997) começou o período de reforma e abertura econômica. Esse período alcançaria seu auge nos anos 2000, após entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC) em 11 de dezembro 2001³⁶, em etapas recentes de um processo de projeção global silencioso. Para o presente estudo, também trouxe a China da Ásia para o entorno estratégico brasileiro.

A China é detentora de uma área geográfica total de 9.596.960 km² e com aproximadamente 1.379.302.771 bilhão de habitantes³⁷ (2017), o que significa possuir uma população equivalente a duas vezes e meia a quantidade de habitantes da América Latina. Todo esse território tem dimensões continentais, mas não se reflete em abundância de recursos e ocupação igualitária. De acordo com o *The World Fact Book* da CIA (2018), apenas metade do território total é habitável e em grandes extensões inabitável, além de que a China só dispor de cerca de 7% das terras cultiváveis. Tudo isso com 21% da população mundial, o que acarreta não ser autossustentável quanto aos recursos naturais para abastecimento do parque industrial e de sua economia.

Apesar de não fazer parte do objeto da tese, se faz importante discorrer sobre a história da China para entender a conjuntura de gênese do processo de projeção global da Ásia até chegar ao entorno estratégico brasileiro, bem como a passagem de um quadro de isolamento que perduraria entre o século XIX e início do século XX. Esse período foi quando “a rede

³⁶Ver mais em: “China and the WTO”: Disponível em: <https://www.wto.org/english/thewto_e/countries_e/china_e.htm>. Acesso em 10 Ago 2018.

³⁷Ver mais em: “The World Fact Book – CIA (2017)”. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/resources/the-world-factbook/geos/ch.html>>. Acesso em 20 Jul 2018.

ferroviária foi ampliada de apenas 200 para quase 6.000 milhas e o comércio exterior mais que triplicou nesse mesmo período” (SUKUP, 2012, p.5), o que ainda representava apenas 1,5% do comércio mundial em 1898, passou a 1,7% em 1913 e 1,9% em 1921 e até chegar hoje já corresponde a mais de 10% de todo o comércio global. A título de comparação, a Índia, já em 1913 correspondia a 3,5% e comparando o comércio exterior *per capita*, o da Índia equivalia ao dobro e o do Japão a dez vezes o da China (SUKUP, 2002).

Até o início dos anos 1980, o PIB da China não ultrapassava a faixa dos 190 bilhões de dólares. As famosas taxas elevadas de crescimento com média de 10% ao ano só tiveram seu início no período pós-reforma, o qual se inicia pós 1980 e perdura até a atualidade, apresentando crescimento mesmo em meio à crise internacional e ainda expandindo sua influência globalmente. Concomitante, colocando-se como um desafio para a liderança dos Estados Unidos (HUNG,2007). Vieira (2006) diz que esse processo de reforma foi decisivo para que a economia chinesa se destacasse em comparação com as demais economias emergentes e em desenvolvimento e iniciasse sua busca externa por fontes de recursos naturais para a manutenção desse ritmo de crescimento estratégico.

Para Leite e Máximo (2013, p. 6):

Assim, com a mudança no governo chinês em 1978, iniciaram-se reformas graduais em vários setores da economia chinesa – a agricultura, as empresas estatais, a indústria –, a qual passou de um modelo de desenvolvimento fechado e planejado para um modelo que foi paulatinamente se abrindo à economia mundial e promovendo o desenvolvimento econômico e social da nação chinesa. Continuar com este bom desempenho econômico, aliado à manutenção da estabilidade política e à melhoria da condição de vida de sua população, passou a ser o fim último dos governos chineses (LEITE; MÁXIMO, 2013, p.6).

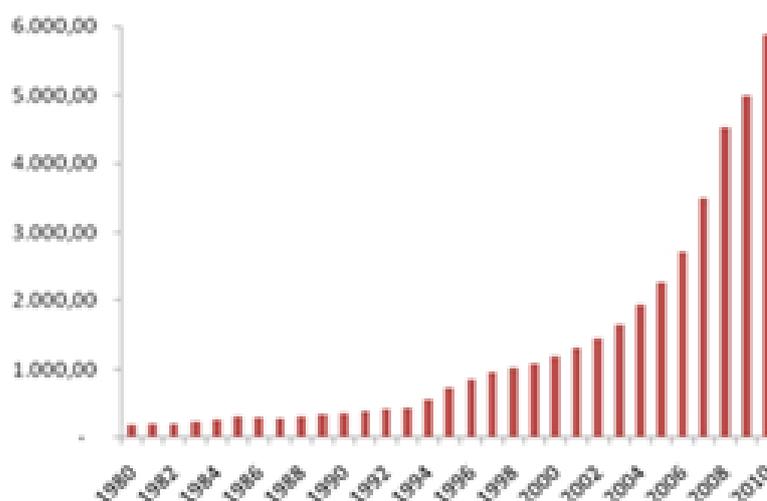
Todo esse processo de projeção de poder nasce fruto de uma evolução histórica milenar, mas que teve seu auge internacional após o governo Deng Xiaoping e suas reformas estruturantes. Em análise desse processo, Leite (2013) credita essa ascensão ao fato da China possuir especificidades internas, um modelo político diferenciado do Ocidente (com capital e empresas estatais na linha de frente de atuação), bem como potencialidades e fraquezas que não são encontradas em nenhum outro lugar no mundo, dando assim uma singularidade histórica ao Estado chinês que a difere dos demais Estados do Sistema Internacional. A longa trajetória de isolamento perante o Ocidente nos séculos XIX e XX e fatores como o seu imenso peso demográfico e sua cultura original fizera com que a China dificilmente seja vista como um “parceiro normal” na ordem mundial (SUKUP, 2002, p. 100).

Ainda assim, as reformas não tiveram impacto imediato. Fizeram parte de uma construção de médio e longo prazo, sendo graduais a partir de 1979 com Deng Xiaoping,

conduzindo “os rumos da política econômica do país segundo os interesses do Estado-nação, constituindo-se dessa forma, uma inserção ativa no âmbito global” (BARBIERE JÚNIOR, 2011).Esses fatores conjugados fizeram com que a China, de acordo com dados do Banco Mundial no ano de 2014, tivesse um crescimento de PIB na faixa de 7,4%, ainda que diferente dos costumeiros dois dígitos de crescimento, uma taxa alta se comparada aos demais Estados do mundo, mesmo em tempos de crise internacional dos anos 2008.

Os níveis de crescimento chinês, com mais ênfase para os níveis a partir dos anos 1980, evoluíram exponencialmente até alçar a China como a segunda maior economia do mundo, com um PIB de 63,35 trilhões de Yuanes (10,4 trilhões de dólares)³⁸.Abaixo apenas dos Estados Unidos, com um PIB de pouco mais de 15 trilhões de dólares, conforme pode ser visto pelo Gráfico 1.

Gráfico 1 – Evolução do PIB Chinês nos últimos 30 anos (em Bilhões de US\$)



Fonte: Banco Mundial (2010).

Ao observar o Gráfico 1, pode-se ver que, no início dos anos 1980, o PIB da China não ultrapassava a faixa dos 200 bilhões de dólares. Nessa época, o quadro começa a sofrer alterações quando, de acordo com Visentini (2011), o processo iniciado na década de 1970, que acarretou o abandono chinês do seu “modelo” revolucionário e respectiva adoção da abertura, passou a perceber que a economia de mercado é inevitável e que eram necessárias reformas para, simultaneamente, ascender na sociedade internacional e obter sucesso no seu projeto de desenvolvimento nacional. Esse projeto começaria a desbravar o globo graças às

³⁸ Ver mais em: “PIB da China soma 63 trilhões de yuanes e cresce 7,4% em 2014”. Disponível em: <<http://pt.china-embassy.org/pot/zt/t1230262.htm>>. Acesso em 10 Jun 2018.

reformas estruturantes que projetaram o grande aumento da participação chinesa nas exportações mundiais, já que:

Em 1995, a China já respondia por cerca de 3% das exportações mundiais, mais do que Taiwan e a Coreia do Sul. A participação chinesa nas exportações mundiais de produtos manufaturados aumentou de 0,8 para 3,6% entre 1985 e 1995, enquanto a da Coreia do Sul passou de 2,2 para 3,2% e a de Taiwan de 2,4 para 2,9%. Contudo, nessa década, o nível salarial da indústria permaneceu em apenas 1,5% daquele dos Estados Unidos, enquanto o dos “tigres” já oscilava entre 10% e 40% (SUKUP, 2002, p. 89).

Essa inserção internacional e as relações econômicas, não só com países do seu entorno estratégico brasileiro, mas também de outros continentes, tornou-se então o objeto de investimento da política externa e um passo importante para a projeção de poder da China. Foi um processo de reforma estrutural que possibilitou a abertura política e a guinada do desenvolvimento como prioridade após os anos de 1980.

Assim, o governo Deng Xiaoping alcançou mais resultados para a China em seus 18 anos no poder que Mao Tse Tung em 27 anos e em um sentido muito positivo de aproximação ao Ocidente, o que não faz o país deixar de ser inquietante, já que “para o resto do planeta, porque, se tiver êxito, deverá contar, em muito pouco tempo, não só com um mercado gigantesco mas também com a emergência de uma superpotência” (SUKUP, 2012, p. 100). Se faz necessário, dessa forma, entender o fenômeno de nascimento da China moderna.

Um dos grandes elementos desse processo foi também a entrada na OMC em 2001, pois pode ser vista não só como reforço por uma tendência de presença global, mas também o aumento exponencial dos IED e participação em diversos setores até então fechados a esses investimentos, como telecomunicações, seguros, bancos, distribuição comercial e turismo (SUKUP, 2002). Além da priorização em garantir segurança energética por meio da aquisição e controle de fontes de recursos naturais.

O pesquisador Hongbo (2014), membro do Instituto de América Latina da Academia Nacional de Ciências Sociais da China, afirma que para evitar explicações politizadas sobre o comportamento da China na América do Sul, a cooperação energética deve ser analisada tanto do ponto de vista governamental quanto das corporações. Para tanto, deve-se construir uma estrutura conceitual consistente, pois o desenvolvimento da presença chinesa na região ocasionou um aumento na dependência externa chinesa do petróleo, uma orientação que dentro da política chinesa tem visado reduzir a vulnerabilidade em sua oferta³⁹ e criação de relações de dependência dos países sul-americanos.

³⁹ A escassez ou o acesso a uma literatura mais ampla de origem chinesa sobre a questão prejudica a inclusão de óticas orientais sobre a temática. O próprio pesquisador chinês Sun Hongbo (2014) afirma que não há

3.1 AS REFORMAS ESTRUTURANTES DE DENG XIAOPING E O NASCIMENTO DA CHINA MODERNA: ESTRATÉGIA DE REDUÇÃO DE VULNERABILIDADES

A economia chinesa permanecera quase totalmente fechada desde 1949 e a ascensão de Deng Xiaoping, com as Reformas Estruturantes, consistiu em abrir mercado e alcançar taxas de desenvolvimento nunca antes alcançadas, cerca de 10% ao ano. O início desse processo se deu no final dos anos 1950 quando uma grave crise econômica assolou a China, assim como o exaustivo sistema de propriedade privada que travava o Estado.

Com a ascensão de Deng Xiaoping à presidência, houve o processo de início da reconstrução da China com duas premissas principais, de acordo com Leite e Ramos (2013): o bem-estar e a segurança nacional, já como entendimento de crescimento econômico aliado às políticas de defesa e também a compreensão de Estado sobre entender ameaças a economia como problemas de segurança nacional. Esse processo desencadeou as reformas graduais e estruturantes que refletiriam nas décadas seguintes, até transformar a China no que é hoje. Para a presente pesquisa, sobretudo, a busca por controlar fontes de recursos naturais além da Ásia em uma estratégia geopolítica consolidada, algo que o continente europeu já implantou desde o século XIX após a Revolução Industrial, pois:

A profusão da Revolução Industrial na Europa no século XIX levou à busca de novas fontes de recursos naturais para as indústrias por meio de uma corrida imperialista entre as principais potências europeias que viriam a partilhar os continentes Africanos e o Leste Asiático dentro de um novo padrão colonial que ficou caracterizado por uma geopolítica conflitiva de recursos naturais (SENHORAS, MOREIRA, VITTE, 2012, p. 5).

É nesse contexto que, em nível de Estado, o cruzamento entre o desenvolvimento de políticas estatais de crescimento econômico se mostraram atreladas ao desenvolvimento de segurança nacional. Essas bandeiras seriam alcançadas pelo estabelecimento de uma base industrial para seu desenvolvimento, o que necessita fundamentalmente de um abastecimento contínuo de fontes de recursos naturais, algo já destacado na época e presente no projeto denominado Planos Quinquenais e nas Quatro Modernizações (LEITE; MÁXIMO, 2013).

Criados durante o governo de Deng Xiaoping, os chamados “Planos Quinquenais” tinham como objetivo o desenvolvimento chinês. Os pacotes de investimento começaram em

documentos oficiais, explícitos e disponíveis, que revelem os detalhes das políticas de cooperação energética da China na América Latina. Em novembro de 2008, o governo chinês publicou seu primeiro Livro Branco sobre a política para a América Latina, enfatizando que eles queriam ampliar e aprofundar a cooperação mutuamente benéfica com os países da América Latina e Caribe, em recursos e energia, dentro do quadro de cooperação bilateral.

1953 e perduram até a atualidade⁴⁰. Paralelamente, nos anos 1970, Deng Xiaoping iniciou as chamadas “Quatro Modernizações”⁴¹, dentro do pacote do Terceiro Plano Quinquenal⁴² iniciado em 1966, focando o desenvolvimento dos setores de agricultura, defesa, indústria, ciência e tecnologia. Dentre as principais medidas estipuladas, tem-se a gênese da estratégia que futuramente seria o ponto chave da presença estratégica chinesa no mundo a partir de 1992, por meio dos Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) e que a presente tese disserta mais à frente.

Todo o pacote de reformas estruturantes assim deveria ser desenvolvido dentro de uma cooperação amigável com os países do globo, sem intervenções de cunho político e em um ambiente pacífico. De acordo com Leite e Máximo (2013), essa nova fase histórica foi marcada pela “ascensão pacífica” do país, destinada a beneficiar seu entorno imediato e relações com o exterior e com criação de novos vínculos de dominação, agora ditados pelas potências europeias, afetou a posição chinesa e suas relações políticas e econômicas com seus vizinhos. De acordo com os autores:

Novas relações de poder foram criadas, a despeito da China ainda manter sua posição de potência na Ásia. O resultado deste longo processo é que, a partir do século XIX, a expansão colonial europeia e o declínio do Império Chinês começaram, portanto, a redesenhar um novo formato de relacionamento distinto do que existira até o momento, entre a China e o Sudeste Asiático (LEITE; MÁXIMO, 2013, p.6).

A grande guinada iniciada em 1979 com Deng Xiaoping colocou, de acordo com Sukup (2002, p. 88), a China na órbita da “modernização” e da economia “globalizada”. Fez assim uma política de desenvolvimento estatal para extinguir relações de dependência externa e criar uma potência industrial. Buzan (2010) complementa dizendo que a China logrou sucesso, principalmente pelas mãos de Deng Xiaoping e após os anos 1980, pois a China passaria a ameaçar a estabilidade política e econômica internacional, mas não a ponto de causar uma grande preocupação a respeito de sua ascensão. Um quadro que, nas exposições dos próximos capítulos, deverá ser entendido como preocupante e que explica a não percepção do processo silencioso de ascensão chinesa.

⁴⁰ Atualmente em seu 13º Plano Quinquenal (2016-2020), a China prevê um crescimento de 6,5% até 2020 com o PIB sendo o dobro do que fora em 2010. Ver mais em: https://www.rtp.pt/noticias/economia/novo-plano-quinquenal-chines-antecipa-crescimento-de-65_n904035. Acesso em: 20 mar. 2018.

⁴¹ As “Quatro Modernizações” eram pautadas na modernização dos setores da agricultura, defesa, indústria, ciência e tecnologia, além do replanejamento do seu comércio.

É reconhecido e apontado por Leite e Máximo (2013) e Oliveira (2004) que o objetivo da China era inicialmente resolver seus problemas internos e reduzir vulnerabilidades externas, visto que:

[...] partindo do princípio de que era (e é) extremamente preocupante para Beijing o perigo de que o rótulo de ameaça pudesse ser um fator que deslegitimasse a China como um ator internacional, facilitando a emergência e imposição de 16 constrangimentos que pudessem comprometer tanto o desenvolvimento econômico quanto estratégias de política externa, em especial no estabelecimento de vínculos políticos com diferentes países e regiões, a China adotou inicialmente a estratégia do conceito de ascensão pacífica (OLIVEIRA, 2008, p.4).

Foi nesse processo que, através das Reformas Estruturantes, Milares e Diegues (2012, p. 366) observam “poucos anos após a revolução, o Estado já possuía uma rede de empresas estatais, controlava a produção e o fornecimento de bens agrícolas”. Essa política encabeçada pelo governo já apresentava claros sinais de que o desenvolvimento estratégico industrial teria forte controle do Estado em uma geopolítica regional e depois global. A diferença de outros processos globais de projeção de poder e que chamou atenção desta tese é a de que o investimento não só foi coordenado pelo governo como pertence a ele, ou seja, não é uma estratégia empresarial de um conglomerado ou grupo privado, mas sim do Estado chinês para com o mundo.

Nessa conjuntura de reformas, Serra (2010) diz que a orientação geral adotada foi a da “construção e modernização socialista” através, nomeadamente, da adoção do “programa das quatro modernizações” (agricultura, indústria, defesa nacional e ciência e técnica), que foi proposto ainda antes da Revolução Cultural por vários dos então dirigentes reformistas. Com isso, já denotava uma visão de que crescimento econômico e defesa nacional deveriam, necessariamente, andar juntos, em um processo de desenvolvimento industrial sempre ligado ao protagonismo do Estado e do Partido Comunista Chinês, do seguinte modo:

O desfecho de uma estratégia de industrialização depende, em grande medida, das condições econômicas iniciais encontradas pelos governantes que as colocam em prática. Usualmente, para analisar o processo de industrialização chinesa, parte-se da Reorientação da Estratégia de Desenvolvimento (RED) introduzida por Deng Xiaoping, em 1978 os meios para levar adiante uma estratégia de industrialização com forte controle estatal (MILARÉ; DIEGUES, 2012, p.361).

As reformas então seguiram etapas, as quais são distinguidas por Barbieri Júnior (2011) com a seguinte classificação de fases: 1) fase inicial, que foi fundada no modelo exportador de manufaturas de menor valor agregado e com alta capacidade de investimento do Estado e como importador de base (o que iria refletir na presença futura no entorno estratégico brasileiro); 2) o início das reformas econômicas em direção aos mercados ocorreu

por meio da coordenação político-institucional; 3) a produção rural duplicou entre 1980 e 1986 e o aumento da riqueza rural estimulou a expansão da indústria de bens de consumo, os quais passaram a ser exportados, ainda no período Deng Xiaoping. Segundo o referido autor:

Nesse período, o Estado chinês teve a percepção que o modelo de produção baseado nos setores de trabalho intensivo em bens de consumo deixava a China fragilizada no âmbito internacional, dessa forma os dirigentes decidiram realizar um amplo processo de privatização de pequenas e médias empresas, que eram consideradas não produtivas, e estrategicamente, o Estado decidiu constituir as chamadas campeãs (BARBIERI JUNIOR, 2011, p.6).

Estabelecidas as etapas desse processo, Naughton (2009) diz que já em 2002 ficou estabelecido um novo momento por meio de uma política de internacionalização das empresas chinesas. Seria como um compromisso nacional conhecido por *Going Global*⁴³, no qual o Estado impulsiona principalmente as grandes empresas estatais com uma série de benefícios. Assim, deixa clara a continuidade nos estímulos às empresas campeãs estatais⁴⁴ em um processo de internacionalização global, por meio do capital estatal. Para Barbieri Júnior (2017, p. 7):

No seu processo de internacionalização, a China passou a promover importantes investimentos nos mercados globais através de suas corporações estatais. Nos anos 2000, o investimento estrangeiro direto realizado por grandes empresas estatais eram direcionados principalmente para a América Latina e África. Esses investimentos ocorrem principalmente em mercados de commodities, concentrados principalmente na área de exploração de petróleo, mineração e infraestrutura. Era uma estratégia do Estado chinês visando garantir suprimentos para a manutenção do desenvolvimento, ao mesmo tempo, promover a integração de sua extensa linha de negócios e a preocupação com a volatilidade dos preços das commodities.

Como resultado disso, Naughton (2009, p. 2) aponta que desde os anos 2000 as taxas de investimento ultrapassaram a marca de investimento de 40% do PIB, fazendo com que a importância do continente asiático como centro dinâmico do comércio mundial tomasse forma e expusesse o papel chave que a China teria ao se configurar como potencial para atingir o nível de principal país exportador do mundo. Isto é:

A dinâmica histórica do desenvolvimento chinês é caracterizada pela manutenção do Estado como idealizador das diretrizes do desenvolvimento, seus dirigentes estabelecem a direção de modo que o Estado não perca o controle das forças de mercado, dessa forma, que a China conseguiu obter uma grande transformação nas estruturas produtivas por meio de estratégias políticas centralizadoras que dinamizaram a iniciativa privada (BARBIERI JÚNIOR, 2012, p.12).

⁴³ Estratégia criada pela China para se tornar, através de política estratégicas de projeção de poder, um investidor a nível global e que marca a ruptura com um passado isolacionista.

⁴⁴ As chamadas campeãs estatais são grandes empresas pertencentes a China que desenvolvem políticas de internacionalização visando garantir fontes de recursos naturais para a China dentro das estratégias de interesse nacional.

Foi através das chamadas campeãs estatais e com uma máquina estatal sustentável que a presença chinesa ganhou força globalmente. Por empresas campeãs estatais, Naughton (2009) conceitua como sendo as grandes empresas que controlam setores estratégicos do país, são eles: energia, transporte, bancos e construção civil. Elas permitem ao Estado chinês manter o controle central sobre a estrutura econômica do país, apesar do espaço de concessões produtivas das forças privadas.

Assim, nos trinta anos que se seguiram depois das reformas aqui abordadas, a China foi a grande plataforma de investimentos das principais empresas transnacionais e o seu desenvolvimento foi moldado pelo Estado, de forma a realizar um processo de industrialização visando a expansão do setor exportador. Com isso, o Estado chinês tinha como vantagem competitiva no cenário internacional o custo de mão de obra baixo, pois o trabalhador chinês era considerado disciplinado e bem estruturado em comparação a outras regiões da periferia do sistema mundial (BARBIERI JUNIOR, 2011, p.3).

3.2 PROJEÇÃO DE PODER E A BUSCA POR ASCENSÃO GLOBAL: A IMPORTÂNCIA DOS RECURSOS NATURAIS PARA A NOVÍSSIMA CHINA

Dentro de um levantamento histórico e político sobre a projeção de poder chinesa, a China advindo desde o período de Deng Xiaoping até a atualidade, posto o processo histórico explicativo que construiu. Neste tópico, pretende-se apresentar uma análise da estratégica da ligação entre o desenvolvimento chinês e a busca, dentro de uma política de ascensão global pacífica, pelo controle de fontes de recursos naturais.

Atualmente, de acordo com Ávila, Martins e Cepik (2009), a China passa por um processo de três macrotransformações em se tratando de comportamento no sistema internacional, na projeção de poder e no interesse por recursos naturais, a citar: i) a transição da matriz energética (superação dos combustíveis fósseis), ii) a transição demográfica (na escala de bilhões) e uma transição tecnológica (digitalização e indústria do conhecimento retomada a discussão sobre a teoria da dissuasão e iii) o enquadramento das armas de energia direta (em inglês, *directed energy weapons* (DEW), no contexto dos debates sobre a chamada revolução nos assuntos militares).

Essas macrotransformações colocariam a necessidade de controle de outras fontes de matriz energética com vias a diversificar o máximo possível e garantir o fornecimento de energia para manter o ritmo de desenvolvimento. Assim como de projeção de poder, no que

Ávila, Martins e Cepik (2009, p.1) chamam de “produção de efeitos de alcance estratégico” no sistema internacional. Essa produção segue atrelada ao controle de fontes de recursos naturais, que foi uma busca iniciada após Revolução Industrial na Europa do século XIX e que só contagiou a Ásia a partir do século XX, pois:

Ao longo do século XX, se tornou evidente para a maioria das Grandes Potências que o controle de recursos de infraestrutura e das tecnologias energéticas modernas havia se tornado essencial para a capacidade de defesa frente a agressões externas. Primeiramente, sem o uso de energia moderna, um país fica impossibilitado de utilizar sistemas de armas básicos da guerra contemporânea, que dependem de combustíveis ou eletricidade para seu funcionamento (OLIVEIRA, 2015, p. 3).

Com essa linha de ação estratégica para garantir segurança energética e fornecimento de matérias-primas mantenedoras do seu ritmo de crescimento, a China iniciou, ainda que no século posterior ao da Europa, a sua escalada de ação além das fronteiras asiáticas. É nessa conjuntura que a China entra em uma fase que Visentini (2011) chama de “Novíssima China” em alusão ao ano de 1949, quando ocorreu a proclamação da República Popular da China (RPC) por Mao Zedong e que anunciava o nascimento da Nova China.

Ao longo de três tumultuadas décadas, o país logrou reafirmar sua soberania e a ocupar um espaço político relevante como membro permanente do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), em um contexto de normalização das relações com a comunidade internacional (VISENTINI, 2011, p.1)., apontando que o Estado chegou sua ação extrarregional além da Ásia com uma agenda política e econômica abrangente e inaugurou um novo estágio na projeção internacional extrarregional chinesa e no próprio sistema mundial.

A ascensão silenciosa e a estratégia de evitar conflitos diretos com hegemonias são indicados como indícios do início dessa nova etapa na Novíssima China, que foi uma época na qual o país lançou um complexo e dinâmico modelo de desenvolvimento. Esse modelo não apenas alterou substancialmente sua realidade interna, como também teve um profundo impacto nas relações econômicas e geopolíticas internacionais em ações tanto econômicas quanto políticas, principalmente através de vieses diplomáticos e da presença extrarregional.

Essa ampliação de ação pode ser entendida pela busca de poder e recursos, haja vista que:

É verdade que mais poder e recursos permitem que se faça mais coisas, isto é, influencie mais atores e / ou mais problemas. Isso implica nada sobre a fungibilidade de qualquer recurso específico de energia. *Fungibility* refere-se aos usos de um dado quantidade de um recurso de energia, não para os usos de quantidades variáveis. No campo econômico, pessoas ricas podem comprar mais coisas do que pessoas pobres; mas isso não é porque o dólar de uma pessoa rica é mais fungível do que um o dólar da pessoa pobre (BALDWIN, 2012, p.7, tradução livre).

Frente a esse fenômeno e todo o período compreendido entre a Primeira Guerra Mundial e a Revolução Soviética, essa nova realidade geopolítica no sistema internacional se mostrou como resultado de uma construção ao longo de todo o século XX. Quiçá antes, mas com ênfase a partir dos anos 1970. É uma nova roupagem de projeção de poder que se deve também ao impulso pós-declínio soviético e a desintegração da URSS, eventos os quais colocaram fim à Guerra Fria e ao sistema bipolar, abrindo uma nova era de incertezas na construção de uma nova ordem mundial, especialmente ao configurar uma conjuntura marcada pelo acirramento da competição econômico-tecnológica mundial (VISENTINI, 2011).

Assim, a expansão astronômica da presença chinesa, inicialmente na África e depois na América do Sul, se mostra parte de mais um *round* dessa competição em um reordenamento mundial, tendo como líder essa potência asiática e que precisa garantir a segurança do Sistema Energético. Esse sistema alimenta o seu desenvolvimento e liderança mundial, daí a necessidade cada vez maior de exploração de recursos naturais e segurança energética.

Nesse contexto, é importante conceitualizar a energia e o seu impacto econômico e produtivo, porque:

Para os fins deste trabalho, considera-se que o conceito de Energia se refere ao conjunto de processos básicos de extração, captação e transformação de recursos energéticos naturais, incluindo, ainda, os sistemas de consumo ou uso final das diferentes formas de energia que ocorrem nas principais atividades produtivas (indústria, agricultura, serviços públicos, comércio, transportes e comunicações) (OLIVEIRA, 2015, p.2).

O processo de busca por garantias de segurança energética no pós Guerra Fria foi determinante para as relações entre a China e a África, já que, até então, a política externa chinesa para o continente se baseava na antiga disputa ideológica, primeiramente com os Estados Unidos e as potências coloniais europeias e, depois, com a União Soviética (VISENTINI, 2011). Assim, a China buscava parcerias que convergissem com sua posição conjuntural, bem como uma diplomacia de prestígio que incidisse em garantias de segurança energética, o que muitas vezes pode incidir em conflitos ou oportunidade de interesse em relação a outras potências internacionais. Por exemplo, o deslocamento da atenção dos EUA para o Oriente Médio facilitou a projeção de poder chinês no continente africano, pois:

Quando os Estados Unidos iniciaram uma grande intervenção na Ásia central e no Oriente Médio, em função da “guerra ao terrorismo”, os interesses chineses foram gravemente afetados. Havia projetos de oleodutos e gasodutos em marcha nessas regiões, e a segurança energética foi ameaçada. Para evitar confrontos com

Washington, Pequim procurou um espaço onde sua inserção fosse menos onerosa diplomaticamente (VISENTINI, 2011, p.10).

Foi dessa forma que África e América do Sul, cada qual a seu tempo e escala, se transformaram em alvos da política externa chinesa. Na África, um dos exemplos de consequência da presença e influência chinesa foi a de que vários países começaram a deixar de solicitar empréstimos ao FMI para solicitar a China, assim como passaram a ser mais seletivos com a ajuda ocidental.

Em contrapartida a esses fatos, receberam fornecimento de armamento e o apoio diplomático chinês, sobretudo, através do veto às iniciativas ocidentais no Conselho de Segurança da ONU contra Estados africanos. Isso elevou a autoconfiança do continente, que passou a não se sentir mais abandonado (VISENTINI, 2011). Ao mesmo tempo, inaugurou a expansão em escala global da ação chinesa em busca de recursos naturais além do seu entorno estratégico asiático rumo a África e América Latina. Não necessariamente inaugurou uma política desafiadora da China para com os EUA na África e na América do Sul, mas que impactou em um aumento da influência chinesa no rumo dessas regiões, seja em nível econômico ou político. Há o fortalecimento de instituições mais ligadas à China e que mostram uma forma diferente de presença e ação extrarregional.

Esse processo de ascensão chinesa, de acordo com Dall'Agnol (2014), indicaria uma possível transição de poder decorrente da mesma, especificamente sob as perspectivas de Nye (1989) e Mearsheimer (2006). É um fenômeno que Visentini (2011) chama de “descolonização econômica e de uma nova projeção internacional”, apesar de considerar ser uma espécie de neoimperialismo à chinesa, por meio da concessão de empréstimos sem a exigência de garantias políticos-institucionais e que favoreceriam regimes antidemocráticos.

De acordo Mearsheimer (2006), conhecer a distribuição de recursos seria conhecer a estrutura da política mundial e, uma vez conhecida a sua estrutura, poder-se-ia prever certos padrões de comportamentos dos Estados. No caso da presente tese, busca-se prever o comportamento de uma potência extrarregional no entorno estratégico brasileiro e as suas consequências.

A estratégia da China é baseada da seguinte forma:

A urbanização constitui o primeiro motor e polo de expansão autônoma direta da demanda para os países ricos em recursos naturais, o segundo motor é a transformação da China num grande centro manufatureiro da economia mundial e que se transmite para os demais países através de suas exportações industriais (de bens intermediários e finais) do seu efeito sobre os seus preços e por meio das importações de matérias-primas, bens de capital e de partes e componentes das cadeias produtivas em que a China está inserida (MEDEIROS;CINTRA,2017, p. 4).

No caso chinês, a manutenção do fornecimento de matérias-primas para sua indústria cada vez mais sedenta de *commodities* e energia é um assunto de segurança nacional e uma questão de sobrevivência perante os projetos de poder no sistema internacional. Ou seja, para o presente estudo, se analisar o comportamento o Estado chinês no entorno estratégico brasileiro, pode-se, nessa perspectiva, extrair padrões de comportamento com objetivos de projeção de poder extrarregional. Isso coaduna com Keohane e Nye (1989) e Dall’Agnol (2014) quando dizem que os recursos que produzem capacidades de poder haviam se transformado em algo mais complexo e distanciado de uma ótica tradicional que apresentava o poder militar como dominante perante outras classificações de poder, correlacionando capacidade militar com direcionamento das instituições e pautas internacionais, até então não considerando os recursos naturais (especialmente os geradores de energia e produtores de capacidades de poder) como uma variável mais complexa também geradora de capacidades. Ao adotar essa ótica, a tese de Oliveira (2015) sobre a existência de padrões de hierarquização e distribuição de poder no Sistema Internacional, também pode-se absorver que os recursos naturais viraram vetores geopolíticos importantes para geração e manutenção de poder. Segundo o referido autor:

Se a Energia é fundamental para o Estado, a busca pela Segurança Energética torna-se um dos principais objetivos a ser perseguido na esfera Internacional. O sucesso da Estratégia de Segurança Energética de um Estado, ou um grupo de Estados, influencia a percepção da distribuição de Poder no Sistema Internacional (OLIVEIRA, 2015, p.3).

Replicando essa visão, entende-se a questão energética e dos recursos naturais como geradores de capacidades, fato que remonta também a necessidade de controle da cadeia geradora dessa energia. Pode ser desde uma fonte hídrica a fontes de carvão ou combustíveis fósseis, o que gera, no caso da necessidade chinesa, uma relação assimétrica de geração de energia e aquisição de recursos.

Assim, as Relações Internacionais Pós-Guerra Fria seriam caracterizadas por um período de transformação da ordem mundial, estruturada por uma complexidade sem precedentes (maior número de atores) e um dinamismo (variabilidade dos atores ao longo do tempo). Ao mesmo tempo, soma-se ao pujante crescimento econômico asiático, especialmente o chinês, desenhando assim uma nova redistribuição de poder no sistema internacional e a necessidade cada vez mais de fontes de recursos naturais e segurança energética (ROSENAU,1990; NETO,2012).

É um processo que Fernandes (2015) define como uma nova conjuntura internacional com redefinição da distribuição do poder no sistema internacional, o que chama

de contestação da liderança global norte-americana pela República Popular da China. Esse fenômeno não seria novidade no âmbito das Relações Internacionais visto diversos marcos ao longo da história, nos quais houve uma quebra de ciclo de poder, a citar: os anos de em 1648 (Paz de Vestfália), 1815 (Congresso de Viena e Concerto Europeu), 1919 (Criação da Liga das Nações), 1945 (Criação da Organização das Nações Unidas)e, por fim, em 1991(Dissolução da União Soviética)(FERNANDES, 2015).

De acordo com Fernandes (2015, p. 2):

A Guerra Fria foi um produto da Segunda Guerra Mundial e da consequente ascensão no sistema internacional de duas superpotências com ideologias e interesses antagônicos – os Estados Unidos e a URSS. O conflito hegemônico deveria ser seguido de uma conferência entre as grandes potências vencedoras em que fossem definidas as novas regras, leis e instituições da nova ordem internacional. Foi assim em Vestfália, Viena, Versalhes e Ialta, mas não em 1991 com o fim da Guerra Fria. O mundo deparou-se durante quarenta e quatro anos com um sistema de distribuição de poder bipolar, caracterizado pela potencialidade da destruição mútua assegurada (*mutual assured destruction*). Com a queda do Muro de Berlim, em novembro de 1989 e a posterior implosão da ex-URSS, em dezembro de 1991, desapareceu uma das duas superpotências da bipolaridade e o sistema internacional transformou-se pacificamente, contrariando a visão realista de que tal apenas poderia ocorrer em consequência de uma guerra hegemônica.

São essas transformações da última década, com a queda do Muro de Berlim e o período de maior ascensão internacional chinesa, que ainda são consequências do período Pós-Guerra Fria. Mearsheimer (1990) argumenta que a não ocorrência de conflitos de maior escala frente a essa, semelhante aos ocorridos até então, é consequência de três fatores: a distribuição bipolar do poder militar no continente; a relativa igualdade militar entre os dois polos; e o fato de que cada uma das superpotências possuía armas nucleares de destruição em massa, fazendo um conflito direto significar certa destruição mútua (NETO, 2012).

Esse fato leva a esta tese desenvolver uma análise mais profunda do surgimento da China como potência sem, necessariamente, desenvolver um conflito direto com os EUA. Sobretudo, através de uma estratégia de uso da dependência como forma de instrumentalizar a utilização de recursos naturais para projetar poder político no sistema internacional e que deixa os Estados fornecedores susceptíveis de pressão política e diplomática e passíveis de serem forçados a alterar seus posicionamentos externos (FERNANDES, 2015).

Assim, tem-se que, no caso sul-americano, esse espaço começou a ser dominado ao longo dos anos de 1980 em diante, dentro de um processo gradual, mais pela China do que por antigos atores, a exemplo do Brasil e EUA, especialmente em conjunto com o processo de aquisição e controle de fontes de recursos naturais. Portanto,

A expansão territorial dos Estados nacionais e o controle sobre recursos naturais existentes em territórios além das fronteiras nacionais são os ingredientes latentes,

em grande parte, dos conflitos interestatais. Nesse sentido, muitas vezes, negar o acesso a recursos estratégicos, ou conter a expansão imperialista de um Estado (ou grupo de Estados), no interior do sistema internacional, torna-se a lógica dos grandes *players* da política internacional. Foi dentro desse debate sobre os recursos de poder, território e acesso a recursos naturais que surgiram as primeiras observações teóricas no campo das relações interestatais. Trata-se, mais especificamente, da geopolítica, campo de estudos que analisa as relações entre Estados a partir da perspectiva histórica e geográfica (JUBRAN; LEÃES; VALDEZ,2015, p. 6).

Essa análise sob uma perspectiva histórica aponta que a necessidade de segurança energética é a maior virtude de ação dos Estados no campo Realista das Relações Internacionais e, por isso, a atualidade do pensamento dessa linha teórica tem sido um exercício intelectual constante. Seguindo uma ótica geopolítica, é preciso entender que o espaço é um elemento de maximização do poder, daí poder extrair a presença cada vez mais constante chinesa no espaço compreendido pelo entorno estratégico (HAGE,2008).

Dessa forma, a China, enquadrada aqui como uma grande potência, protagoniza um processo de reformatação do sistema, por meio de parcerias assimétricas com potências secundárias, as quais são incapazes de desenvolver seu parque tecnológico estratégico. Se propõe, então, a firmar acordos bilaterais de exportação de *commodities* e assim controlar o processo de extração de recursos naturais em sua origem até o processamento – ressalta-se, em território chinês – e exportação pela China.

Com objetivo de ampliar sua capacidade de influência, o governo chinês vem aumentando os investimentos em recursos naturais de outros países. De acordo com o Serviço Geológico do Brasil, as estatais chinesas também estão demonstrando interesse pelo petróleo, que, como o minério de ferro, é considerado fundamental para que o país asiático mantenha o seu ritmo de crescimento. Porém, em uma relação assimétrica de importação de matérias-primas, exportação de produtos industrializados e a presença chinesa como ator extrarregional no entorno estratégico brasileiro tem alimentado essa estratégia, já que:

A China vem se caracterizando ao longo dos últimos anos como um dos mais importantes mercados de destino de produtos brasileiros, sendo um dos maiores responsáveis ao longo da década de 2000 pela geração de superávits comerciais. Entretanto, esta dinâmica vinha sendo pautada profundamente e crescentemente na exportação de recursos naturais. Setorialmente, os quatro principais em participação em 2001 eram “Agricultura, caça, silvicultura e pesca”, “Mineração e extração de petróleo cru e gás natural”, “Equipamentos de transporte” e “Celulose, papel, impressão e publicação” (SOARES;CASTILHO,2010, p. 2).

No Brasil não foi diferente, apenas entre 1995 e 2004 os investimentos passaram de 37 bilhões para mais de 120 bilhões de dólares. Conforme pode-se ver, em se falando de investimentos de empresas chinesas em todo o mundo entre 2005 e 2011, o Brasil foi o país que mais recebeu capital chinês, ficando atrás apenas da Austrália e dos Estados Unidos, o

que denota uma entrada em massa de capital chinês para aquisição de produto primário brasileiro através de negociações bilaterais. Essas negociações foram inicialmente na África e, posteriormente, na América do Sul (CEBP, 2011)⁴⁵, do seguinte modo:

Desde a última década o governo chinês vem aumentando os investimentos em recursos naturais de outros países. Até agora, seu avanço mais impressionante ocorreu na África, onde os investimentos em mineração e depois na compra de terras foram acompanhados de projetos de cooperação com os países hospedeiros, quase sempre pobres e com baixo grau de desenvolvimento. O passo seguinte na estratégia foi a negociação de projetos com vários governos latino-americanos. Desde o começo deste ano, foram anunciados planos de investimentos de pouco mais de US\$ 11 bilhões no Brasil. Se todos forem concretizados, o estoque de capital chinês no Brasil poderá ocupar a 9.^a posição em ordem de grandeza. Por enquanto, está em 42º lugar (NAKATANI; FALEIROS; VARGAS, 2012, p. 21).

Negócios desse tipo envolvem o controle de grandes áreas de fontes de recursos por grupos subordinados à estratégia de uma potência estrangeira (China) que seguem a lógica dos interesses nacionais do Estado na busca de garantir segurança energética. O quadro de investimentos chineses no mundo (Figura 3) demonstra essa realidade, da seguinte forma:

Figura 3 – Alcance mundial da China (2011): hemisfério ocidental como foco (em bilhões de dólares)



Fonte: Heritage Foundation Dataset: China's Outward Investment: non-bond transactions over US\$ 100 million (atualizado em julho de 2011, adaptado).

⁴⁵ Ver mais em Conselho Empresarial Brasil China: Investimentos Chineses no Brasil Uma nova fase da relação Brasil-China. Disponível em: <https://www.cebc.org.br/sites/default/files/pesquisa_investimentos_chineses_no_brasil.pdf>.

Conforme se pode observar na Figura 3, somando todos os investimentos na América do Sul resulta mais cifras do que em qualquer outra região do mundo, excetuando o entorno estratégico imediato chinês. Além desses investimentos, também há o do setor energético com a aquisição de diversas concessionárias de energia, por meio de investimentos que ultrapassam os 3 bilhões de reais apenas em 2011.

A esse investimento soma-se a aquisição da mineradora Itaminas por 1,2 bilhões de dólares em 2010, pelo Bureau de Exploração e Desenvolvimento Mineral do Leste da China, que é uma estatal chinesa de mineração. São alguns exemplos, no caso do Brasil, sobre uma forma de entrada da maior companhia energética do mundo através de capital chinês e pertencente a China. Esse fenômeno pode ser observado analisando a Figura 3, na qual se denota que a Região é a que mais recebe investimentos fora da China, pois:

O interesse da State Grid e de outras estatais chinesas no Brasil marca uma nova onda de investimentos asiáticos no país, iniciada no final do ano passado, em que as cifras deixaram a casa dos milhões para passar à dos bilhões. O projeto mais ambicioso são as negociações entre a EBX, do empresário Eike Batista, e a Wisco, gigante estatal da mineração, para construir o Complexo Siderúrgico de Açú. O investimento, estimado em cerca de US\$ 5 bilhões, teria 70% de participação chinesa (CPRM,2010, p. 1) ⁴⁶.

Os dados assim demonstram uma política de expansão e investimentos na região do entorno estratégico brasileiro, assim como no Brasil, porém, em uma relação de crescimento de importação de *commodities* para posterior exportação de produto industrializado, o que gera uma relação econômica assimétrica acentuada e leva a presente tese ao debate sobre até onde essa estratégia é positiva para a região e para o Brasil.

3.3 A DIPLOMACIA DE ENERGIA PESADA: ENTORNO ESTRATÉGICO BRASILEIRO, RECURSOS NATURAIS E UMA RELAÇÃO DE ASSIMETRIA

Barboza (2009, p.1) chama a estratégia chinesa de financiamento de produção de matérias-primas, *commodities* e energia de “diplomacia da energia pesada”, pois a China está aportando os Estados onde quer que eles precisem de investimentos. É uma onda global de visitas diplomáticas de líderes chineses para assinar acordos de amizade e cooperação, especialmente na América do Sul e África e, sobretudo, sobre exploração de recursos naturais e minerais estratégicos. Além de petróleo nos chamados empréstimos para óleo.

⁴⁶CPRM,2010. China compra empresas de energia no Brasil por R\$ 3 bi. Disponível em:<<http://www.cprm.gov.br/impressa/Site/pdf/Clipping/Clipping084-2010.pdf>>.

O principal objetivo chinês reside na necessidade de garantir suprimentos confiáveis de petróleo para alimentar seu setor dos transportes em crescimento. Precisa de minério de ferro para a produção de aço, cobre e alumínio para construir casas e bens de consumo. Por isso, dá valor geopolítico às estratégias de controle de fontes de recursos e assim evitar escassez, bem como garantir influência através das vastas reservas, agregando poder de barganha aos recursos. Nesse sentido,

Quando é escasso em nível global, um recurso natural converte-se em um elemento geopolítico de poder internacional ao incitar motivos de disputas e conflitos que acontecem potencialmente no âmbito político, econômico ou militar mediante a confrontação diplomática, empresarial ou castrense. Neste sentido, um recurso natural somente torna-se estratégico quando ele passa a ser escasso e potencialmente vital para o desenvolvimento de atividades econômicas, uma vez que o componente conflitivo da geopolítica dos recursos naturais acontece em função da assimetria natural de sua dotação, quando em alguns territórios há abundância e em outros escassez (SENHORAS;MOREIRA;VITTE,2009, p. 3).

A presença chinesa também está relacionada com o fornecimento de tecnologia bélica. Nessa seara, durante a última década (2000-2010), a China já vendeu desde aviões a jato para a Bolívia, avaliados em US\$ 58 milhões de dólares, a sistemas de vigilância para a Venezuela, no valor de US\$ 150 milhões e doações de suprimentos militares, como uniformes, caminhões, jipes, cozinhas de campo, material de engenharia, tendas, luvas e chapéus, para a Bolívia, Guiana, Colômbia e Peru. Isto é, a presença chinesa rumando também para a inserção na indústria de defesa latino-americana (MARCELLA,2012) e faz-se importante, então, entender como se deu esse processo.

O processo chinês de cooperação energética e investimento na América do Sul, especialmente na área de petróleo, remonta aos anos 1960, quando Cuba nacionalizou companhias de petróleo e firmou parcerias com a China, muito devido a um alinhamento político-ideológico semelhante. Ao longo dos anos que se passaram novos programas de cooperação foram sendo desenvolvidos, inclusive se tornando exportadora de petróleo para o Brasil nos anos 1970. Passando, posteriormente, a importador e chegando ao ano de 2015 como maior consumidor de petróleo do mundo, o que corresponde a uma compra diária de 7,4 milhões de barris, ultrapassando os Estados Unidos⁴⁷. Há foco em investimento na aquisição de matérias-primas e minérios brutos, ou seja, produtos especialmente primários.

Para Rolo (2013, p. 16):

⁴⁷ Para saber mais: “Com 'bules de chá', China supera EUA como maior importador de petróleo do mundo”. Disponível em: <http://economia.uol.com.br/noticias/bloomberg/2015/05/29/com-bules-de-cha-a-china-supera-eua-como-maior-importador-de-petroleo-do-mundo.htm>. Acesso em 20 nov. 2018.

Ao analisar a composição das importações chinesas, vê-se que 25% dos produtos agrícolas e 13% dos produtos minerais são provenientes da América Latina, e 16,1% dos produtos agrícolas e 2,3% dos produtos minerais, da África. Com estes dados, pode-se perceber a importância destas regiões para o suprimento de produtos primários (ROLO, 2013, p. 16).

Analisando os dados do período de 2008 e 2011 citados por Rolo (2013), tem-se também que o crescimento econômico da China nas últimas três décadas a tornou uma potência mundial capaz de influenciar não apenas as relações econômicas, mas na arena internacional como um todo (HERRERA, 2011). Para a presente pesquisa, pode-se inserir aí o entorno estratégico brasileiro. Assim, a cooperação energética se tornou o pilar essencial de apoio para a China, especialmente para melhorar as suas relações bilaterais com alguns países da América Latina.

Cabe sublinhar que a China, nas últimas duas décadas, incorporou definitivamente a América do Sul e a África como área de influência de sua política externa (BROZOSKI, 2015). Essa cooperação versa, principalmente, no comércio de petróleo e desenvolvimento de serviços, especialmente no Brasil, Colômbia, Equador, Argentina, Peru, Venezuela e Chile. Esses quatro últimos destaques serão destaque de análise desta pesquisa. É um processo de expansão da China que, na América do Sul, é uma realidade e destaca Dosch (2015) não ser algo novo, tendo em vista que, com base na projeção econômica, adquiriu essencialidade ao longo das últimas três décadas. É um processo que era esperado para acontecer mais cedo ou mais tarde, tendo, segundo dados de 2015, a maior parte das importações relacionada à mineração e à cooperação energética, equivalente a US\$ 239 bilhões, em contraposição à agricultura, responsável por US\$ 68 bilhões (DOSCH, 2015).

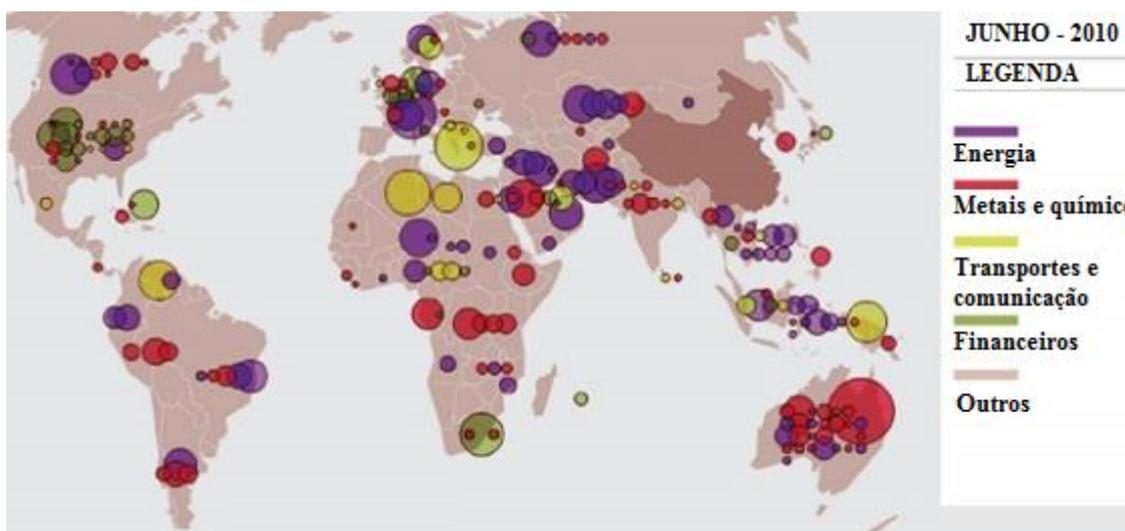
Isso se deve, conforme Brozowski (2015), ao acirramento da disputa global por fontes minerais e energéticas e da crescente valorização do mar como nova fronteira exploratória de recursos naturais. Ainda assim, há muitas controvérsias quanto ao impacto da China na América do Sul. Enquanto muitos autores avaliam ser uma oportunidade, outros destacam que se trata de uma relação desigual e prejudicial à região (ROLO, 2013). É importante compreender que a existência de um investimento estatal chinês em um país não necessariamente pode ter uma leitura econômica positiva, pois se cria uma relação de dependência e reflete no não desenvolvimento industrial do Estado em detrimento do fornecimento de material primário. Isso faz com que essa entrada de capital, em médio e longo prazo, seja negativa, conforme esta pesquisa verifica a seguir.

Uma ótica diferente da tradicional, já que a China tem interesses econômicos, políticos e de segurança na região sul-americana, com laços de cooperação comercial e investimentos

cada vez mais assimétricos (ABDENUR; MARCONDES NETO, 2013; IPEA, 2014). Essa estratégia de presença extrarregional segue estratégias consolidadas, a exemplo das empresas petrolíferas chinesas, as quais usam diferentes formas de cooperação energética, como: o comércio de petróleo bruto, investimentos, empréstimos em troca de óleo, compra de equipamentos técnicos, fusões e aquisições etc. (HONGBO, 2014).

Há uma implicação estratégica de muita importância no que tange às relações entre China e América do Sul em se tratando do valor da parceria entre ambos (econômica ou política). Com a inserção da China, uma economia de alcance global e ator extrarregional na estrutura de investimento dos Estados sul-americanos, observa-se, através de uma análise da Figura 4 que o IED chinês aplicado no Brasil e em seu entorno estratégico, que está focado em indústria de base, ou seja, na extração de recursos naturais e na geração de energia, mas não em desenvolvimento ou transferência de tecnologia, do seguinte modo:

Figura 4 – Evolução de Investimentos Estrangeiros Diretos da China (2010)



Fonte: Heritage Foundation (2011)

Ao analisar a Figura 4, observa-se que toda essa estrutura e apetite por reservas estratégicas requer alto investimento para manutenção e ampliação delas. Assim, no que diz respeito à América do Sul, no período de 2005 a 2012, o investimento da China na região chegou a US\$ 29,7 bilhões. Esse valor é significativo quando comparado com o montante destinado à América do Norte (US\$ 38,4 bilhões), Europa (US\$ 34,8 bilhões), Ásia (\$ 32,2 bilhões), Austrália (\$ 32,8 bilhões), Oceania (\$ 27,8 bilhões) e Oriente Médio (\$ 21,2 bilhões). Aparentemente são investimentos comuns mas uma análise detalhada mostra que dos US\$ 29,7 bilhões em investimentos na América Latina, 74% foram para o setor de energia

(petróleo e gás natural), 23% no setor de mineração e 1% em outros setores (agricultura, finanças e infraestrutura)(DOSCH, 2015), ou seja, quase na sua totalidade no setor primário, especialmente o energético.

Há claramente o que Koch-Weser (2015, p. 2) chama de “geopolítica de aquisição de energia”, em uma competição estratégica por recursos finitos continua como uma realidade mundial do mercado de energia, ainda que o autor não acredite ser possível a China “trancar” o mercado global de energia. Sobre isso, o General Paiva (2011) destacou o movimento de presença chinesa na América do Sul como uma grande onda de importações com investimentos vultosos que mais do que dobraram desde 2003 até 2011 e que acarretaram um aumento de mais de 700% das importações de matérias-primas para a China em cinco anos. Isso corresponde a um volume de investimentos que saiu de US\$ 6,5 bi para US\$ 54,6 bi, enquanto as exportações brasileiras cresceram 282,8% no mesmo período (2003-2011). Sobretudo, há uma clara competição pelo mercado regional, o que Paiva (2011) destacam como uma preocupação para o governo brasileiro.

Essa preocupação brasileira no entorno estratégico deve estar atenta especialmente a forte presença chinesa através de acordos bilaterais, como os já existentes com Venezuela, México, Argentina, Chile e Peru, já que a América Latina foi a segunda região que mais recebeu investimentos chineses em 2011, perdendo apenas para a própria Ásia. Para Paiva (2011), já seria o suficiente para entender tal inserção de capital como um desafio a manutenção da liderança regional brasileira em seu entorno estratégico, porque:

Pode-se concluir que a liderança regional do Brasil, até certo ponto tolerada por ser interesse dos EUA, está ameaçada por esse novo competidor, ao qual se agregarão a Rússia e a Índia. Por certo, os EUA e aliados intensificarão a presença na região, para não ceder espaços aos novos rivais. A China agora é interessada direta nos recursos da Amazônia e será mais vantajoso a ela, Rússia e Índia unirem-se aos EUA e à UE, para imporem limites à soberania brasileira na Amazônia, do que entrarem em conflito entre si para lograrem condições privilegiadas de acesso aos recursos (PAIVA, 2011, p.32).

O debate sobre os impactos econômicos da China nos países em desenvolvimento começou a ganhar força após a adesão do país à OMC em 2001. Graças ao rápido crescimento econômico chinês e a uma maior abertura, tem sido um dos eventos mais importantes na economia global ao longo das últimas três décadas, visto que as suas elevadas taxas de crescimento têm dado à China cada vez mais importância no cenário mundial. Para a América do Sul, o país torna-se gradativamente mais um dos principais parceiros comerciais, tendo implicações importantes para cada um dos países da região, inclusive para o Brasil e sua extensão de influências regionais (ROLO, 2013).

Hongbo (2014) diz que as relações entre China e América do Sul têm implicações mais estratégicas na atual transição do poder político e econômico internacional. Em particular, seus laços energéticos têm testemunhado um grande progresso na cooperação entre indústrias de petróleo e gás. Algumas das principais questões contidas nas relações entre China e a região do entorno estratégico brasileiro são: competitividade da indústria transformadora chinesa contra a latino-americana; conflitos locais que geraram algumas atividades de produção chinesas, especialmente no setor de mineração; a compra de política de terras pela China na região; e presença militar chinesa na região (HERRERA, 2011).

Essas relações estratégicas só têm sido possíveis graças a acordos bilaterais que possibilitam a inserção de capital chinês em Estados do entorno, caracterizada atualmente como parceira econômica fundamental na região e estimulando debates acerca do impacto dessa presença e seus reais objetivos. Observa-se na figura abaixo:

Figura 5 – Investimentos chineses na América Latina entre 2000 e 2014 (em bilhões de dólares)



Fonte: FMI (2014).

É importante destacar que boa parte desse comércio apresentado na Figura 5, a não dizer quase a sua totalidade, passa por rotas marítimas do Atlântico Sul, o que dá mais importância ainda à geopolítica da região do entorno estratégico do Brasil. A China, por exemplo, vem aumentando sua presença na região com empresas estatais que se envolvem

cada vez mais na exploração do petróleo, do gás, e da pesca no Atlântico Sul. Com isso, o governo chinês vem fortalecendo sua cooperação (IPEA, 2014) e se diferenciando em sua estratégia no sistema internacional, por ser a sua presença dada através de investimentos de empresas pertencentes ao Estado. Em suma,

As empresas chinesas estão entre os jogadores estrangeiros mais importantes na indústria de petróleo e gás na Argentina, da República Bolivariana da Venezuela, Brasil, Colômbia e Equador, e têm uma presença menor no Peru. Na mineração, as empresas chinesas concentradas têm seus investimentos no Peru e, em menor grau, no Brasil (DOSCH, 2015, p. 3).

De acordo com Medeiros e Cintra (2015), essa estratégia fez da China como a principal importadora de *commodities* da área do entorno estratégico brasileiro e a maior exportadora de produtos industrializados, vem aumentando também o leque de investimento e crédito na região. A grande demanda chinesa por recursos naturais foi indiscutivelmente um fator central desse novo cenário externo dos países sul-americanos e da presença chinesa como ator extrarregional.

Essa ascensão a nível global e, no presente caso de, regional, decorrem de dois fatores principais, a citar: 1) a articulação entre urbanização e industrialização acelerados desde os anos 1990 em um processo que se transmite diretamente para a economia mundial, principalmente através da demanda por energia, minerais e alimentos em uma relação desproporcional entre demanda *versus* recursos, a qual em seu déficit acarreta a busca por outros mercados fornecedores; e 2) isso unido a um processo de “internacionalização das grandes estatais chinesas no setor (Sinopec, CNPC, CNOOC, State Grid Corporation, Golden Dragon Precise Cooper Tuhe Group, Chinalco, etc.) fortemente concentrada no comércio, mineração e petróleo” (MEDEIROS; CINTRA, 2015). Tudo coordenado e parte de um processo estratégico de atuação global que requer o desenvolvimento de linhas de atuação que correspondam as demandas do Estado e da cooperação energética alçada pela China.

Nesse sentido, a estratégia chinesa de cooperação energética assume outras nuances e passa a ter a necessidade de uma análise do ponto de vista governamental e empresarial, listando objetivos geopolíticos que explicam a ação chinesa, tais como: 1) maximizar a segurança energética, otimizando suas fontes de importações de petróleo na América Latina, além de obter alto lucro com as importações de petróleo bruto; 2) Desenvolver programas de cooperação energética através do Estado, bem como de companhias petrolíferas e outros atores que contribuam com esse modelo, ao qual aponta que será alcançado através de operações de empresas de petróleo no exterior, o que de fato tem sido implementado (MEDEIROS; CINTRA, 2015).

Dentro desse panorama acima, elenca-se nesta tese quatro estudos de caso para analisar a inserção chinesa atrelada a controle de fontes de recursos naturais. A escolha se deve por estarem dentre as maiores economias do entorno estratégico brasileiro e de serem alguns dos principais destinos das exportações brasileiras.

3.3.1 Relação China x Chile

Dentre os Estados selecionados para essa análise, o Chile foi o primeiro a ter relações diplomáticas com a China e a assinar um Acordo de Livre Comércio em 2005 (BONJARDIM, 2017)⁴⁸. Primeiro país sul-americano a reconhecer a República Popular da China, o Chile tem atualmente como maior parceira comercial e econômica, com acordos e cifras que se aproximam dos 35 bilhões de dólares anuais.

Em 2005, assinaria um Acordo de Livre Comércio e tornaria a China sua parceira, especialmente nos setores de agricultura, finanças, mineração, e ciência e tecnologia. Esse acordo facilitou o uso da moeda chinesa (Yuan) em operações financeiras no Chile e, com isso, a China ultrapassou os EUA como o maior parceiro comercial do Chile. Dentre os principais termos do Acordo, versam sobre 92% das exportações chilenas para a China estarem livres de tarifas alfandegárias e, como resultado, o Chile acabou com 50% das tarifas alfandegárias cobradas nas importações chinesas (BBC, 2006). A questão é que a assimetria entre o que é vendido e o que é comprado dá bem mais vantagens a China nesse acordo.

No setor de minério, através de capital chinês, as empresas China Minmetals e ShundeRixin, que é a maior empresa diversificada de metais comerciais da China, adquiriu 70% da participação na mina de Escondida, com reservas estimadas entre 3 e 5 bilhões de toneladas de minério, o que inseriu a China em uma boa camada da indústria de minério de alta qualidade (GLOBAL TIMES, 2009)⁴⁹. Em contraponto, criou uma concorrência direta ao produto brasileiro no mercado internacional (BARBOZA,2009).⁵⁰

⁴⁸ Ver mais em: <<http://ceiri.news/china-e-chile-aspectos-da-relacao-sino-chilena-partir-de-2018/>>. Acesso em: 20 set 2018.

⁴⁹ A mina de Escondida é a maior mina de cobre em termos de minério do mundo e contribui diretamente para o setor de mineração que representa 30% de toda atividade econômica do Chile. Ver mais em: <<http://www.globaltimes.cn/content/495449.shtml>>. Acesso em: 20 set 2018.

⁵⁰ Ver mais em:<<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,chineses-investem-no-chile-para-quebrar-monopolio-do-minerio,488209>>.Acesso em: 20 set 2018.

3.3.2 Relação bilateral China x Argentina

A Argentina é um país de território fértil e com vastas reservas de recursos naturais, é nesse foco que a China tem investido, não apenas em acordos com o Estado Argentino, mas com diversas províncias. Apenas em 2011 esses números chegaram às cifras de US\$ 220 milhões de dólares e, em números mais atuais de 2018. Os principais motivos de tais investimentos são seguintes: importante fonte de alimentos e recursos naturais, capital humano qualificado, relação bilateral histórica e pacífica, interesse diplomático em um mundo multipolar e interesses compatíveis nos assuntos internacionais (CLARÍN,2015).

Em resumo,

O *mainstream* dos investimentos chineses na Argentina dirigiu-se para um dos grandes interesses estratégicos da China: a energia. Em 2009, as companhias de petróleo chinesas começaram um fluxo de investimentos na América Latina a partir de acordos de petróleo e gás, que atingiu US\$ 13.3 bilhões de dólares em 2010. Naquele ano, gigante do petróleo CNOOC (China National Offshore Oil Company) comprou 50% de Bidas⁵¹, por US \$ 3.1 bilhões. Alguns meses mais tarde, Bidas comprou Pan American Energy Petroleum, uma empresa britânica, por US \$ 7 bilhões. British a vendeu para obter fundos para pagar uma multa multimilionário por um derrame que causou no Golfo do México. A aquisição adicionou uma nova joia da coroa do investimento chinês, porque a Pan American Energy teve a concessão de Cerro Dragón⁵², uma província petrolífera em Chubut que é a mais produtiva e tem mais reservas do país que representam 60% das reservas da empresa com produção até 2057. Para alguns especialistas, este tipo de procedimento, é suspeito porque desnecessariamente reduzir o poder de barganha dos estados em renovações de concessão (LIM,2015, p. 1).

Em 2010, o governo Cristina Kirchner assinou um “Memorando de Entendimento para a Promoção do Investimento chinês”, que visa promover o investimento em energia eólica, biocombustíveis, mineração, processamento alimentar, infraestrutura e transporte, silvicultura, produtos farmacêuticos e de veterinária, máquinas agrícolas, energia e ferrovias. Ou seja, predominantemente norteados por recursos naturais e segurança energética, fazendo da Argentina a principal rota de entrada chinesa no entorno estratégico brasileiro, inclusive com a instalação da maior estação interplanetária fora do território chinês e ligada diretamente ao Exército da China. É a segunda maior empresa petrolífera da Argentina (*Ocidental Argentina Exploration & Production Inc.*)⁵³, desenvolve atividades também na Bolívia e no Chile e, através da parcela adquirida da Exxon Mobil, também no Paraguai e Uruguai.

⁵² Região argentina na província de Chubut, tem reservas estimadas em mais de 898 milhões de barris de petróleo, recebendo investimentos de mais de 4,2 bilhões de dólares em exploração de petróleo e hidrocarburetos.

⁵³ Adquirida em 2010 pela estatal chinesa Sinopec (*China Petrochemical Corp.*) por US\$ 2,45 bilhões

A parceria bilateral representou, apenas em 2010, um pacote de quase U\$ 21 bilhões de dólares, partilhados entre investimentos no setor petrolífero, de agricultura e da mineração. Em troca desses acordos, a China apoia algumas reivindicações argentinas a respeito das Ilhas *Falkland* (ou Malvinas). Foi na Argentina também que firmou o primeiro Instituto Confúcio⁵⁴ do Cone Sul, contribuindo diretamente para disseminar cultura chinesa no país (LIM,2015, tradução nossa). Nesse sentido,

Um dos casos de maior impacto foi o acordo assinado em 2010 pelo então governador do Rio Negro, Miguel Ángel Saiz, com a empresa chinesa Beidahuang, por meio do qual cedia um total de 320 mil hectares⁵⁵, juntamente com o uso gratuito do Porto de San Antonio Este, isenção fiscal para a empresa chinesa, o uso de escritórios e instalações que fossem necessários, tudo em troca da promessa de investimentos para instalação de sistemas de irrigação e transporte que seriam utilizados pela mesma empresa que realizaria as colheitas para a China (EPOCH TIMES,2013, p. 1, tradução nossa).

Com um aumento significativo de investimentos chineses, principalmente no ano de 2017, os projetos financiados pelo capital chinês na Argentina, de acordo com o Portal Clarín (2015), já a coloca como terceiro Estado que mais recebe verba chinesa no entorno estratégico brasileiro, com mais de 30 empresas chinesas que operam no país em áreas como mineração, energia, finanças, fabricação de televisores, passeios de barco e pesca. O Clarín (2015) também destaca que um segundo grande passo nesse campo ocorreu com a compra, em 2010, da *Oxy Occidental Petroleum Corporation*⁵⁶, empresa que atua na extração e exploração de petróleo, por 2.45 bilhões de dólares e com capital chinês.

A presença chinesa na Argentina cruza investimentos em exploração de recursos naturais e defesa no momento em que essa cooperação bilateral fortalecida nesse setor de recursos acarreta cooperação também no setor militar. No que Wilson (2015) diz que está firmado a cooperação de vendas militares e acordos de defesa os quais extravasam o âmbito de qualquer outra feita entre a China e uma nação da América Latina até o ano de 2015. O acordo inclui também cooperação na fabricação de caças para a Força Aérea Argentina, com caças FC-1 ou J-10⁵⁷ e ambos de quarta geração. Da mesma forma, através de aportes de

⁵⁴Os Institutos Confúcio têm como objetivo o ensino da língua chinesa, a divulgação da cultura e da história da China para o fortalecimento do intercâmbio cultural. Para saber mais: <http://www.institutoconfucio.com.br/quem-somos.html>. Acesso em: 21 set. 2018.

⁵⁵ Área equivalente a mais de duas vezes o tamanho da cidade de São Paulo

⁵⁶ Empresa petrolífera estadunidense que também operava na Argentina e detinha reservas de mais de 390 milhões de barris de petróleo. Para saber mais: http://news.xinhuanet.com/english2010/china/2011-02/23/c_13746454.htm.

⁵⁷ De acordo com o Portal Cavok – Asas da informação (2015), Argentina irá adquirir 14 novos Caças da China para reequipar suas forças aéreas.

créditos facilitados, a China entrou na disputa por vendas de blindados para a Argentina, a qual afastou as chances do Brasil para vender os seus blindados Guarani.

3.3.3 Relação China x Peru

Assim como a Argentina, o Peru foi um dos primeiros Estados a ter relações diplomáticas com a China. Essas tratativas evoluíram em 2008 para uma parceria estratégica bilateral em forma de um Acordo de Livre Comércio. Amâncio (2015) diz que a China é o primeiro investidor no Peru e seus acordos bilaterais passam dos 15 bilhões de dólares.

Esse fator contribuiu para a China alcançar o posto de maior parceiro comercial do Peru desde 2014, despontando o posto anteriormente ocupado pelos Estados Unidos. Apenas em 2014 essa relação significou investimentos que ultrapassaram as cifras dos 14,3 bilhões de dólares, além de maior mercado de exportação. Seus acordos de cooperação versam, diz Lim (2015), principalmente nos setores de agricultura, a energia hidrelétrica, mineração, petroquímica, transporte e educação. Ou seja, predominantemente de recursos naturais.

De acordo com Justo (2015), o Peru é um dos cinco pilares dos investimentos chineses na América Latina, concentradas no setor energético e de mineração, os quais em 2015 somam mais de 19 bilhões de dólares, dando a China o controle de mais de 30% de todo o setor mineral peruano. Importante citar que isso significa diminuição da atuação brasileira na região se considerar que esse investimento permitiu a estatal Petro China adquirir os ativos da subsidiária peruana da Petrobras por US\$ 2,6 bilhões de dólares. Se somou à compra do projeto de cobre em Las Bambas⁵⁸ através da MMG da China Minmetals, que vai dar ao Peru o status de maior produtor de cobre do mundo, atrás apenas da China. Ou seja, como abordou-se anteriormente (Mina de Escondida no Chile), os dois maiores produtores globais de cobre financiados por capital chinês.

A produção de gás na América Latina é atualmente bastante limitada e é negociada principalmente dentro da região, através de gasodutos. No entanto, as empresas chinesas já têm grandes investimentos no setor de gás de xisto nos EUA. Existem grandes reservas de xisto na Argentina e no México. O governo peruano recentemente aprovou um acordo permitindo que a China National Petroleum Corporation (CNPC) realize um montante de bilhão de dólares em trabalho exploratório em um bloco de gás natural comprado da Petrobras do Brasil (KOCH-WESER, 2015).

⁵⁸Las Bambas é uma mina de cobre, ouro, prata e molibdênio localizada em Cotabambas, Apurímac, Peru. Tem uma produção estimada para ter uma vida útil de mais de 20 anos. É umas das maiores minas do mundo.

Portanto, o espaço de atuação que era do Brasil no Peru já é ocupado pela China com a aquisição de blocos de exploração outrora pertencentes a Petrobrás. Perdeu-se espaço no setor de recursos naturais ao longo do entorno estratégico, enquanto a China desenvolve projetos de aquisição e controle de reservas, não só de energias não renováveis, mas também das renováveis. Por exemplo, há a construção de parques eólicos na região do entorno estratégico, como os do Chile e Equador, assim como comprando através de aquisição indireta, que é quando adquire ativos de empresas endividadas, geralmente europeias.

3.3.4 China e o petróleo venezuelano

De acordo com Quintana (2010), a Venezuela é o segundo país que mais recebeu investimentos e empréstimos chineses na região, entre 2000 e 2010. Passou então a ocupar o posto de quarto maior parceiro comercial chinês da região e o autor afirma que a sua relação da Venezuela com a China tem sido definida com o uso petróleo como instrumento de política externa. Desde 1999 quando Chávez fora eleito presidente, houve o fortalecimento na região do chamado Consenso de Pequim⁵⁹.

Apenas em setembro de 2013 foi firmado “um acordo com a China National Petroleum Corporation (CNPC) para um investimento da ordem de US\$ 28 bilhões (R\$ 84 bilhões) em um novo projeto na Faixa Petrolífera do Orinoco, região que teve suas indústrias transnacionais nacionalizadas em 2007 (ANDERSON, 2013). De acordo com Morais (2014), o cinturão de petróleo do Orinoco é uma grande área rica em petróleo pesado e extrapesado no norte do rio Orinoco na Venezuela e é composto por quatro campos de exploração que correspondem a mais de 75% de todo o petróleo venezuelano.

De acordo com Zibechi (2012, p. 1):

A Venezuela paga a metade dos juros de mercado (6%, não 12%) e com esse dinheiro pode planejar obras como as 33 mil moradias que a empresa Citic constrói na China e atender aos crescentes investimentos do Estado. Em troca, Chávez ofereceu aos chineses participação na exploração do petróleo pesado da Faixa do Orinoco e no projeto das minas Las Cristinas, das maiores reservas de ouro do mundo. Também assinou com a empresa Citic um acordo para mapear todas as jazidas minerais do país.

⁵⁹ Estratégia chinesa de desenvolvimento que combina câmbio, exportações e IED, o Consenso de Pequim deu-se de forma reservada, decidida pelos mandarins vermelhos do PC chinês e obedeceu a três tempos: (i) entendimento político, (ii) exportações como motor da economia e (iii) modelo concentrador de renda e poder nas mãos do Estado. Ver mais em: <<http://www.mundori.com/artigosAntigos/detalhes/98>>. Acesso em: 24 set. 2018.

Trata-se de um financiamento necessariamente vinculado ao fornecimento de petróleo, declarado pelo Presidente da Venezuela como um financiamento que incide ao Estado uma dívida mas sim um formato de financiamento lastreado por um formato de produção de cerca de 524 mil barris de petróleo diários à China denominada de “fórmula virtuosa” e que significou, desde 2008, uma injeção de mais de US\$ 45 bilhões da China em financiamentos chineses (EXAME, 2014, p. 1)⁶⁰.

Conforme Hongbo (2014), o modelo sino-venezuelano permanece como um exemplo sozinho que pode explicar a dinâmica de cooperação do óleo de dois países, a partir do governo e de uma perspectiva corporativa. Isso significa que ela paga metade dos juros que normalmente seriam praticados e autoriza os chineses, de acordo com Zibechi (2012), a participar na exploração do petróleo pesado da Faixa do Orinoco e no projeto das minas Las Cristinas, as maiores reservas de ouro do mundo, nacionalizada em 2008 e com reservas estimadas em 16,9 milhões de onças. Também assinou com a empresa Citic um acordo para mapear todas as jazidas minerais do país.

Em alguns casos, a exemplo da Venezuela, a parceria estratégica se transforma mais em uma estratégia de presença e contrapeso para os EUA (QUINTANA, 2010), pois não impacta de maneira significativa no acesso a recursos, visto que nesse caso há uma predominância quase que total no setor petrolífero. Trata-se de uma área também de interesse brasileiro e na qual Venezuela e Brasil já tinham acordos anteriores de investimento firmados em cooperação com a Petrobrás. Assim, a ascensão da China como principal parceira econômica da Venezuela acarreta diminuição do espaço de antigos parceiros, como eram o Brasil e os EUA, por exemplo.

Nesse contexto,

A Venezuela vem reorientando suas exportações de petróleo, que representam 90% de suas exportações totais. Em 1999, quando Chávez assumiu a presidência, os EUA compraram do país 1,5 milhões de barris/dia, cifra que caiu para 764 mil barris/dia em novembro de 2011, a menor em nove anos. Como se pode ver, o mercado chinês está progressivamente substituindo o mercado norte-americano (ZIBECHI, 2012, p. 1).

Visto que toda a estrutura industrial do petróleo venezuelano é estatal, o objetivo da parceria bilateral, segundo Quintana (2010), é um reforço econômico, político e de laços militares com a Rússia e a China, que são países que se tornaram os principais fornecedores da Venezuela de armas e aviões militares. Com isso, a Venezuela se transformou em um dos

⁶⁰Leia mais em: < <http://exame.abril.com.br/economia/noticias/venezuela-ratifica-china-como-um-pilar-para-sua-economia>>. Acesso em: 25 set. 2019.

destinos com maior compromisso de investimentos da China, também no maior mercado de contratação de obras, sétimo fornecedor de petróleo e quarto parceiro comercial na América Latina da China, (KOHUT, 2014, p. 1).

Isto posto, tem-se agora, para esta tese, elementos para uma análise geral dos acordos bilaterais dos estudos de caso elencados junto com a China, do seguinte modo:

Quadro 1 – Acordos bilaterais no entorno estratégico brasileiro

| | CHILE | ARGENTINA | PERU | VENEZUELA |
|--|--|--|---|--|
| GRAU DE PARCERIA | Segundo maior parceiro econômico atual | Relação bilateral histórica | Maior parceiro econômico atual | Segundo maior receptor de investimentos (proporcionalmente) atrás apenas do Brasil |
| AMPLITUDE DOS INVESTIMENTOS | Investimentos que ultrapassam os 35 bilhões de dólares | Investimentos que ultrapassam os 21 bilhões de dólares | Controle do projeto de Cobre de Las Bambas, uma das maiores minas de cobre do Mundo e que pode fazer o Peru ultrapassar o Chile como maior produtor | Fórmula virtuosa: financiamento x barris de petróleo |
| ÁREA DE INTERESSE DOS INVESTIMENTOS | Acordo de Livre Comércio (92% das exportações x 50% das importações livres de tarifas) | Fonte de recursos naturais | Investimentos que ultrapassam os 15 bilhões de dólares apenas em 2014 e 19 em 2015 Comprou participação da Petrobrás no Peru – 1 bilhão | Controla as principais reservas na nacionalizada Faixa Petrolífera do Orinoco, de onde sai 75% do petróleo venezuelano e em Las Cristinas (uma das maiores minas de ouro do mundo) |

| | | | | |
|--------------------------------------|--|---|---|---|
| CONTRAPARTIDA DOS ACORDOS | Operações em Yuan | Acordos de defesa de blindados e caça | Controle das reservas de cobre | Pelo acordo a Venezuela paga só metade dos juros em financiamentos e empréstimos (6 x 12) |
| POTENCIAL DE INTERESSE | Maior produtor de cobre do mundo | Instalação de Institutos Confúcio | Segundo maior produtor de cobre do mundo | Investimentos que ultrapassam os 123 bilhões de dólares apenas em 2013 |
| ESTRATÉGIA SECUNDÁRIA ADOTADA | Instalação de mais de 35 Institutos Confúcio | Controla a segunda maior empresa petrolífera da Argentina (BRIDAS) e através dela comprou partes da Exxon Mobil, expandindo para Uruguai, Paraguai, Chile e Bolívia, além de ter uma base sob controle do Exército Chinês | Possui acordo de livre comércio, mas que exclui 10% de boa parte dos produtos têxteis peruanos e apenas 1% dos chineses | |

Fonte: Elaboração própria, com base em documentos assinados bilateralmente entre 2000 e 2015.

Observa-se, etapa a etapa e caso a caso, que a China foi ocupando espaço e peso econômico no cenário geopolítico latino-americano de forma estratégica e direcionada, principalmente, às fontes de recursos naturais. A inserção afora a seara econômica também seguiu uma linha cultural através dos Institutos Confúcio, fazendo da sua expansão de zonas de influência em área até então de liderança regional brasileira. Além disso, a partir do panorama acima construído, essa presença chinesa no entorno estratégico brasileiro ganha conotações de segurança e defesa ao passo que o controle dos recursos naturais estratégicos da região pode gerar conflitos e dependência estrutural da região.

4 PRESENÇA CHINESA NO ENTORNO ESTRATÉGICO BRASILEIRO: OPORTUNIDADE OU AMEAÇA?

A partir do aporte descritivo-analítico sobre a Teoria Realista, Teoria dos Complexos Regionais de Segurança e presença de atores extrarregionais, com foco na China e nos anseios por recursos naturais, este capítulo pretende analisar como essa presença no entorno estratégico brasileiro pode ser classificada: oportunidade de crescimento econômico ou ameaça à segurança?

Um debate que parte das ideias de delimitação de uma área de influência sob a qual o Brasil seria responsável, a segurança nacional brasileira. A busca de autonomia nessa área já remota da relação com os Estados Unidos no plano geoestratégico do continente americano e o retorno da importância desse espaço para o projeto e planejamento da ação exterior do Brasil. São aspectos que levam a esta pesquisa a considerar que a geopolítica, mesmo de forma silenciosa e tímida, fez-se presente na PEB na última década (TEIXEIRA JÚNIOR, 2010).

O Livro Branco de Defesa da China (2010) destaca a relação entre desenvolvimento econômico e defesa ao afirmar que a China fez progressos significativos na investigação do potencial de áreas-chave, como as indústrias, as tecnologias e os produtos, bem como otimizou ainda mais o sistema estratégico de reservas e armazenamento que atende aos requisitos de defesa e crescimento econômico, podendo atender às necessidades de emergências e guerras. Esse raciocínio foi chamado por Herrera (2011, p.3) de princípio de defesa ativa e alta sensibilidade a qualquer ameaça de segurança. Esse princípio de alta sensibilidade já alerta quanto a presença de atores extrarregionais como ameaça. A grande novidade foi o surgimento da expressão “entorno estratégico” que, conforme já anteriormente discutido, é uma área rica em recursos naturais, minerais e repleta de demandas de investimentos, na qual as grandes potências buscam assegurar e ampliar suas posições (FARIAS, 2014).

Assim, a presença chinesa, mediante a presente análise, configuraria um projeto de longa data para projetar o país internacionalmente e consolidá-lo como uma potência extrarregional. Com isso, deve necessariamente passar pela região de seu entorno – a Ásia –,

essa é área geopolítica considerada mais proeminente para sua estratégia. De acordo com Medeiros e Cintra (2015), esse processo foi resultado da urbanização que fez da China, em sua origem, o principal importador de *commodities* da área do entorno estratégico brasileiro, bem como maior exportadora de produtos industrializados, aumentando também o leque de investimento e crédito na região, mas isso no campo da indústria de base, de matérias-primas. Assim, a grande demanda chinesa por recursos naturais foi indiscutivelmente um fator central desse novo cenário externo dos países sul-americanos, da presença chinesa e, sobretudo, de uma ressignificação da importância do entorno estratégico.

Em contraponto, no caso do Brasil, esse pensamento (da importância do entorno imediato) não constava em documentos oficiais até a publicação das edições de 2008 da END e do PND e, posteriormente, levou o Estado a revisar a própria amplitude do conceito de entorno estratégico e que nas edições posteriores dos documentos oficiais de defesa passou por um processo de alargamento do significado.

4.1 ENTORNO ESTRATÉGICO BRASILEIRO: CONCEITUAÇÃO E IMPORTÂNCIA DA EXPANSÃO DO SIGNIFICADO

O termo “entorno estratégico brasileiro” passou a ser citado em todos os três principais documentos oficiais sobre a temática da Defesa Nacional do Brasil (nas edições de 2008 em diante) – a Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa Nacional (SOIS, 2015). A partir da publicação oficial de 2008, o conceito de Entorno Estratégico foi passando por releituras e expansões conceituais importantes para o entendimento de área na qual o Brasil deveria desenvolver influência imediata, já que o Entorno Estratégico precisa ser entendido como um espaço no qual o Brasil pretende garantir a própria defesa contra ameaças concretas ou potenciais e projetar poder de modo a aumentar a presença e influência internacional (PAIVA, 2013, p. 2).

Esse é o conceito desenvolvido também com a publicação do Plano Nacional de Defesa e da Estratégia Nacional de Defesa, os quais significaram um marco para o Brasil e, conforme Farias (2014), classifica como a ampliação das relações externas do país com o seu entorno estratégico imediato. Isto é, um espaço que inclui América do Sul, África Subsaariana, Antártida e o Atlântico Sul. É onde o Brasil propõe difundir sua influência econômica, política e diplomática, consolidando-se como uma potência regional.

De um modo geral, adotando as conclusões de Sois (2015, p. 3), o entorno estratégico é conceituado como:

conjunto de regiões geográficas estratégicas situadas em torno do Brasil consideradas prioritárias pelas autoridades nacionais, tanto para garantir a defesa do país contra ameaças, concretas ou potenciais, quanto para exercer influência e projetar poder, com vistas a uma posição de liderança militar, política, diplomática e econômica (SOIS, 2015, p. 3).

Quando ainda ocupante da cadeira de Ministro da Defesa, Celso Amorim (2014, p. 4) deixou evidente que “embora a política de defesa envolva dimensões mais amplas, sua referência fundamental – como não poderia deixar de ser – é o entorno estratégico do Brasil”. Isso denota que as políticas de desenvolvimento nacional e defesa devem, necessariamente, caminhar juntas e o ex-ministro completou afirmando que “se não assumirmos as responsabilidades que nos competem, deixaremos flanco aberto para a eventual entrada de forças hostis ao nosso projeto de paz e prosperidade” (AMORIM, 2014, p.5).

A presença chinesa pode ser sinal de que esse flanco já se mostra aberto e de que ações de reafirmação da região por meio da liderança brasileira são necessárias. Observa-se, então, um processo de expansão do que se considera região estratégica para a Estratégia Nacional de Defesa, pois: “buscando aprofundar seus laços de cooperação, o País visualiza um entorno estratégico que extrapola a região sul-americana e inclui o Atlântico Sul e os países limítrofes da África (BRASIL, 2012, p. 21). Nesse contexto, Teixeira Júnior (2010) afirma que foi preciso haver uma releitura do significado estratégico da América do Sul e, conseqüentemente, da definição do Entorno Estratégico, afirmando que, em um viés de delimitação geográfica das áreas de interesse e influência para o Brasil, a América do Sul deve ser vista como prioritária para a cooperação com fins à defesa e a segurança nacional e regional.

Essa visão mais ampliada é fundamental para que se entenda o processo de presença chinesa como ator extrarregional na América do Sul e, conseqüentemente, no entorno estratégico brasileiro. Com isso, é resultado da política chinesa de implantação produtiva e financeira no mercado mundial e na América Latina, no que se delineia como uma estratégia global de aquisição de fontes de matérias-primas e compradores de produto industrializado. Desse total de investimentos, para exemplificar, apenas em 2011, a mineração correspondeu por 13% de tudo, aumentando em 2012 para 25% do investimento chinês (SEVARES, 2013).

A peculiaridade que se encontra em nosso entorno estratégico se deve principalmente ao fato de que estão na América do Sul as maiores reservas mundiais de recursos naturais, terras agricultáveis e água doce, bem como os mercados promissores e as áreas estratégicas que crescem de importância no mundo globalizado e aplequenado (PAIVA, 2011). Esses conceitos foram definidos, em fonte primária, através da Estratégia Militar da China (2015),

assim como outros preceitos importantes para a presente pesquisa e que, através de uma estratégia consolidada geopoliticamente, pode afetar o equilíbrio de poder no sistema internacional, especialmente quanto à indústria de defesa, conforme verifica-se mais adiante.

4.2 A ESTRATÉGIA MILITAR DA CHINA O LIVRO BRANCO DE DEFESA DA CHINA E O EQUILÍBRIO DE PODER

Assim como o Brasil e diversos outros países, a China também possui o equivalente ao Livro Branco de Defesa, renomeado na edição de 2015 para “Estratégia Militar da China”. Originalmente chamado de Livro de Defesa Nacional e, posteriormente, renomeado com o título de Estratégia Militar da China, teve sua primeira edição em 1995 ainda com pensamentos básicos sobre políticas de defesa para a China.

Somente em 1998 tomaria a forma de um Livro Branco e estabeleceria linhas de trabalho para a década seguinte, tais como: a situação da segurança internacional, política de defesa, construção de defesa incluindo questões de orçamento, cooperação internacional de segurança e o controle de armamentos (BLASKO,2015).Desde então já foram implementadas onze revisões até a atual, publicada em maio de 2015, a qual em seu prefácio faz a seguinte declaração:

Mudanças profundas estão ocorrendo na situação internacional, como se manifesta no histórico mudanças no equilíbrio de poder, governança global estrutura geoestratégica Ásia-Pacífico, e concorrência internacional na área econômica, científica e campos tecnológicos e militares. As forças para a paz mundial estão em ascensão, assim são os fatores contra a guerra. No futuro previsível, uma guerra mundial é improvável, e a situação internacional é, espera-se, que permaneça geralmente pacífica. Tem, no entanto, novas ameaças do hegemonomos, poder política e neointervencionismos. competição internacional pela redistribuição de poder, direitos e os interesses tendem a se intensificar (CHINA’S MILITARY STRATEGY,2015, p. 4, tradução nossa).

Ou seja, deixando claro que a expansão da influência chinesa ao longo do globo deve ser encarada como uma questão de defesa nacional frente às mudanças atuais da balança de poder. Esse entendimento fica mais claro quando destaca que:

Com o crescimento dos interesses nacionais da China, sua segurança nacional é mais vulnerável à turbulência, o terrorismo, a pirataria, catástrofes naturais graves internacionais e regionais e epidemias, e a segurança dos interesses estrangeiros em matéria de energia e de recursos, linhas marítimas estratégicas de comunicação, bem como as instituições, pessoal e ativos no exterior, tornou-se um problema iminente (CHINA’S MILITARY STRATEGY,2015, p. 6, tradução livre).

Nesse ponto, desde o início, a sua preocupação no que tange ao acesso a fontes de recursos naturais e energia, bem como ativos no exterior. Isso para evitar turbulências que

podem afetar sua segurança. É parte clara publicada no Livro Branco de Defesa da China o desejo de expandir e aprofundar as relações com a América Latina e, por consequência, o entorno estratégico brasileiro, com o intuito de criar parcerias em fontes de recursos naturais e energia. Através de uma política de diversificação de fontes de importação, utilizam-se de agentes (empresas) estatais que maximizem sua segurança energética ao menor custo possível.

Koch-Weser (2015, p.1) diz que o projeto de engajamento e investimento em energia na região por parte da China é apenas uma peça de um quebra-cabeça maior, pois “o petróleo é uma mercadoria universalmente negociada e com preços globalmente integrados”. Nesse contexto, a América do Sul pode ser uma das peças-chave desse quebra-cabeças. A isso se soma o valor geopolítico dos recursos naturais da região e os já citados acordos bilaterais que deságuam em relações assimétricas, os quais explicam o apetite voraz no controle de fontes de recursos.

A China tem interesses econômicos, políticos e de segurança na região, com laços de cooperação comercial e investimentos cada vez mais assimétricos (ABDENUR; MARCONDES NETO; IPEA, 2014). Para a presente tese, a presença chinesa em seu entorno estratégico visa ganhar mais poder sobre possíveis rivais vem a ser útil para analisar os mecanismos diplomáticos destacados por Mearsheimer (2001) ao enfrentarem o crescimento acelerado de um terceiro: o *balancing* o *buck-passing*⁶¹ em se falando de dois mecanismos de ação dos Estados sendo o *balancing* quando um Estado tenta neutralizar o crescimento de uma potência hegemônica regional por meio da constituição de alianças com outros Estados e o *buck-passing* quando um Estado prefere delegar a outro Estado a responsabilidade de neutralizar o avanço de uma eventual potência hegemônica. Com isso, vale-se do conceito realista de “dilema de segurança”, ou seja, na medida em que um Estado adota políticas para melhorar sua segurança, ele acaba, normalmente, reduzindo a segurança dos outros Estados (MEARSHEIMER, 2001).

Cabe ressaltar também, dentro desse contexto, a questão da estratégia do *balancing* aplicada através da cooperação internacional entre China e os Estados do entorno estratégico brasileiro. Waltz (1979) cita, dentro de uma ótica de realismo estrutural, o entendimento da necessidade de se atribuir o devido papel a atores não estatais e a cooperação no sistema

⁶¹Um exemplo de *balancing* aconteceria caso os vizinhos da China e os Estados Unidos se aliassem a fim de conter a ascensão chinesa. Já o *buck-passing*, por sua vez, é quando um Estado prefere delegar a um outro Estado a responsabilidade de neutralizar o avanço de uma eventual potência hegemônica e assim impedir que afete o equilíbrio de poder (MEARSHEIMER, 2001, p. 155-156).

internacional. Isso no intuito de entender cooperação como uma estratégia que visa objetivos e ganhos.

Assim, é importante nessa linha de raciocínio entender que os Estados buscam cooperar para obter ganhos, o que significa que serão mútuos mas não necessariamente iguais mas com constante preocupação quanto a trapaças e a conquista de ganhos e, se há conquistas mútuas, ainda que assimétricas, os Estados tendem então a cooperar e não a competir.

Essa visão, na prática, pode ser observada nas petrolíferas chinesas, as quais usam diferentes formas de cooperação energética, são elas: o comércio de óleo bruto, investimentos, empréstimos em troca óleo, compra de equipamentos técnicos, fusões e aquisições, etc. (HONGBO,2014). Há uma implicação estratégica de muita importância no que tange às relações entre China e América Latina em se tratando do valor da parceria entre ambos, tanto econômica quanto política. Com a inserção da China, há a imersão de uma economia de alcance global em uma estrutura de investimento dos Estados latino-americanos, carentes desses recursos para alavancar suas economias. Toda essa estrutura e apetite por reservas estratégicas requer alto investimento para manutenção e ampliação das mesmas.

A inserção de um novo competidor no âmbito regional e, sobretudo, em se tratando de um ator extrarregional, demonstra que as relações entre China e América do Sul têm implicações mais estratégicas na atual transição do poder político e econômico internacional. Herrera (2011) complementa apontando algumas das principais questões contidas nas relações entre China e a região do entorno estratégico brasileiro, são elas: competitividade da indústria transformadora chinesa contra latino-americana; conflitos locais que geraram algumas atividades de produção chineses, especialmente no setor de mineração; a compra de política de terras pela China na região; e presença militar chinesa na região através de acordos bilaterais.

Essa conjuntura coaduna com Grieco (1997) quando atribui, dentro do campo da cooperação, o protagonismo ou a centralidade do Estado como ator racional na busca por ganhos mas, ao mesmo tempo, alimenta incertezas concernentes aos reais objetivos dessa cooperação chinesa, pertinentes a nossa tese, tais como: riscos ligados à cooperação, a possibilidade de ser traído e a probabilidade de ter um declínio em seu poder relativo (capacidade relativa), o que está ligado a sua segurança; quanto às barreiras à cooperação estão a preocupação com a adesão dos parceiros e a divisão dos ganhos (GRIECO, 1993, p. 132). A sua intensidade, porém, dependerá diretamente de dois fatores: objetivos e habilidades dos envolvidos na interação, o que no nosso caso põe a China em posição bem superior aos demais participantes.

A mesma cooperação também se mostra desigual no momento em que ficam os Estados sul-americanos bem mais vulneráveis do que a China, que garante assim o oposto, a sua segurança energética e, mesmo estando os recursos em territórios alheios, cria uma relação de cooperação econômica que não gera dependência da China e garante o fornecimento de recursos e o apoio político. É uma cooperação diferenciada porque nesse caso além dos Estados que cooperam, as empresas envolvidas também pertencem a China.

Esse processo reflete diretamente no protagonismo ascendente da China na região sul-americana também ganha concretude ao se analisar a evolução de seus investimentos na região. Um dado que é reforçado se analisar o volume de investimentos chineses na América Latina, o qual saltou de US\$ 15,86 bilhões, em 2009 para US\$ 344,09 bilhões e em 2010, apenas no primeiro semestre, alcançou um volume de investimentos de US\$ 576,6 bilhões, superando todo o ano anterior (CACCIAMALI; BOBIK; JÚNIOR, 2012, p. 12).

Temos um salto de investimentos em tão curto espaço temporal que denota que o rápido crescimento econômico na China e uma maior abertura tem sido um dos eventos mais importantes na economia global ao longo das últimas três décadas. O debate sobre o impacto econômico da China nos países em desenvolvimento começou com a adesão da China à OMC em 2001 e desde então a China, por exemplo, vem aumentando sua presença na região com empresas estatais que se envolvem cada vez mais na exploração do petróleo, do gás e da pesca no Atlântico Sul. Com isso, o governo chinês vem fortalecendo sua cooperação após os anos de 1980 (IPEA, 2014), pois:

No objeto de estudo desta tese, a análise das consequências da geração de capacidade nacional extrarregional de projeção de poder chinês no entorno estratégico brasileiro, dada a sua assimetria, gera uma relação de segurança-insegurança, a qual pode ser descrita como uma relação de vulnerabilidades – internas e externas – que ameaçam ou têm o potencial de reduzir ou enfraquecer as estruturas estatais, territórios ou instituições, e regimes governantes” (COSTA, 2015). Frisa-se a questão do enfraquecimento.

Ao transpormos as fronteiras do Realismo até a Geopolítica Clássica temos também que, desde a sua origem até a atualidade, a Geopolítica destaca a necessidade de uma diplomacia do “poder territorial”, entendendo o Estado como um organismo vivo e que necessitam de espaços vitais para sobreviverem. Por espaços vitais deve-se entender uma possibilidade de variação conceitual a depender do autor. Na visão de Amin (2015), no século XXI, a região que engloba toda a Amazônia compõe, junto com a Ásia Central e o Mar Cáspio, são as regiões que se apresentam geopoliticamente como *espaços vitais* na luta pelos

recursos estratégicos. Isso significa que todos enxergaram a importância das áreas estratégicas para projeção de poder e segurança, o que engloba o entorno estratégico brasileiro.

Por tal motivo, Hongbo (2014) diz que o interesse da China na América do Sul está na busca de recursos naturais para manter seu crescimento doméstico sustentável, subsequente manutenção do mundo multipolar e a queda das suas vulnerabilidades econômicas dentro de um processo de exportação de *commodities* originários da África e da América do Sul para a China, em conjunto com a importação de bens chineses por essas regiões. É uma relação que parece positiva mas que reflete em uma cooperação de ganhos desiguais e cria uma relação assimétrica, já que o valor agregado dos bens importados pela América do Sul é bem superior aos que são exportados pelos países sul-americanos, causando um déficit na balança comercial e isso muito em virtude da falta de percepção estratégica e planejamento.

Essa falta de planejamento sistemático se refere, principalmente, ao fato de que o Brasil hesitou tanto entre uma política externa cooperativa e desenvolvimentista quanto em uma política externa neoliberal, autolimitada à exploração de aspectos econômicos e submissa às forças hegemônicas internacionais. Ao passo em que a China reforçou o pragmatismo de seu comportamento internacional, ampliando o perfil logístico de sua política externa e a busca por oportunidades já no início dos anos 2000 (BECARD,2011).

Além disso, deve-se frisar o constante entendimento estatal acerca da necessidade de o desenvolvimento econômico chinês seguir atrelado, fundamentalmente, à questão de segurança e a política externa como prioridades do Estado. Assim, em termos gerais, a política externa da China para a América do Sul, a partir dos anos 1980, foi condicionada às possibilidades de contribuição ao próprio desenvolvimento nacional. Isso foi agregado, segundo Bercard (2011) a algumas ações, a citar: 1) não mais rivalizar com as grandes potências; 2) avançar nos projetos de modernização; e 3) colocar ênfase apenas na cooperação “Sul-Sul” que pudesse trazer vantagens econômico-comerciais concretas.

Dessa forma, foi uma questão de tempo até que a presença chinesa se estendesse por toda a América do Sul, através do estabelecimento da região como área primordial na obtenção de recursos energéticos, matérias-primas e mercados para seus exportadores. Além da contenção da influência de Taiwan e de apoio político mútuo em fóruns internacionais, o que deu um teor também político a presença extrarregional.

Essa tese se confirma também ao se observar que dos 23 países que reconhecem a soberania de Taiwan em independência da China, doze estão em nosso entorno estratégico (CINTRA, 2011). Isso suscitou uma ação chinesa de contenção desse reconhecimento e que

lastreia mais base política no sistema internacional para que os chineses isolem e anexem definitivamente a região, que é um dos seus principais interesses.

Apesar desse “boom” de exportações e inserção de capitais, a matriz de exportação dos países sul-americanos desde os anos 1970 não sofre maiores alterações. É uma matriz de composição basicamente por matérias-primas e recursos naturais brutos, os quais correspondem por 70% de tudo que é exportado, sendo mercadorias de baixo conteúdo tecnológico.

Isso se deve ao fato de a capacidade produtiva dos países da América do Sul, especialmente no setor mineral, é acrescido da tímida política de identificação de novas oportunidades comerciais, excessiva carga tributária e da infraestrutura deficitária. São os entraves apontados por Becard (2011) como os que dificultam a visão do Brasil para esse tipo de ação geopolítica, diferente da China, que construiu uma agenda de ação exclusiva para a região, com metas definidas e estratégias consolidadas de criação de laços de dependência sul-americana. Nesse sentido, como afirma Oliveira (2010), a presença chinesa no Brasil e na América do Sul como um todo só reproduz a relação comercial típica do Leste Asiático, pautada no fornecimento de produtos manufaturados em troca de minérios e produtos agrícolas e sem visar desenvolvimento industrial, porque:

Da mesma forma, é natural que na dimensão comercial ocorram conflitos localizados em função da competitividade bilateral ou internacional. Mas, a questão é se estes conflitos de ordem comercial afetam ou não o relacionamento sino-brasileiro nas demais dimensões. Quanto a este ponto, a presente reflexão aventa a hipótese de que tanto os reflexos dos contenciosos econômico-comerciais quanto as desconfianças nas possibilidades de manutenção da parceria político estratégica nos Fóruns internacionais induziram a um relativo questionamento da viabilidade de continuidade da parceria (OLIVEIRA, 2010, p. 2).

Esse debate, pra o presente estudo, reside especialmente na questão se a China é mais aliado estratégico ou concorrente assimétrico e de que forma isso ameaça o Brasil. Oliveira (2010) aponta que, anteriormente, com a liderança incontestada dos EUA na região e envolvidos principalmente com assuntos de segurança internacional, via-se que:

o Brasil naquela época começou a usar sua política externa para promover, de forma mais autônoma, o seu desenvolvimento econômico, principalmente pela diversificação de suas parcerias tanto no relacionamento com os países desenvolvidos quanto no âmbito da Cooperação Sul-Sul (OLIVEIRA, 2010, p.3).

Para Hirst (2008, p. 3):

Após o restabelecimento das relações diplomáticas em 15 de agosto de 1974, a parceria sino-brasileira objetivou uma ação conjunta em tópicos de interesses comuns de desenvolvimento na agenda internacional. Não obstante este conjunto

diversificado de “frentes externas” levando a uma ampliação da participação nos fóruns políticos e econômicos globais, Brasil ainda encara os constrangimentos impostos pelas assimetrias estruturais do Sistema Internacional junto com o fato de ainda fazer parte da esfera de influência dos EUA” (HIRST, 2008, p. 3).

A questão, apontada por Oliveira (2010), é que essa cooperação, diferentemente de como fora nos anos 1970, não apresenta mais o mesmo significado, além de se tornar seletiva e hierárquica, englobando países emergentes que não visam mais mudanças estruturais na Ordem Internacional, mas uma readequação das regras de forma a possibilitar a promoção de seus respectivos interesses. Isso dando áreas de objetivos geopolíticos inseridos na estratégia de desenvolvimento econômico e presença na América do Sul coaduna com a relação de ganhos desiguais pois ao passo em que os países emergentes apenas garantem entrada de divisas advindas de indústria de base em uma relação de dependência, contribuem para a diminuição de vulnerabilidades da China que usa *commodities* para produção de produtos com maior valor agregado.

O papel das potências emergentes então (especialmente as sul-americanas e africanas) constituem uma plataforma para construir poder e influência, combinando esforços junto às potências do Sul, com o objetivo de fixar novas regras do jogo a nível mundial mediante uma instância multilateral (CESARIN,2009; OLIVEIRA,2010). Pode ser base para justificar a quantidade de acordos bilaterais entre China e países da América do Sul no sentido de juntar um bloco de influência liderado pela China, o que afetaria a própria influência regional do Brasil.

Barbosa e Tepassê (2009, p. 207) enumeram os reflexos desse processo de interdependência assimétrica entre China, Brasil e América do Sul, do seguinte modo:

I) no conjunto dos principais produtos exportados da China para o Brasil, a participação brasileira na venda destes produtos representa um percentual relativamente marginal (aproximadamente 2%), enquanto nas exportações brasileiras de minérios de ferro e de soja, a China representa 32% e 42% das vendas externas brasileiras;

II) É assim inegável que é exatamente nestes dois setores que reside o principal interesse chinês no relacionamento comercial com o Brasil, ou seja, a manutenção de fontes de fornecimento seguras, contínuas e estáveis;

III) fato de as exportações brasileiras estarem concentradas em produtos básicos, de baixo valor agregado, enquanto as importações brasileiras são essencialmente de manufaturados, em especial de bens industriais;

IV) Os mercados externos anteriormente abastecidos por exportações brasileiras de produtos manufaturados, em especial bens industriais, estão sendo crescentemente deslocados pela maior presença chinesa. E, com isso, há um “efeito deslocamento que está muito mais acentuado na América Latina, mas abrange outras regiões como África e Oriente Médio”.

Todos esses pontos deixam expostos as intenções de investimentos chineses bem mais claros, pois são suprir suas demandas em energia, mineração e agricultura. Essa política tem sido implementada também através de aquisições, as quais são quase em sua totalidade com capital do Estado.

Oliveira (2010) cita que apenas em 2010 a State Grid⁶² adquiriu sete empresas concessionárias de energia elétrica por US\$ 1,726 bilhões e a Sinochen desembolsou US\$ 3,07 bilhões dólares por 40% do campo petrolífero de Peregrino em Campos-RJ. A essas aquisições, cita também a compra da Itaminas Comércio de Minérios pela estatal chinesa ECE no valor de US\$ 1,2 bilhão e o início de construção de usinas de aço pela Wuhan Iron & Steel, as quais irão requerer investimentos de US\$ 3,29 bilhões. Isto é, um claro pacote estratégico de ações conjuntas visando processos de redefinição da Ordem Internacional, pois:

Enquanto, em 2008, as *commodities* representaram 38.3% do total das exportações brasileiras, as exportações deste mesmo grupo de produtos para a Ásia corresponderam a 62.5%. Ainda que os países asiáticos absorvam preferencialmente *commodities*, a China apresenta uma tendência mais acentuada do que a dos demais países (China – 77.5%, Japão – 67.3%). Já as importações brasileiras provenientes da Ásia consistem principalmente de produtos eletrônicos, produtos manufaturados e máquinas pesadas (OLIVEIRA,2010, p 14).

Mediante a análise do processo histórico de aumento gradual da presença chinesa como ator extrarregional na América do Sul, esta tese pode inferir algumas conclusões, tais como: 1) o processo se diferencia dos demais por ser encabeçado pelo Estado e por meio de empresas do Estado (as chamadas grandes campeãs); 2) a estratégia de inserção estatal se deu através de aquisições, as quais, em sua maioria, são de empresas extratoras de matérias-primas e/ou que estão contidas no processo; 3) não há vultosos investimentos no desenvolvimento de parques industriais manufatureiros, o que pode caracterizar que o objetivo é criar uma relação de dependência assimétrica; e 4) por falta de uma política externa concorrente a tais ações, o Brasil vem perdendo espaço de liderança na região para a China. Essas inferências levam ao presente estudo a questionar se tais ações significam uma ameaça à projeção de poder regional brasileiro ou se trata de uma parceria econômica salutar.

⁶² Em referência à *State Grid Corporation of China* (SGCC) ou Companhia Nacional da Rede Elétrica da China, estatal responsável pelos vultosos investimentos do governo chinês na aquisição e controle de fontes e concessionárias de energia elétrica pelo mundo.

4.3 UMA AMEAÇA À GRANDE ESTRATÉGIA DO BRASIL PARA O ENTORNO?

Todo processo de definição de ameaças, quer sejam bélicas ou econômicas, e que afetem a segurança do país, passa pela também necessidade de percepção, por vias políticas, do Estado brasileiro ou dos Estados do entorno estratégico sul-americano, para implementação de reação e da ação detectada como ameaça. Da mesma forma, Amorim (2014) fala que cada Força se articula e se equipa decorre da leitura que são capazes de fazer sobre os riscos e ameaças que podem afetar o país, no sentido de que os objetivos de defesa brasileiros inserem-se no marco de uma “grande estratégia”⁶³, o que incluímos a presença de atores extrarregionais nessa questão, especificamente a presença da China.

Sendo assim, para Amorin (2014), a grande estratégia deve referir-se a uma coordenação de políticas em busca da defesa do interesse nacional do Brasil e de sua contribuição para a paz mundial. Essas variáveis devem ser consideradas e deve haver o entendimento de que um país em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, o progresso social e econômico necessariamente passa pela reversão dos obstáculos externos ao crescimento e, sobretudo, pela projeção do país no mundo em uma estratégia de política externa pacífica – sem envolvimento em conflitos armados - e semelhante à chinesa, apesar das devidas ressalvas como participação em missões de paz, por exemplo. Contudo, considera-se a necessidade, tal qual fazem os chineses, de entender que devem pensar desenvolvimento coordenado, sempre unido a uma política de defesa robusta e aliada ao desejo de desenvolvimento econômico. Em suma,

A coordenação dessas duas políticas é o cerne da grande estratégia brasileira, que também conjuga outras áreas como indústria, ciência e tecnologia. [...] Nosso entorno é composto pela América do Sul, de um lado, e pelo Atlântico Sul (visto no seu sentido geopolítico e não exclusivamente geográfico) e pela orla ocidental da África, de outro. Durante muito tempo, nossas relações com essas regiões foram caracterizadas por falsas percepções, e, em alguns casos até, por suspeitas injustificadas (AMORIM,2014, p. 4).

O caminho para agregar segurança a esse entorno frente a atores extrarregionais já era apontado por Amorim (2014) quando aborda a importância da cooperação regional em defesa e conseqüente construção de um cinturão de boa vontade que cerque o Brasil em seu entorno estratégico terrestre e em toda nossa costa Atlântica. Para a presente tese, se o Brasil não

⁶³ Em seu contexto original, a expressão *grande estratégia* foi mais utilizada para assinalar o fato de que, durante uma guerra, é conveniente reforçar a atividade bélica por uma série de políticas suplementares, como a diplomacia e o comércio (AMORIM, 2014, p. 1).

assumir as responsabilidades que competem ao país, deixa-se o flanco aberto para a eventual entrada de forças hostis ao projeto de paz e prosperidade brasileiros no mundo atual. As interferências extrarregionais podem originar-se de quaisquer quadrantes do planeta (AMORIM, 2014, p. 5).

Chang e Bohrer (2010) destacam o fato de que, apesar de trazer oportunidades, o aumento da presença da China na América do Sul em termos de comércio e investimentos deve ser analisado com cautela, em função de seus impactos. Complementam que:

No caso das exportações do Brasil para os países membros da ALADI (incluindo aqueles que compõem o MERCOSUL), a análise da balança comercial desde 1981 mostra, primeiramente, que as vendas de produtos brasileiros para o bloco latino-americano evoluíram sobremaneira desde a criação desta, especialmente a partir do ano 2000: passaram de US\$ 4 bilhões em 1981 para US\$ 40 bilhões em 2008. No entanto, a evolução do *quantum* da participação de mercado que o Brasil possui na América Latina e Caribe [3], em relação a outros países fornecedores presentes, revela que, no período de 2001 a 2005, a participação de mercado dos produtos brasileiros passou de 3,9% para 6,2%, parcela mantida até 2007. Nos anos seguintes, essa participação decresce para 6,0% em 2008, principalmente em função do aumento das vendas de outros países concorrentes na região, com destaque para a China, cujos produtos passaram de uma participação de mercado de 2,3% para 9,4% em 2009 (CHANG; BOHRER, 2010, p. 1).

Entendendo esse fenômeno como uma estratégia governamental da China e focada especialmente nas fontes de recursos naturais para abastecimento de seu parque manufatureiro, como forma de garantir sua segurança e também, conforme observou-se anteriormente, como modo de em certo nível controlar a indústria de defesa. É importante destacar, também, que a perda de espaço não engloba apenas o comércio de produtos e *commodities*, mas também a indústria de defesa. Isto é, o que Chang e Bohrer (2010) destacam, por meio de uma leitura cepalina⁶⁴ da questão, que as oportunidades criadas pelo crescimento econômico chinês em países do entorno estratégico brasileiro criaram também uma relação direta de dependência econômica em relação a exportação de *commodities*. Em resumo,

No âmbito das importações, o Paraguai é o país mais dependente da China seguido de Chile, Argentina, Brasil e Colômbia. Da mesma forma, a participação dos investimentos chineses na região vem crescendo expressivamente desde 2000 – mais acentuadamente a partir de 2006. Esses investimentos estão presentes em maior volume no Brasil, Peru, Argentina, Venezuela e Chile [10]. A dinâmica da economia chinesa nos últimos anos vem se refletindo na sua participação nos mercados sul-americanos tanto em termos de comércio como de investimentos. Os dados

⁶⁴ Em alusão a característica da CEPAL de examinar as tendências econômicas e sociais de médio e longo prazo dos países latino-americanos e caribenhos através do chamado método "histórico-estrutural", o qual analisa a forma como as instituições e a estrutura produtiva herdadas condicionam a dinâmica econômica dos países em desenvolvimento e geram comportamentos que são diferentes do comportamento das nações mais desenvolvidas (CEPAL, 2019).

apontados mostram que o aumento da corrente de comércio da América do Sul com a China está diretamente associado ao incremento dos investimentos chineses na região. À medida que a participação de mercado da China se eleva, ocorre o deslocamento do comércio intrarregional. O Brasil, por exemplo, começou a perder participação no mercado dos países membros da ALADI principalmente como decorrência do aumento da participação chinesa nestes. Além disso, no período 2006-2009, a pauta de produtos de alta e média-alta intensidade tecnológica foi reduzida, em contraste com o aumento observado nas vendas externas brasileiras para a ALADI de bens de média-baixa intensidade tecnológica (CHANG; BOHRER, 2010, p. 1).

Em sua política externa atual, a falha reside no fato de o próprio Brasil não dar mais sinais de foco a políticas de comércio exterior e integração sul-americana em suas relações internacionais, possibilitando, assim, a maximização de poder extrarregional no entorno brasileiro em detrimento claro da diminuição da liderança regional do país na América do Sul. Portanto, coadunando com preceitos explicativos realistas (maximização de poder, ampliação da capacidade militar, ampliação de acesso a recursos naturais de modo preventivo e predativo, dentre outros) quanto ao entendimento das ações dos Estados e gerando ameaças ao Brasil, afetando assim uma preocupação considerada fundamental no realismo, a ser a segurança nacional.

Oliveira (2017) elenca o que analisa como as três ameaças principais em âmbito regional para o Brasil, sendo elas:

I) a cobiça aos abundantes recursos naturais do Brasil por atores estatais e não estatais de origem extrarregional (o que pode ser analogamente transmitido as fontes do nosso entorno estratégico, muitas das quais sendo nascentes de rios como o Amazonas, no Peru) e que podem ser agravadas em cenários futuros de escassez de recursos naturais; II) a ação do tráfico de ilícitos pela faixa de fronteira e a conexão entre crime organizado internacional e regional e as organizações criminosas internas no sentido de subestimar a democracia e o Estado brasileiro; III) A ameaça ao espaço cibernético brasileiro. Isto posto, e adotando uma ótica de Walt (2004) temos configurados elementos que apresentam ameaças ao Brasil (OLIVEIRA, 2017, p. 5).

Assim, as ameaças a uma nação possuem sempre motivações de ordem econômica, psicológica e cultural e têm sido, historicamente, apontadas como as fontes dos conflitos armados e guerras. Com isso, denota que, na conjuntura atual de novas ameaças, há uma enorme subjetividade e imprecisão do que deve constar, ou não, no rol de ameaças à segurança de um Estado (OLIVEIRA, 2017). Para esta tese, a exemplo da presença extrarregional chinesa, mas que não aparece em documentos oficiais do Brasil como ameaça, mas que pode ser, ou já é. Isto é, precisa ser analisada veementemente.

Essa percepção pode apontar para cenários prospectivos de conflito, de natureza bélica ou não, que giram em torno de interesses no controle de áreas geopoliticamente estratégicas,

as quais contenham vias de comunicação ou recursos naturais, ou áreas de interesses de longo prazo, como o domínio de recursos naturais e tecnológicos para uso futuro.

É uma caracterização de ameaça à segurança com relação direta à econômica, mas que não tem recebido enfoque do Estado. O grande dilema entre presença extrarregional chinesa como parceiro ou ameaça precisa ser visto como um exemplo de guerra não declarada. Nesse caso comercial, mas que, assim como as políticas econômicas devem ser desenvolvidas em paralelo com as de defesa, uma ameaça econômica também deve ser entendida como ameaça à defesa nacional, ainda mais se considerar o fator já citado acerca de o controle de recursos naturais estar atrelado ao controle da indústria de defesa. Há correlação direta entre os dois tipos de controle.

Tais fatores demonstram a multiplicidade de possíveis flancos de conflito de infinitas naturezas e que, de acordo com Oliveira (2017), são imprevisíveis tanto na sua ocorrência quando nos seus desdobramentos, cabendo ao Brasil responder aos desafios colocados pelas velhas e novas ameaças, por meio de políticas que fortaleçam a dissuasão, a paz regional, o desenvolvimento nacional e a integração sul-americana. Assim, o referido autor elenca qual seria o causador das ameaças extrarregionais presentes na América do Sul e que podem afetar o Brasil: a cobiça dos recursos naturais.

A exploração de recursos naturais como fim único para a presença na América do Sul não é novidade. Desde o período histórico das grandes navegações no Século XVI e a atualidade, as potências têm conflitado por recursos e mercados consumidores, maximizado isso após a Revolução Industrial, já que:

Talvez o maior desafio para a região seja o de manter-se independente das disputas entre as superpotências e perseguir os objetivos comuns de desenvolvimento econômico, político e social. Isso tende a ser cada vez mais difícil visto da ótica da teoria da escassez global de recursos naturais apresentada a seguir (OLIVEIRA, 2017, p. 4).

Oliveira (2017) destaca que, dentro da Teoria de Escassez Global de Recursos Naturais, quanto maior for a dependência e a escassez, pior se configura o quadro de problemas relacionados a elas e quanto maior for a percepção da importância do uso de recursos escassos para a manutenção dos Estados, mais inclinados estarão eles para cobiçarem os recursos naturais de outras nações. No caso do Brasil,

Entendendo que questões como (i) a dificuldade de implementar políticas de desenvolvimento, preservação e sustentáveis em um país de tamanho continental; (ii) de combater o contrabando, a biopirataria e a destruição da floresta e seus recursos; (iii) a internacionalização da Amazônia, significam uma ameaça ao controle nacional sobre seus recursos naturais, o Brasil desenhou uma complexa

política de vivificação das fronteiras e desenvolvimento das capacidades de monitoramento e defesa para ampliar sua soberania na região, como veremos mais à frente (OLIVEIRA,2017, p. 6).

Esse temor de dependência e escassez foi o grande propulsor que fez a China alcançar, através de estratégias de projeção de poder, o posto de maior exportador mundial e segundo maior importador, especialmente devido a um comércio com altos níveis de desenvolvimento e um aumento nos investimentos e financiamentos externos chineses concentrados principalmente em mineração e petróleo (MEDEIROS; CINTRA, 2015). Mas seguindo um formato estatal de projeção de influência, nas economias em desenvolvimento da África os investimentos chineses passaram de 100 em 2000 para 182 em 2012; na América do Sul de 100 em 2000 para 161, em contraste com o que se passou entre os países do Leste Asiático, onde os termos de troca passam de 100 em 2000 para 72 (UNCTAD, 2013).

Ações essas intensificadas principalmente a partir de 2002 com a entrada da China na OMC, que Medeiros e Cintra (2015) já entendem como estratégia de projeção em conjunto com inúmeros acordos comerciais assinados em 2004 por Hu Jintao. Com isso, fizeram saltar de 2,1% para 2002 para quase 10% em 2011 a taxa de exportações, do total produzido na América Latina e exportado para a China. Em suma,

Esta evolução levou a um importante déficit global da região a região com a China, que atingiu a cifra de US\$ 54,3 bilhões em 2011 ainda que muito diferenciado entre os países comércio em países selecionados.) Dos produtos importados, três setores — informática, máquinas e equipamentos e manufaturados diversos — responderam por 64,6% do total importado pela região em 2009 (Hiratuka, Castillo et al. (2012). Dos países andinos a China importa, praticamente, minérios, minerais e petróleo. Já a economia venezuelana é dominada pelo petróleo, principal produto exportado para a China (em 2011, 98% do total exportado para a China foram de petróleo e seus subprodutos). A despeito das reservas equatorianas de petróleo não serem tão grandes quanto às da Venezuela, para esses dois últimos países a China se tornou a maior fonte de financiamento. Na Bolívia, o interesse da China concentra-se mais nos minérios do que no seu gás ou petróleo; no Peru no seu petróleo e minérios. Embora a produção de petróleo neste país seja pequena, novas descobertas foram feitas em 2006/07 em áreas operadas pelos chineses, tendo a produção saltada de 111 mil barris/dia em 2005 para 153 mil barris/dia em 20119. Por fim, a Colômbia também interessa à China por seu petróleo (MEDEIROS; CINTRA,2017, p. 7).

A relação de dependência e comércio assimétrico é fortalecida também através de acordos bilaterais de livre comércio, os quais até 2012 já somavam três (Chile, Peru e Costa Rica), especialmente voltados a produtos primários, tais como: minério de ferro, cobre soja, petróleo, e outros produtos primários que também têm aumentado suas exportações para a China, como madeira, papel e celulose, carne, café, etc. (MEDEIROS; CINTRA,2017). Isto é o que lastreia a afirmação de que a busca de recursos constitui a principal estratégia do IED chineses, configurando-se que 86% do IED chinês na América Latina, durante o período de 1990-2010, foram para os setores de energia e de recursos naturais.

Atenta-se que:

Considerando os impactos da expansão chinesa sobre a estrutura produtiva e especialização exportadora deve-se observar a formação dos dois padrões de comércio no continente: um típico da América do Sul, baseado na complementaridade entre as exportações de produtos primários — especialmente concentradas em minério de ferro, cobre e soja — e importação diversificada de bens industriais; outro, entre o México e a China (MEDEIROS;CINTRA,2017, p. 13).

Assim, a consolidação da China como centro manufatureiro mundial deslocou, na visão de Medeiros e Cintra (2015), as exportações competitivas dos principais mercados mundiais, incluindo as da própria região da América do Sul em uma invasão dos produtos *Made in China* (feito/fabricado na china). Dessa forma, chega-se à conclusão de que a presença extrarregional chinesa reflete diretamente no relaxamento e desaceleração do crescimento dos países da América do Sul em se tratando do setor industrial em detrimento ao processo de reprimarização, com inserção de produtos *Made in China*, os quais tende a trazer cada vez mais efeitos negativos nas economias sul-americanas.

4.4 INVESTIMENTOS CHINESES EM PRODUÇÃO DE MATÉRIA-PRIMA: PARCEIRO OU CONCORRENTE?

Com um investimento que ultrapassou as cifras de 20 bilhões de dólares em 2010, Pomfret (2010) já adiantava que a China haveria de se tornar a maior investidora e parceira comercial do Brasil e do seu entorno estratégico já naquele ano dentro de um contexto denominado de nova realidade econômica. Essa estratégia uniria duas variáveis a serem consideradas: a primeira seria o desejo chinês de cada vez mais ter influência no cenário internacional e em uma nova área, a América Latina; e a segunda seria o crescimento constante do Brasil na época, o que ameaçava essa estratégia de projeção chinesa na região.

Frente à competição direta com a China na indústria mineral e a sua presença gradativamente mais influente na região latino-americana a partir dos anos 1990, surgiu o dilema do “parceiro ou concorrente”, entendido por Barboza (2009).O autor chama de grande farra de compras, na qual a China está aproveitando a crise econômica para investir em energia e outros recursos naturais que poderiam dar-lhe uma vantagem econômica que nunca teve antes, especialmente frente ao Brasil. Portanto, essa país até então liderança regional incontestável e passa a perder espaço econômico para os imbatíveis preços dos produtos

chineses, somado aos acordos comerciais bilaterais de comércio, conforme verificou-se anteriormente nesta tese e que se aborda mais a seguir.

Para Jenkins e Peters (2009, p. 9):

O impacto do desenvolvimento industrial da China tem sido pujante em termos do aumento da demanda por produtos primários, que por sua vez, o leva a liderar o consumo mundial de muitos minerais e produtos agrícolas. O país é responsável por um terço do consumo mundial de estanho, carvão, minério de ferro, aço e algodão e quase um quarto da demanda mundial de óleo de soja, borracha, alumínio e cobre,

Trata-se de uma estratégia de investimento financeiro em prol do crescimento, influência e poder. Esse processo ocorre também em outros lugares, a exemplo do Peru, no qual a China já controla mais de um terço de todo setor mineral. Entretanto, afirma Abdeneur⁶⁵(1980, p.) “mas isso é uma cortina de fumaça”, pois os chineses estão jogando em um tabuleiro de xadrez diferente, diferente da clássica disputa bélica por poder, pois agora a competição é comercial. Além do mais, em meio a uma competição, requerem estratégias diferentes das tradicionais. De modos que, com uma ótica diferente da tradicional, Abdeneur (2010) começou a ver a China como mais um desafio para o Brasil do que uma oportunidade.

Assim, a reconfiguração realista do sistema internacional e da balança de poder apresenta novas facetas não bélicas, mas sim comerciais e que podem afetar tanto quanto, se não mais, a segurança do país, além de já apresentar um déficit na balança comercial Brasil-China e que amplia o espaço chinês extrarregional na América do Sul.

Nesse cenário,

O comércio bilateral entre Brasil e China aumentou substancialmente na última década. Entre 1996 e 2003, exportações do Brasil para a China cresceram quatro vezes entre 2000 e 2003; a participação do Brasil no mercado chinês aumentou de 0.43% em 2000 para 1.27% em 2003. Entretanto, as importações brasileiras da China estão crescendo rapidamente, e a balança comercial, que até 2003 apresentava um resultado positivo para Brasil, está sendo invertida. A composição da balança comercial mostra assimetrias (FLEURY,2006, p. 4).

O fato que tem se mostrado é que os investimentos chineses criam mais concorrência do que parceria e, nesse cabo de guerra, as empresas brasileiras saem perdendo. Por outro lado, há controvérsias e há quem diga que os recentes investimentos da China são bem-vindos, porque eles vão ajudar a financiar o desenvolvimento tão necessário, aumentando a oferta global de petróleo e recursos naturais em um momento em que muitos dos maiores bancos do mundo estão relutantes em emprestar.

⁶⁵ Roberto Abdeneur foi um dos brasileiros que construíram relações diplomáticas fortes do Brasil com a China. Ele era um embaixador a Pequim na década de 1980. Como embaixador do Brasil para os Estados Unidos há quatro anos, Abdeneur notou também que os Estados Unidos também estavam começando a se preocupar com a China.

Nesse contexto, apenas o Banco de Desenvolvimento da China já emprestou à gigante petrolífera brasileira Petrobras cerca de US\$10 bilhões de dólares em troca de um compromisso de longo prazo para enviar petróleo para a China (KLARE, 2010). Isto é, mais um fator que denota a estratégia de criação de uma relação assimétrica de dependência econômica entre a aquisição de recursos naturais por parte da China e a venda de produtos industrializados para a América Latina.

Por mais de dezoito séculos a China foi o Estado mais produtivo do mundo, caracterizado por ciclos sucessivos de abertura e fechamento de sua sociedade (KISSINGER, 2012; PINI, 2015). Esse processo refletiu diretamente em taxas constantes de crescimento econômico médio de 16,0% entre 1978 e 2013, explicado ainda por sua consolidação como um *global player* no comércio internacional, principalmente a partir da adesão à Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001 (KISSINGER, 2012). A China representa atualmente 8% do comércio global, bem diferente dos amargos 1% que representara nos anos 1980.

Essa guinada foi reflexo desse último ciclo de abertura (Planos Quinquenais) e a sua integração ao sistema internacional, com a entrada e participação em fóruns e instituições internacionais⁶⁶. Com efeito, desde a década de 1990, a política externa chinesa passou a fortalecer sua atuação multilateral, tornando-se mais assertiva e pragmática. O país percebeu que ao aderir aos regimes internacionais vigentes também poderia atuar no sentido de restringir a atuação do Ocidente e evitar seu isolamento (PINI, 2015).

É um processo definido por Pautasso (2011) como estando dentro de um contexto de transição sistêmica, caracterizado pelo rearranjo de forças no sistema internacional, o que se desdobra na abertura de espaços para países emergentes. No caso chinês, ocorre através de relações bilaterais coordenadas com os Estados e fazendo uso de um grande aporte de capital, além de inserção comercial e contrapartidas financeiras e políticas, tendo os recursos naturais como base de sustentação dos objetivos geopolíticos do Estado. Portanto,

deve-se buscar compreender não somente a maneira pela qual as relações de Pequim com a América Latina são determinadas, tendo em vista as características coletivas da relação com a região, como também os traços específicos de diferenciação no tratamento dado pela China aos países da região, com base na constatação que essas relações, na verdade, se dão de maneira heterogênea (Lamus, 2015; Leiteritz, 2015; Dosch e Dosch, 2015; Jenkins, 2015). A análise dos impactos do crescimento chinês nos países em desenvolvimento ganhou força a partir da adesão de Pequim à OMC, em 2001. Na América Latina, Costa Rica, Chile e Peru têm acordos de livre-comércio com a China e Venezuela, México, Argentina e Brasil possuem acordo de “parceria estratégica” com Pequim diferentes metodologias são utilizadas para determinar suas distintas nuances. Leiteritz insere essas diferenças no âmbito da projeção internacional chinesa em escala global: Autores como Leon-Manriquez e

⁶⁶ OMC em 2001

Jenkins apontam duas trajetórias distintas entre países da América Latina e o Caribe na sua relação com a China. Primeiramente, são destacados aqueles que se beneficiaram do crescimento chinês na última década por apresentarem economias complementares, fornecendo matéria-prima e recursos naturais a Pequim, basicamente países da América do Sul como Chile, Brasil e Argentina. Posteriormente pontua-se os que viram a China tornar-se um concorrente potencial e, em certa medida, desleal na disputa por mercados em comum, que é o caso do México e sua disputa com a China pelo mercado norte-americano. Percebe-se que as relações de Pequim com a região são fortemente pautadas pela ideia de “diversificação” das parcerias chinesas, tendo a América Latina figuração coadjuvante perante a diversificada pauta de relações comerciais e financeiras do gigante asiático, o que determina um padrão bastante assimétrico nas relações América Latina e Caribe-China (PINI, 2015, p. 8).

É um entendimento das várias facetas possíveis que a presença chinesa na América do Sul e que requerem um esforço brasileiro amplo e interagência no sentido de compreender a China tanto como um possível parceiro comercial positivo quanto sendo caracterizado como uma ameaça imediata. Isto é, essa ameaça dentro da atual dinâmica da multipolaridade, com os mais variados tabuleiros interconectados que a política internacional contém, especialmente junto ou em favor de um Estado que é *global player*.

Cervo e Lessa (2014) denominam esse processo como um declínio relativo brasileiro, evidenciado que após oito anos de uma presença externa “ativa e altiva” na região sul-americana, o Brasil foi alçado à condição de potência emergente, sob a égide do chanceler Celso Amorim. Contudo, agora o país é, frente à presença extrarregional chinesa e a falta de políticas estratégicas de liderança regional, configurado como em um declínio de influência regional direta em virtude da conjuntura política e econômica global diferente da ocorrida ao final da década dos anos 2000. Esses anos foram quando demonstrara um protagonismo do projeto de inserção internacional brasileiro na região sul-americana e que acabou, posteriormente à PEB de Amorim, gerando um processo de transição do eixo de influência brasileiro na região para o chinês (ACTIS, 2015).

Até então destacando o protagonismo brasileiro regional e extrarregional, muito através de uma diplomacia presidencial, algo que a China tem encampado, Alonso (2017) analisa as viagens do presidente chinês Xi Jinping à América Latina e destaca que contém uma mensagem clara: a China quer ser o principal aliado da região e aumentar agora sua influência política, cultural e social para ocupar o vazio criado pela ausente estratégia norte-americana. Segundo falas do próprio autor:

A viagem de Xi Jinping, recheada de simbolismo, sugeriu uma aceleração para aprofundar as relações entre a América Latina e seu país, que há 15 anos aumentou exponencialmente seus investimentos na região. Nesse tempo, o gigante asiático multiplicou por 22 vezes o volume de seu comércio com os países da região. Em 2016, investiu aproximadamente 90 bilhões de dólares (296 bilhões de reais) nos

países da área comercial do Brasil, Chile e Peru. Mas sua marca na América Latina já ultrapassa os âmbitos econômicos (ALONSO,2017, p.1).

Atualmente, potência chinesa já tem os maiores índices de comércio com a região e estenderá agora os níveis de investimentos, aumentando, por conseguinte, sua presença financeira e sua influência política. Isso em conotações cada vez maiores de uma mudança regional do eixo de influência brasileira para a chinesa. O resultado reflete-se em um processo de aprofundamento de uma nova dependência entre diversas áreas estratégicas, especialmente as de infraestrutura, energética e de mineração de recursos naturais, em decorrência das faltas de percepção quanto às estratégias chinesas que apontam não para a concretização de novas alianças econômicas, mas sim para uma nova relação de dependência. Nesse sentido,

A mudança do eixo de Brasília para Pequim, que muitos países da região têm experimentado, também tem uma explicação multicausal. Em primeiro lugar, o gigante asiático parece determinado a desempenhar ativamente seu papel de grande credor internacional. Em um cenário de fragilidade externa para muitos países da América do Sul produto da queda das principais commodities, a volumosa carteira chinesa aparece como a grande fonte de financiamento. Por isso, o maior envolvimento político da China na região é acompanhado e apoiado por seus recursos econômicos de poder, que exercem maior atração do que aqueles que Brasília pode oferecer. Paralelamente, o primeiro governo de Dilma Rousseff foi marcado por uma retração relativa no exercício da liderança regional, em comparação com os governos Lula (ACTIS, 2015).

Essa retração relativa em relações assimétricas bilaterais que marcam a relação China e América do Sul chama a atenção, pois segue um padrão de intercâmbio comercial em escala regional, o que evidencia uma relação Norte-Sul e não Sul-Sul como se posta (PINI, 2015). Assim, para o presente estudo, ao analisar os exemplos do Brasil, Chile, Argentina e Peru, constata-se que as exportações de matérias-primas e alimentos para a China, ao mesmo tempo em que contribuem para a geração de superávits comerciais, geram preocupação na medida em que há uma evidente assimetria qualitativa nessas trocas. Dentro das relações comerciais que desafiam a continuidade da participação brasileira regional, já que é destino de boa parte dos produtos manufaturados do país e ao passo que pode-se inferir que o Brasil e a China tendem a ter uma relação competitiva no médio e longo prazo, na medida em que aumentem, ou almejem aumentar, suas presenças na América do Sul são possíveis de gerar dependência, queda de participação de liderança regional brasileira e até conflitos.

De acordo com Cacciamali et al (2012), há o fato de que existe a percepção, para muitos, de que o Brasil continua sendo um país sem um modelo econômico bem definido de desenvolvimento de longo prazo. Ao contrário disso, a política externa brasileira vem sofrendo reveses e perda de protagonismo, em conjunto com a falta de linhas de ação

coordenadas regionalmente e extrarregionalmente. E essa indefinição incide e perpassa à sul-americana.

Paralelamente a esse processo, do outro lado, os acordos bilaterais entre China e diversos países da América do Sul no entorno estratégico brasileiro parecem demonstrar um esfacelamento da construção de políticas mais profundas de integração regional e criação de estratégias comuns de desenvolvimento e defesa. De acordo com Cacciamali, Bobik e Júnior (2012, p. 9):

No campo da política de comércio exterior, apesar de sua atuação de destaque ao liderar o G20, o Brasil, por conta de conflitos de interesses, sobretudo dos Estados Unidos, de um lado, e da Índia, de outro, acabou não obtendo os resultados almejados na Rodada Doha. Por sua vez, falhou ao não buscar alternativas, como os acordos comerciais bilaterais, como fizeram Estados Unidos, União Europeia e China, entre outros. Contudo, a despeito de sua pequena participação no total do comércio mundial, o Brasil possui destaque singular. É um dos grandes *players* no mercado mundial de minérios, do complexo de soja, complexo sucroalcooleiro, carnes e café, dentre outros. Possui ainda potencial nos mercados de cereais e produtos agroindustrializados em geral.

Esse processo é recente, mas com efeitos já visíveis e com resultados observados no continente africano, que passou pelo mesmo processo de presença extrarregional chinesa, e teve profundas alterações na estrutura econômica e na criação de laços de dependência com a China, especialmente com o alvorecer do século XXI e uma maior competitividade no cenário internacional por áreas de influência. Isto é, para a presente pesquisa, uma possível nova aplicação desta tese e do seu estudo sobre a presença extraterritorial de uma potência no controle de recursos naturais.

Nessa conjuntura, o Brasil poderia se postar com algumas estratégias de contenção da influência extrarregional na América do Sul, principalmente com vistas a manter o *status quo* na região e quiçá no mundo, já que a plataforma regional é um importante elemento de projeção de poder para o país. Pode-se citar então:

1) decidir permanecer na condição histórica de periferia econômica do sistema internacional, uma condição de exportadores de bens primários, mesmo com a ampliação e diversificação dos mercados na direção da Ásia e da China ou 2) implica rever a histórica e tradicional relação de proteção subordinada, primeiro sob a Grã-Bretanha desde o final do século XVIII até o final do século XIX, posteriormente sob os Estados Unidos até o momento. A construção de um sistema de segurança continental torna necessário que todos os países participem na condição de aliados estratégicos desse projeto e com a constituição de um sistema de segurança autônomo regional (CACCIAMALI; BOBIK; JÚNIOR, 2012, p. 11).

Nesses casos, a adoção de uma estratégia coletiva para a região poderia frear o declínio de influência brasileira e confirmaria a mudança de inserção na economia mundial, aliado a um maior poder de negociação na defesa dos interesses regionais. A significativa

presença chinesa na América do Sul atingirá um novo patamar se as promessas feitas pelo Premier em sua visita à região forem cumpridas no sentido de continuidade do aumento de investimentos na região, novos acordos bilaterais e aquisição de empresas e territórios previstos para os próximos anos.

Todo esse investimento em um quadro onde a China tornou-se o principal parceiro comercial do Brasil em 2009, quando ultrapassou os Estados Unidos, que era o tradicional detentor do posto. Em 2014, o comércio exterior com o país asiático foi de quase US\$ 78 bilhões, enquanto com os Estados Unidos o comércio atingiu US\$ 62 bilhões. A capacidade de influência política e econômica que os Estados Unidos possuem na região está em queda relativa à medida que a presença chinesa aumenta, ou seja, uma há uma correlação inversa. A China veio à América do Sul claramente para desafiar a potência americana em sua área de influência mais tradicional (MARQUES, 2011, p.1).

Nesse contexto, a mesma diplomacia presidencial que outrora levou o Brasil a posições de protagonismo internacional de destaque, agora é usada pela China no entorno estratégico brasileiro para firmar acordos bilaterais e alterar o eixo de influência localizado dentro da América do Sul para levá-lo para Pequim. Demonstra-se, assim, um processo gradual, mas não longo de perda de protagonismo brasileiro na América do Sul, principalmente por falta de uma diplomacia mais atuante, da ausência de acordos multilaterais e do esvaziamento de instituições regionais importantes, como a UNASUL, ou enfraquecimento do MERCOSUL.

Quando falamos de projeção de poder, Nascimento (2012) destaca que, nas Relações Internacionais, há cinco variáveis que devem ser consideradas como principais, são: natural, demográfico, econômico, tecnológico e ideológico. Nesse contexto, observa-se que a primeira delas, o fator natural, é uma condição primaz para facilitar, ou não, a projeção de poder, pois constitui o cenário onde se desenrola a política mundial. Ele é normalmente aceito como um fator que exerce tanto influência sobre a formação da índole nacional quanto sobre as Relações Internacionais. Utilizando a classificação relativa aos recursos de poder. Os recursos naturais referem-se à posse e a capacidade de utilização de matérias-primas e bens de uma determinada sociedade (PECEQUILO,2004).

Fiori (2014) analisa que algumas regiões são classificadas como zonas de fratura internacional, que são locais onde podem surgir conflitos e rebeliões que envolvam as grandes potências e as empresas que competem pelo controle da região. Por exemplo, é o caso da América do Sul, pois:

Por conta da presença abundante de recursos naturais comuns e raros, a América do Sul é considerada altamente estratégica para a nova etapa de acumulação capitalista e para a reprodução de seu modo de produção, inserindo-se numa nova pressão competitiva mundial que tende a se acentuar ainda mais com o aumento da demanda mundial pelo recursos (RODRIGUES; PADULA, 2017, p. 1).

Dessa forma, a presença chinesa e a consequente disputa cada vez mais acentuada por zonas de influência, pode ser alvo de uma leitura geopolítica, haja vista que tudo indica que a região ainda não foi incorporada na pressão competitiva mundial.

É um ambiente externo regional com que cada Estado se depara ao traçar sua própria estratégia, em um meio que envolve a presença de outros Estados, também lutando pela sobrevivência e por vantagens. Isso alinhado aos períodos de convulsão global e de constantes inovações tecnológicas, conduz a um renascimento das ideias sobre geopolítica, processo esse desencadeado, principalmente após a Revolução Industrial no século XIX, pois:

O avanço da industrialização, no século XIX, desencadeou uma nova corrida para o controle das fontes de matérias-primas Klare assinala que a influência dos recursos no cenário internacional dependerá dos padrões de evolução do consumo humano. Entre elas estava o petróleo, que se revelou decisivo para o desenlace das duas guerras mundiais. Na visão de Klare, o período da Guerra Fria constitui uma exceção nesse processo – embora a disputa internacional por recursos naturais estratégicos não tenha desaparecido nessa época, as preocupações dos Estados Unidos e da União Soviética se voltaram mais para a disputa por influência política e ideológica. “Agora, com o fim da Guerra Fria e o início de uma nova era, a competição por recursos irá desempenhar novamente um papel crítico nos assuntos mundiais”, escreveu (KLARE, 2010 apud FUSER, 2014, p. 12).

Isso significa que, semelhante outrora, mas agora com uma linhagem bem mais moderna e global de atuação, os recursos naturais se voltaram ao cenário de veículo motriz para projeção de poder e sobrevivência dos Estados, especialmente as potências. Fato que por si, considerando a presença chinesa mais constante no entorno estratégico do Brasil, já deveria ser visto pela ótica de defesa pelos brasileiros. Nesse contexto, o que Kaplan (2013, p. 2) chamou de possibilidade de surgimento de “períodos de convulsão” e luta por vantagens e sobrevivência, já se desenha nesse entorno estratégico aqui estudado.

No caso da China, a finalidade de assegurar o abastecimento estratégico de recursos não renováveis e suprir seu crescente consumo interno já levou, inclusive, a criação em 2007 de um fundo exclusivo para esse fim, o *China Investment Corporation*. Com uma carteira inicial de ativos de 200 bilhões de dólares, o fundo é destinado a apoiar as iniciativas das empresas chinesas para a aquisição de jazidas não exploradas e projetos em exploração em qualquer parte do mundo. Para esta tese, é um fato que deve ser considerado de suma importância para a análise aqui desenhada, porque:

O Estado chinês apoiou o investimento no exterior das empresas chinesas por meio da implementação de marcos regulatórios tendentes ao investimento, de subsídios diretos e indiretos, e oferecendo financiamento em condições favoráveis na forma de linhas de crédito e empréstimos com baixas taxas de juros por meio de instituições financeiras de propriedade do Estado. (LAGOS; PETERS, 2010 apud RODRIGUES; PADULA, 2017, p. 12).

Acerca da ótica nacional sobre a questão e a sua indicação como ameaça à segurança caso permaneça como está, Rodrigues e Padula (2017, p. 12) concordam que se faz necessária a construção de uma estratégia nacional e, conseqüentemente, regional, as quais chamam de “nacionalismo dos recursos naturais”, com vistas a abranger uma participação ativa e destaque na disputa política que envolve o poder sobre os recursos naturais e a segurança energética de produtores e consumidores. Essa conjuntura envolve desafios geopolíticos nacionais na América do Sul.

Nesse raciocínio, a análise geopolítica desta tese é fundamental para que se entendam as conjunturas geopolíticas regionais, a presença de atores extrarregionais e a subsequente ação dos Estados nesse processo de projeção de poder para áreas estratégicas regionais. Isso por meio uma visão realista das Relações Internacionais, pois o controle e a coordenação dos recursos naturais deve ser realizado pelo Estado, em estratégias estatais de desenvolvimento e de reconstrução via nacionalização dos recursos naturais deve prevalecer frente a interesses privados e externos (MEDEIROS, 2013). É o caso da China e que, nesta pesquisa, se adiciona a questão de segurança em preservar o controle dos recursos naturais estratégicos e as subsequentes indústrias de defesa neles dependente.

Essa conclusão se dá, principalmente, porque o objeto de análise sobre a presença extrarregional e o controle de fontes de recurso naturais se mostra contido em uma estratégia de Estado para a projeção de poder em uma forma diferente de exercer hegemonia se analisarmos a sua clara presença como forma de política estratégica no Livro Branco de Defesa da China, além de ser um processo replicando o já estabelecido no continente africano quando a presença chinesa precede a existente na América do Sul e o quadro estabelecido naquele continente vem a ser semelhante ao implementado aqui com o objetivo principal de evitar vulnerabilidades de fornecimento de *commodities* e garantir segurança energética.

Dentro dessa conjuntura, Jubran, Leães e Valdez (2015), fazendo uso de premissas de Arrighi (1996), fazem a leitura da ação de um Estado hegemônico perante economias menores como um exercício da capacidade de um Estado soberano exercer, simultaneamente, seu poder de coerção e de liderança moral e intelectual no núcleo do sistema internacional. Para isso, o Estado que pratica a coerção teria que mobilizar poder com seus mecanismos, do seguinte modo:

O país hegemônico mobiliza esse poder por meio da possibilidade ou ameaça de uso combinado de seus recursos de poder (território, população, recursos naturais, tecnologia, exércitos, finanças) com o fim de garantir o consentimento dos demais Estados em relação às suas políticas dentro do sistema internacional (JUBRAN;LEÃES;VALDEZ,2015, p. 10).

É esse um dos cerne da questão aqui estudada e que permeia a tese. Ainda segundo os autores supracitados os demais Estados mesmo sentindo-se coagidos a aceitar as políticas do país hegemônico, com políticas que, a princípio, podem parecer benéficas a todos os envolvidos, mas que denotam uma relação assimétrica entre produtos primários e produtos industrializados, veem nessa capacidade chinesa de influenciar e exercer liderança extrarregionalmente como alternativa a geração de renda, ainda que dentro de um processo de reprimarização da indústria, o que nos traz ao debate sobre esse quadro representar uma significação da China como parceira econômica ou ameaça em nosso entorno.

4.5 AMEAÇA OU PARCERIA ECONÔMICA: O DILEMA DE SEGURANÇA, OS RECURSOS E A INDÚSTRIA DE DEFESA

Esse fenômeno acerca da presença chinesa como ator extrarregional no entorno estratégico brasileiro remete esta tese a analisar o limite entre parceria econômica e ameaça à segurança regional. Viana (2015, p. 38) debate a possibilidade de ocorrência de uma corrida armamentista⁶⁷ financiada pela China, fazendo uso e demonstrando ser necessário considerar três variáveis: balança de ameaças; complexos regionais de segurança; e paradoxos da segurança. Complementa destacando que só analisar dados sobre armas não será suficiente para no entendimento multifacetado de narrativas, ações e reações observadas no subcontinente sul-americano.

Dados do *Stockholm International Peace Research Institute* (SIPRI) em 2016 comparam os gastos militares dos EUA (611 bilhões de dólares em 2016 ou 3,3% do PIB) com os da China (215 bilhões de dólares ou 1,9% do PIB). Ao analisar dados do SIPRI no ano de 2017, observa-se a China como maior vendedora e financiadora de processos de modernização e aquisição de armas na América do Sul, em especial nos Estados do entorno estratégico brasileiro. Essa questão faz Viana (2015) recuperar o conceito de dilema de

⁶⁷ A corrida armamentista é um componente característico: um país ou grupo de países busca melhorar suas capacidades militares (ofensivas ou defensivas); outro país ou grupo de países sente-se ameaçado por este aumento de poder militar e também passa a adquirir armamentos; e disso decorre uma espiral viciosa, em que cada parte tenta responder ao incremento de poder militar da outra com um ajuste adicional em sua própria capacidade militar (VIANA,2015, p. 2).

segurança e o questionamento sobre se, necessariamente, mais armas significa mais segurança na região ou pode significar uma ameaça à segurança nacional e ao subcomplexo regional de segurança. Poderia então essa leitura ser usada para explicar as sucessivas ocorrências de acordos bilaterais que projetam a China na região em detrimento do Brasil, porque:

A narrativa dos subcomplexos escancara as diferenças gerais em termos de percepções e práticas de segurança, e tais distinções têm repercussão no discurso político de que se apropriam os tomadores de decisão para justificar a aquisição de armamentos. Sobretudo, tais discursos visam a apresentar *uma* leitura – dentre as possíveis – acerca de *uma* relação – dentre as imagináveis – entre armas e violência (VIANA,2015, p. 12).

De acordo com supracitado autor, a associação positiva entre armas e segurança foi questionada no que John Herz (1950) chamou de “dilema de segurança”, segundo o qual a busca por poder entre os Estados, em um quadro de anarquia internacional e incerteza acerca das motivações dos demais atores, pode conduzir a uma espiral de hostilidades mútuas e acarretar em uma corrida armamentista.

A observância de uma questão dessa natureza depende da decisão política que se concentra grande parte das análises sobre percepção de ameaças⁶⁸, a qual pode colocar fim à escalada militar ou mesmo para evitar que essa tenha início. Por exemplo, devido à eventual existência de um histórico de interações amistosas envolvendo as partes. É um debate com diversas vertentes de análise acerca da incidência ou não de uma corrida armamentista financiada por capital chinês ou até o controle da indústria de defesa, se considerar que ela depende diretamente de fontes de recursos naturais. Em uma relação de causa e consequência, mais acessos chineses a controle de recursos naturais acarretariam mais influência na disponibilidade e custos de matérias-primas fundamentais à indústria de defesa.

Outra variável complementar ao dilema de segurança e que age em antagonismo é o paradoxo de segurança, segundo o qual quanto mais armas, menos segurança (BOOTH; WHEELER, 2008; VIANA,2015), pois:

Essa discussão adquire especial relevância no contexto de especulação sobre a existência de uma corrida armamentista na América do Sul. Desde meados dos anos 2000, o aumento acentuado de aquisição de armamentos por parte de alguns países

⁶⁸ O autor (Stephen Walt) trabalha a ideia de percepção a partir da reformulação da balança de poder como “balança de ameaça por considerar esta última mais adequada para pensar as tentativas de desestabilização do poder estadunidense no século XXI”. A perspectiva de Walt foi introduzida com o intuito de investigar como o engajamento dos Estados Unidos com alguns países da América do Sul afeta as dinâmicas regionais como um todo em termos de aquisição de armamentos. Assim, no período 2003-2007, a Rússia respondeu pelo fornecimento de 92% do armamento adquirido pela Venezuela¹¹. Esta dinâmica poderia ser interpretada sob uma lógica de mercado ou uma lógica de poder, mas parece mais adequado considerar que a primeira reforça e é reforçada pela segunda (VIANA,2015, p. 3).

da região tem sido considerado como uma escalada militar. A partir de 2003, a América do Sul registrou um incremento nos gastos militares anuais, passando de US\$ 40,1 bilhões a US\$ 61,1 bilhões em 2011 – tendência na qual Brasil, Chile e Colômbia respondem pelos valores absolutos mais expressivos: aproximadamente US\$ 32 bilhões, US\$ 10 bilhões e US\$ 7 bilhões em 2011, respectivamente (VIANA,2015, p. 2).

Esses dados apontam outro quadro consequente da projeção chinesa também como fornecedor de material bélico. Nessa linha, é preciso considerar os desafios analíticos de uma hipótese da natureza da presente tese. Assim, adota-se aqui os apontados por Viana (2015), a citar: em primeiro lugar, embora observe para uma tendência de incremento nos gastos militares, a América do Sul ainda apresenta uma das mais baixas taxas de aquisição de armamentos do mundo e a mensuração correta dos principais indicadores utilizados para mensurar a aquisição de armamentos por parte dos governos sul-americanos. A respeito desse último são: i) o percentual do produto interno bruto (PIB) dedicado ao orçamento de Defesa; II) o valor absoluto de aquisição de armamentos (que pode ou não coincidir com o orçamento previsto para Defesa); e iii) a especificação dos principais importadores.

Trata-se de considerar um processo de elevação dos gastos militares na América do Sul, especialmente pós anos 2000, e a presença extrarregional chinesa também como fornecedor, seja para equipar ou para modernizar diversas forças armadas em uma nova conjuntura econômica na região, assim como condicionado por processos da ordem global e regional que não se restringem à esfera militar (VILLA, 2008).

Essa nova leitura geopolítica aponta uma projeção da China caminhando até a América do Sul como fruto do período pós Guerra Fria, o qual “produziu expectativas de ausência de conflitos entre grandes potências e, nesse sentido, exigiu uma releitura da relação destas com o nível regional” (VIANA,2015). No caso da América do Sul, também dado o fato da redução dos incentivos tanto dos Estados Unidos quanto das grandes potências para se envolverem em disputas em regiões distantes e não mais consideradas estratégicas, abriu espaço para o desenvolvimento de dinâmicas regionais, cuja compreensão passa a constituir subsídio de fundamental importância para uma análise apropriada acerca da segurança internacional (BUZAN *et al.*, 1998; BUZAN; WAEVER, 2003; BUZAN; HANSEN, 2006; VIANA,2015).

É uma área que até então tinha uma liderança regional brasileira e que, ao entender a presença de um ator extrarregional como concorrente, pode suscitar um olhar mais estratégico para a região frente às diversas mudanças do sistema internacional. Há a necessidade de processos de integração regional com vias a manter a liderança brasileira no nosso complexo regional de segurança se mostra importante, pois um viés integracionista de países sul-

americanos tem importância além das questões comerciais e econômicas, mas também nos assuntos de segurança e defesa, especialmente na conjuntura pós-Guerra Fria (COSSUL,2016). Em suma,

O cenário internacional do período pós-guerra Fria é marcado por “profundas transformações, as quais redefiniram não apenas os esquemas de distribuição de poder, mas também a natureza dos vínculos estabelecidos entre os atores do sistema, os seus padrões de atuação e as suas formas de composição e articulação” (OLIVEIRA; LESSA, 2006, p. 1).

Um processo de projeção de poder por um ator extrarregional remonta o fluxo contínuo de mudança do sistema internacional frente à busca dos Estados por maximizar poder. No caso do entorno estratégico brasileiro, considera-se três possibilidades de mudanças relevantes nos sistemas, apontadas por Gilpin (1981) e Cossul (2016) e totalmente aplicáveis a conjuntura de análise e hipótese desta tese, seriam, em primeiro lugar, o reconhecimento da ocorrência de mudança do sistema que alterou a natureza dos atores e participes do sistema internacional, visto que a China está expandindo sua zona de influência silenciosamente e sem envolvimento direto com nenhum conflito bélico.

Em segundo lugar, a existência de uma mudança sistêmica, também em incidência na América do Sul, uma mudança na forma de controle ou governança de um sistema internacional. Ou seja, modificação na distribuição de poder, na qual a China cresce ao passo em que o Brasil perde espaço. E por fim, em terceiro lugar, uma mudança de interação com uma mudança na forma que os Estados se relacionam no sistema internacional.

O primeiro passo para essa análise deve, necessariamente, partir do final da Guerra Fria, momento no qual, de acordo com Cossul (2016), houve uma ruptura histórica com uma mudança sistêmica que engendra alterações na natureza dos vínculos entre os atores do sistema, nos seus padrões de atuação e nas suas formas de composição e articulação. Isso tudo apesar da até então liderança regional brasileira na região sul-americana na época, pois:

Em relação à América do Sul, Dilma Rousseff procurou manter as estratégias de política externa então em vigor de manutenção da estrutura de governança regional criada e adaptada durante o mandato do Presidente Lula. As afinidades com governos com matizes progressistas, assim como a ideia de transformar a região em um espaço geopolítico separado da América Latina foram mantidas. Mas a vontade política demonstrada por Lula de articular visões favoráveis à construção de uma liderança regional não foi mais sustentada. A ascensão de Rousseff esvaziou a dimensão política do comportamento brasileiro frente à região no que diz respeito às ações do Brasil como ator estruturador das instituições regionais e definidor de agendas, embora a UNASUL tenha seguido sendo a referência de atuação brasileira frente a situações de crise (SARAIVA, 2014, p. 8).

Isso demonstra como a falta de protagonismo da política externa brasileira contribuiu diretamente para a facilitação da projeção extrarregional chinesa na região. Foi um processo ocorrido especialmente nos últimos 20 anos e que não teve percepção do Estado brasileiro.

4.6 O PROCESSO DE PERDA DE ESPAÇO BRASILEIRO NO ENTORNO ESTRATÉGICO

Um processo de tendências multipolares tem como consequência, de acordo com Cossul (2016), a construção de um marco principal que significou o início desse processo de inserção chinesa na América do Sul seriam os atentados de 11 de setembro de 2001 nos EUA. Para ele, o atentado marcou o início de um novo campo de estudo, já que engendrou substanciais mudanças sistêmicas e ocasionou um deslocamento da política externa norte-americana da guerra às drogas para a guerra do terror.

Citando Buzan e Waever (2003) em relação a América do Sul, houve uma mudança das relações com os EUA dada a mudança de prioridades para outras regiões. Muito do espaço perdido pelo Brasil perante a China em seu entorno estratégico é fruto da falta de uma política de segurança em nível regional. Devido a esse 'vácuo' deixado pelo Brasil (VILLA,2010 apud COSSUL,2016), fato que somado a mudança de prioridades regionais dos EUA para o Oriente Médio, possibilitou a projeção chinesa na região. Se antes, de acordo com Cossul (2016), o Brasil aproveitou o espaço dado pelas mudanças sistêmicas para avançar em questões sensíveis (segurança, abordagens bilaterais e capacidade regional de construção de agenda multilateral própria) e, até então, inéditas, que dialogavam com todos os países sul-americanos, atualmente esse processo não segue mais no mesmo nível.

Na primeira década dos anos 2000, a política externa brasileira constituiu-se sobre uma nova matriz de inserção internacional, que já considerava a necessidade de construir processos de integração regional como característica para a busca pela garantia da segurança regional na América do Sul e no Atlântico Sul (SILVA,2014). Isso significa que já havia um reconhecimento do Estado no que tange à necessidade de construção de liderança e segurança regionais para manutenção do *status* de liderança brasileira junto aos países do entorno estratégico.

Algo que não se concretizou ao longo da primeira década dos anos 2000, sendo a região repetidas vezes coadjuvante na agenda internacional e partícipe como fornecedor matéria-primária inicialmente para os EUA e, posteriormente, para a China. Isso em uma

capacidade limitada de se contrapor a inserção extrarregional e sem uma percepção de segurança nessa seara, porque:

As questões de segurança dos países sul-americanos passam a ter uma resposta multilateral, enquanto a abordagem bilateral caracterizara os tradicionais diálogos na região. Todavia, “a capacidade do Brasil, e dos demais países da América do Sul, de contrapor-se à agenda norte-americana é, por óbvio, limitada” (SVARTMAN, 2014, p. 54).

Então, se já existia uma noção de políticas comuns de segurança, por qual motivo a China não teve dificuldades em projetar poder em nosso entorno? Cossul (2016) aponta os limitantes desse processo em se falando do Brasil, sendo: i) a ausência de capacidades para levar adiante os processos iniciados, deixando em segundo plano a Unasul e o Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS); e ii) retomada dos Estados Unidos no sentido de securitizar a questão do narcoterrorismo na região andina e na Tríplice Fronteira, o que inviabilizaria a manutenção da autonomia brasileira (COSSUL, 2016, p. 12).

Esse quadro configura um dos motivos pela falha da construção de uma comunidade regional de segurança e, como consequência, abre espaço para a conquista de espaço de um ator extrarregional na América Latina, no presente estudo a China. Isto é, é fruto de uma integração regional deficitária e carente de políticas definidas, haja vista que:

Como ressalta Couto (2003), a integração regional permanece como uma tarefa inconclusa, sobretudo em função da concorrência com outros projetos integracionistas que os vizinhos brasileiros advogam. Nesse sentido, apesar de a integração sul-americana ser tratada como estratégica pela diplomacia brasileira, não se pode afirmar que todos os 11 países do bloco sejam estratégicos para o Brasil (COUTO, 2003 apud COSSUL, 2016, p. 12).

A necessidade de reconhecimento de que defesa e segurança andam necessariamente atreladas a progresso e integração econômicas no entorno estratégico brasileiro é de fundamental importância. É um viés importante, pois somente a partir de um ambiente econômico e comercial bem estabelecido que se pode ou não ser precedido de uma motivação política para a integração sul-americana mas que não tem recebido a devida atenção do Estado quanto ao desenvolvimento de políticas regionais do Brasil para com os Estados do nosso entorno estratégico, ao contrário do desenvolvido pela China, confirmando a atuação extrarregional como estratégia de Estado.

A partir desse Capítulo, também é possível observamos que podemos estar vivendo a emergência de uma comunidade de insegurança na América do Sul, o que é complementado por Cabral (2010) como motivação para a busca de um novo modelo de Complexo Regional de Segurança para a América do Sul e a necessidade do fundamental desenvolvimento de uma

consciência política integracionista regional do Brasil para manutenção de segurança, já que os países do entorno estratégico brasileiro são destino direto de grande parte das nossas exportações e com a ampliação do conceito de entorno estratégico, já vista como o estado como de nosso interesse prioritário frente à presença de uma potência extrarregional, o que confirma nossa hipótese.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na presente tese, objetivou-se argumentar sobre o uso geopolítico do controle de recursos naturais por um ator, por meio de ações extrarregionais, no entorno estratégico de uma região divergente da sua. É o caso da China e da sua presença extrarregional no entorno estratégico brasileiro, especialmente ao projetar poder e controle sobre os recursos naturais e dos insumos da indústria de defesa dos países sul-americanos.

A pesquisa foi motivada pela necessidade de entender o fenômeno de presença extrarregional chinesa no entorno estratégico brasileiro visando testar a hipótese de motivação geopolítica de tal processo, além de observar como se concretizou e quais as consequências para o Brasil, também em se falando de segurança nacional.

Após um Capítulo inicial introdutório a presente tese, no Capítulo dois introduziu-se as contribuições teóricas da perspectiva realistas das Relações Internacionais, principalmente com a utilização de Mongenthau (2003), Baldwin (2013), Ratzel (1947) e Buzzan e Waever (2003). São pontos-chaves dessa análise entre poder, recursos naturais e a presença de ator extrarregional. A combinação dessas teorias evidenciou a importância do controle de recursos naturais como projetor de poder, assim como as suas consequências em releituras sobre as novas ameaças no entorno estratégico brasileiro. Assim, entende-se o elemento de extinção de vulnerabilidades e maximização de influência como mecanismos de expansão da China da Ásia para esse entorno estratégico em específico.

A Teoria Realista nos auxiliou a entender a ação chinesa como estratégia de sobrevivência e manutenção do ritmo de desenvolvimento através da busca por garantias de segurança energética e fontes de recursos naturais que abasteçam sua indústria, maximizem seu poder extrarregional. Com Carr, Baldwin e o Poder Relacional, utilizamos para entender como um ator A pode influenciar um ator B através de políticas de aquisição e inserção de investimentos com vistas a direcionar comportamentos.

Por fim, com a Teoria dos Complexos Regionais de Segurança de Buzan e Waever vimos como a ação de uma Potência (no caso extrarregional) pode levar o subcontinente sul-americano a uma reconfiguração de forças e poder, diminuindo a capacidade brasileira e ocasionando um processo de relação assimétrica com a China dentro de um processo de reprimarização da indústria regional.

No capítulo três, faz-se uma conjuntura sobre o processo de expansão chinesa da Ásia ao entorno estratégico brasileiro, observando, através da análise política, como a ascensão silenciosa fez parte de um projeto estratégico de expansão de poder e de controle de recursos

naturais. Buscou-se analisar como o processo de expansão extrarregional chinês possibilitou a saída de capital da Ásia até a América do Sul. Através de uma análise do documento de defesa chinês (Livro Branco de Defesa), do processo de inserção na África e posteriormente na América do Sul faz parte da estratégia de Estado de expansão e projeção de poder através das empresas estatais chamadas de “grandes campeãs”, em um processo iniciado especialmente pós anos 1980,

Após realização do estudo, observa-se que a presença chinesa no entorno estratégico brasileiro é parte de uma estratégia coordenada de garantia de fontes de recursos naturais e segurança energética, além de diminuição de vulnerabilidades econômicas, as quais pelo entendimento do Estado chinês, caminham junto com as vulnerabilidades de segurança. Não fez parte da presente tese analisar se os BRICS têm servido como um dos canais desse processo, o que pode ser analisado em uma outra possível vertente de pesquisas nessa seara.

Para a presente pesquisa, ressalta-se a importância da análise dos acordos bilaterais assimétricos, pois representam muito mais do que agregar vantagens econômicas aos países sul-americanos, mas sim construíram a inserção extrarregional chinesa e seus controles sobre os recursos naturais estratégicos da região. A análise dos acordos bilaterais com Chile, Peru, Argentina e Venezuela nos levou a concluir que a presença de capital chinês tem se acentuado em uma relação assimétrica com os países envolvidos, tornando-os exportadores de matérias-primas e importadores de ativos de produtos industrializados com mais valor agregado.

O Capítulo 4 teve como objetivo realizar um debate sobre a conceituação da presença chinesa como uma ameaça à segurança nacional ou uma oportunidade de desenvolvimento econômico. Em uma leitura sobre o que o Estado brasileiro conceitua como entorno estratégico, observamos que de 2008 – ano da publicação da primeira versão da END – até a versão atual de 2016 houve uma expansão conceitual com a inclusão de novas regiões como de interesse estratégico imediato brasileiro, além da reclassificação do Complexo Regional de Segurança Sul-americano, ao passo de não ter mais o Brasil como protagonista, sobretudo, com a presença chinesa como um potência extrarregional influenciando no subcontinente. Essa análise nos leva a um entendimento da necessidade de reclassificação do Complexo Regional de Segurança Sul-americano como unipolar e não mais centrado, agora com os chineses em seu polo.

Há também uma relação inversamente proporcional para o Brasil no que tange à expansão da projeção de seu poder na região da América do Sul, especialmente na exploração de recursos naturais. Desse modo, quanto maior for a presença chinesa no entorno estratégico brasileiro, menor será o poder e liderança do Brasil nessa região. Assim, o entendimento da

necessidade de desenvolvimento de uma estratégia política consolidada para atuação no entorno estratégico brasileiros e mostra clara no campo da geopolítica e, na conjuntura atual e com a presença cada vez mais acentuada da China na região, demonstra o quanto a ameaça se produz e reproduz nas proximidades dos países sul-americanos.

Analisando os investimentos chineses, também se observa que quase em sua totalidade estão focados não no desenvolvimento da região, mas em alianças comerciais bilaterais que assegurem a continuidade sempre expansiva do processo de importação de recursos naturais. Com isso, esses alimentem o desenvolvimento chinês e, em contraponto, que os mercados sul-americanos adquiram também em ritmo crescente os produtos industrializados da China.

Esse cenário afeta não só a indústria brasileira de bens como a de defesa, dado o fornecimento de matérias-primas. Para a presente tese, deve-se entender que essas questões que afetam não só a economia, mas também a indústria de defesa, devem ser tratadas como uma matéria de segurança nacional, como já faz a China. Quiçá, qualquer prejuízo ou ameaça ao desenvolvimento nacional também deve ser entendido como uma ameaça à segurança do país.

Chega-se ao ponto chave desta pesquisa que é a área do entorno estratégico e a sua importância tanto para o Brasil quanto para a China, dentro do jogo de disputa de poder e influência no sistema regional da América do Sul e ainda mais amplamente no sistema internacional. Entre os países da América do Sul, o Brasil é o mais desenvolvido e o maior produtor de manufatura, as quais têm no mercado regional (entorno estratégico) sua maior facilidade de vendas. Assim, por consequência, um ganho de espaço por capital chinês e a sua projeção de poder na região sul-americana vão acarretar a diminuição de vendas brasileiras.

Frente a tudo isso, observa-se que o estudo de caso apontado na presente tese coaduna e aponta para cenários de prospectivos de aumento da demanda e escassez mundial por recursos naturais, em conjunto com dependência tecnológica, assimetria entre exploração e desenvolvimento sustentável do meio ambiente, desigualdade e pobreza acentuados, etc. Esses cenários em grande parte ocasionados pela continuidade de concentração de poder nos países desenvolvidos e, no caso da presente tese, da influência extrarregional chinesa no entorno estratégico brasileiro. Portanto, deixa de ser uma simples parceria ou ameaça econômica para tomar conotações de segurança para o Brasil e seu entorno estratégico.

Em uma perspectiva realista, a presença chinesa e os ganhos econômicos dos acordos bilaterais com Estados do entorno estratégico brasileiro gerariam uma maximização de poder econômico e que, por sua vez, ampliaria a capacidade de influência chinesa na região. Assim, mostra-se importante que o Brasil implemente a sua Estratégia Nacional de Defesa em sua

totalidade, dando prioridade à América do Sul como principal área para projetar seu poder, por meio de acordos econômicos, protagonismo e integração regional. É uma preocupação que ainda carece de atenção nos documentos oficiais de defesa, apesar de ser apontado em documentos de cenários prospectivos, sobretudo os do Exército brasileiro, tais como EB2030 e EB2035⁶⁹, mas que não tem se transformado em políticas de Estado, sobretudo, não é vista como uma questão de segurança.

A partir do objetivo de estudo desta tese, concluímos que o alargamento da presença chinesa dentro do entorno estratégico tem ocasionado uma diminuição do espaço de projeção de poder brasileiro na região, ao passo em que a China tem expandido sua influência na região sul-americana, seguindo sua estratégia de crescimento econômico e de gastos militares para atender as demandas nacionais. Denota-se que, mesmo o Brasil tendo relações comerciais históricas com a China desde os anos 1950, hoje tem rotas discrepantes de desenvolvimento, estando o Brasil muito aquém do que a China conseguiu implementar em virtude da capacidade adaptativa à dinâmica constante de mudanças nas relações internacionais.

A presente tese então nos mostrou como um processo geopolítico tem peculiaridades que o faz diferente de um comum por se tratar de um Estado (China) projetando poder extrarregional de Ásia rumo a América do Sul com investimentos do Estado e através de empresas do Estado (grandes campeãs) em um processo que tende mais a uma relação Norte/Sul do que Sul/Sul, como se apresenta.

Assim, a China tornou-se o maior mercado para exportação e grande fornecedor de produtos manufaturados para muitos dos países da América do Sul e afetou, segundo Medeiros e Cintra (2015), o comércio dentro da região e nos países de acordo com seus diferentes padrões e estrutura produtiva. Favoreceu o deslocamento de mercados industriais e uma diminuição acentuada do crescimento econômico, especialmente após os anos 2008 e a subsequente crise econômica mundial. Na China, houve uma certa desaceleração econômica, com ritmos um pouco menores de crescimento, mas ainda bastante elevados em comparação por mundo e, sobretudo, partiram para uma projeção de poder e atuação na região da América do Sul, buscando mais fontes de recursos e mercados consumidores para os seus produtos industrializados.

Isso significa um constante processo de transformação do tabuleiro internacional, não somente pelo viés armamentista como fora ao longo do Século XX, mas também bem mais focado na seara econômica e energética, o que não deixa de ser uma ameaça à segurança,

⁶⁹Documentos disponíveis em:<www.eb.mil.br>. Acesso em 18 mai. 2018.

especialmente se utilizar uma leitura teórica realista de análise. Assim, a presente tese consegue compreender o real objetivo dos padrões geopolíticos de exploração de recursos naturais no entorno estratégico brasileiro por parte da China como ator extrarregional e sua projeção de poder.

REFERÊNCIAS

- ACTIS, E. De Brasília a Pekín. **La Nación**, 10 fev. 2015. Disponível em: <<https://www.lanacion.com.ar/economia/comercio-exterior/de-brasilia-a-pekín-nid1767048>>. Acesso em: 30 jun. 2017.
- ALONSO, Nicolás. China aumenta sua influência na América Latina diante da falta de estratégia dos EUA. **El País**, Washington, 11 dez 2017. Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/10/internacional/1512934739_361000.html. Acesso em: 09 jul. 2016.
- ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do Trabalho Científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- AMANCIO, Nelly Luna. Novo governo do Peru quer a China como sócia estratégica. **Diálogo Chino**, 15 jun. 2016. Disponível em: <<http://dialogochino.net/novo-governo-do-peru-quer-a-china-como-socia-estrategica/?lang=pt-pt>>. Acesso em: 09 jul. 2016.
- AMIN, Mario Miguel Amin. “A Amazônia na geopolítica mundial dos recursos estratégicos do século XXI”. **Revista Crítica de Ciências Sociais** [online], n. 107, 2015. Disponível em: <<https://rccs.revues.org/5993>>. Acesso em: 18 mai. 2016.
- AMORIM, Celso. **Desafios e Oportunidades para a Defesa no entorno estratégico brasileiro**. Palavras do Ministro da Defesa, Celso Amorim, na abertura da 1ª Jornada Estratégica da Chefia de Assuntos Estratégicos do EMCFA. Brasília, 14 de novembro de 2014. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/arquivos/2014/pronunciamentos/ministro/novembro/defesa_no_entorno_estrategico_brasileiro.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2016.
- ANDERSON, Richard. Quais são os negócios dominados pela China em outros países? **BBC**, 26 abr. 2015. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/04/150421_investimentos_china_lgb>. Acesso em 10 jul. 2016.
- AVILA, Fabrício Schiavo; MARTINS, José Miguel; CEPIK, Marco. “Armas estratégicas e poder no sistema internacional: o advento das armas de energia direta e seu impacto potencial sobre a guerra e a distribuição multipolar de capacidades”. **Contexto int.**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, 2009. pp. 49-83. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292009000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 Jul. 2016.
- BALDWIN, David A. “Power and International Relations”. In: CARLSNAES, Walter; RISSE, Thomas; SIMMONS, Beth A. (Eds.). **Handbook of International Relations**. 2 ed. Thousand Oaks, CA: SAGE Publications, 2013. pp. 273-297.
- BARBIERI JÚNIOR, Walter. **Uma análise do processo de constituição do Estado nacional como eixo da ascensão chinesa no capitalismo internacional**. 214f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). São Paulo: PUC-SP, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2015. Disponível em: <

<https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/3681/1/Walter%20Barbieri%20Junior.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

_____. “O atual revisionismo do modelo de desenvolvimento chinês”. In: **5 Congresso Uruguaio de Ciencia Politica**, Montevideo, 2014. Disponível em: <http://aucip.org.uy/docs/v_congreso/ArticulospresentadosenVcongresoAucip/AT5-EconomiaPolitica/WalterBarbieriJunior_Oatualrevisionismo.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2016.

BARBOSA, Alexandre F. & TEPASSÊ, Ângela C. (2009). “As Relações Comerciais entre Brasil e China de 1979 a 2008: Lições de estratégia política e econômica”. IN: OLIVEIRA, Henrique Altemani. *China e Índia na América Latina: desafios e perspectivas*. Curitiba: Juruá Editora. PP.:193-219

BARBOZA, David. China Starts Investing Globally. **The New York Times**, 20 fev. 2009. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2009/02/21/business/worldbusiness/21yuan.html>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

BECARD, Danielly Silva Ramos. O que esperar das relações Brasil-China? **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, v. 19, n.1, nov. 2011. pp. 31-44. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782011000400004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 ago. 2018.

BLAIR, Bruce; YALI, Chen; HAGT, Eric (2006). The oil weapon: myth of China’s vulnerability. **China Security**, n. 2, summer 2006. Disponível em: <<http://www.wsichina.org/%5Ccurr03.html>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

BLASKO, Dennis J. **The 2015 Chinese Defense White Paper on Strategy in Perspective: Maritime Missions Require a Change in the PLA Mindset**. China Brief , v.15, n. 12, 2015. Disponível em: <<https://jamestown.org/program/the-2015-chinese-defense-white-paper-on-strategy-in-perspective-maritime-missions-require-a-change-in-the-pla-mindset/>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

BOMJARDIM, Fabricio. China e Chile: aspectos da relação sino-chilena a partir de 2018. **CEIRI News**, de 21 de dezembro de 2017. Disponível em: <<http://ceiri.news/china-e-chile-aspectos-da-relacao-sino-chilena-partir-de-2018/>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

BRAGA, Marcos Vinicius Sales. **Geopolítica do Petróleo**. Educação, Geografia, s/d. Disponível em: <<http://educacao.globo.com/geografia/assunto/atualidades/geopolitica-do-petroleo.html>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Cenários em Defesa 2035**. s/d. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/arquivos/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/cadn/cenarios_defesa_2035.pptx>. Acesso em: 15 jun. 2016.

_____. **Política Nacional de Defesa - 2012**. 2012. Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/pnd.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

_____. **Estratégia Nacional de Defesa**. 2012. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/end.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

_____. **Minutas do Livro Branco, aa PND e da END estão disponíveis para leitura.** 2017. Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/noticias/29093-minutas-do-livro-branco-da-pnd-e-da-end-estao-disponiveis-para-leitura>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

BRAVO, Juliano dos Santos. “DAVID A. BALDWIN E O BALANÇO DO PODER NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS”. In: **6 Encontro da Associação Brasileira de Relações Internacionais**, Belo Horizonte, 2017. Disponível em: <http://www.encontro2017.abri.org.br/resources/anais/8/1499738655_ARQUIVO_ArtigoABRI2017.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2018.

BROZOSKI, Fernanda Pacheco de Campos. “Iniciativas na área de segurança e defesa do Atlântico Sul no âmbito das relações Sul-Sul”. **Revista Neiba, Cadernos Argentina Brasil**, v. 4, n. 1, 2015. pp. 151-160. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/neiba/article/view/13759>>. Acesso em: 20 Jul. 2017.

BUZAN, Barry. China in International society: is peaceful rise possible? **The Chinese Journal of International Politics**, v. 3, 2010.

_____.; WAEVER, Ole. **Regions and powers: the structure of international security.** Cambridge: Cambridge University, 2003.

CABRAL, Ricardo Pereira. **Complexo Regional de Segurança: a busca de um modelo para a América do Sul.** In: XIV Encontro Regional da ANPUH – RIO, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276513961_ARQUIVO_ComplexoRegionaldeSeguranca-Anpuh.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2017.

CACCIAMALI, Maria Cristina; BOBIK, Márcio; CELLI JR, Umberto. Em busca de uma nova inserção da América Latina na economia global. **Estud. av.**, São Paulo, v. 26, n. 75, ago. 2012. pp. 91-110, Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142012000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 ago. 2018.

CARR, Edward H. **Vinte anos de crise: 1919-1939.** Uma introdução ao estudo das Relações Internacionais. Universidade de Brasília: IPRI, 2ªed, 2001.

CEPAL. História da CEPAL. Disponível em: <<https://www.cepal.org/pt-br/história-de-la-cepal>>. Acesso em: 14 Mar. 2019

CEPIK, Marco. **Metodologia de Pesquisa em Relações Internacionais.** Disponível em: <http://professor.ufrgs.br/marcocepi/files/cepi_-_2008_-_metodologia_de_pesquisa_em_ri.pdf>. Acesso em: 10 Jul. 2015.

CESNAKAS, Giedrius. “Energy Resources in Foreign Policy: a theoretical approach”. **Baltic Journal of Law & Politics**, v. 3, n. 1, 2010. Disponível em: <https://www.academia.edu/8340541/Energy_Resources_in_Foreign_Policy_A_Theoretical_A_approach>. Acesso em: 10 jul. 2015.

CHANG, Lina; BOHRER, Carolina Pancotto. “A presença da China na América do Sul: características, impactos e perspectivas”. PONTES, Informações e Análises sobre Comércio e

Desenvolvimento Sustentável, v. 6, n. 3, 2010. Disponível em:
<<https://www.ictsd.org/bridges-news/pontes/news/a-presen%C3%A7a-da-china-na-am%C3%A9rica-do-sul-caracter%C3%ADsticas-impactos-e>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

CHINA. **China's Military Strategy**. 2015. Disponível em:
<<http://eng.mod.gov.cn/Database/WhitePapers/index.htm>>. Acesso em 12 jul. 2016.

_____. **China's Worldwide Reach**. 2011. Disponível em: <
<https://www.heritage.org/asia/report/chinese-outward-investment-more-opportunity-danger>>. Acesso em 10 jun. 2016.

CHINA assina acordo de livre comércio com o Chile. BBC Brasil, de 22 de agosto de 2006. Disponível em:
<https://www.bbc.com/portuguese/economia/story/2006/08/060822_chilechina_as.shtml>. Acesso em 10 jun. 2016.

CIA. **The World Factbook - China**. Disponível em: <
<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ch.html>>. Acesso em: 12 jul. 2017.

CINTRA, Maria Rita Vital Paganini. **China na América Latina: suas estratégias, interesses e as implicações dessa aproximação Sino-Latio-Americana no relacionamento triangular China - América Latina - EUA**. In: 3º ENCONTRO NACIONAL ABRI 2011, 3., 2011, São Paulo. Disponível em:
<http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000122011000300021&lng=en&nrm=abn>. Acesso em: 01 ago. 2018.

CINTRA, Marcos Antonio Macedo; PINTO, Eduardo Costa. China em transformação: transição e estratégias de desenvolvimento. **Rev. Econ. Polit.**, São Paulo, v. 37, n. 2, jun. 2017. pp. 381-400. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572017000200381&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 ago. 2018.

VENTANA al Asia. ¿Qué busca China en América Latina? **Clarín Economía**, de 22 abril de 2015. Disponível em: <http://www.ieco.clarin.com/economia/inversiones-China-Latinoamerica_0_1343865875.html>. Acesso em: 10 jul. 2016.

COELHO, Luciana. **Joseph Nye, o “Poder Suave” e o “Poder Inteligente”**. Disponível em:
<<https://timeriverflow.com/2012/01/09/1890/>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

COSTA, Fernando Nogueira. A Geopolítica do Petróleo. **Jornal GGN**, de 15 de janeiro de 2015. Disponível em: <<http://jornalggm.com.br/noticia/a-geopolitica-do-petroleo-por-fernando-nogueira-da-costa>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

COSSUL, Naiane Inez. “Atuação brasileira na agenda regional de segurança e defesa: possibilidades de autonomia diante das mudanças sistêmicas”. **Conjuntura Global**, v. 5, n. 2, mai./ago., 2016. pp. 333-349.

CUNHA, Eleonora Schettini Martins; SILVA, Fábio Mariano Espíndola. “Process-tracing e a produção de inferência causal”. **Teoria e Sociedade**, v. 22, n.2, jul-dez. 2014. Disponível em:

<<http://www.fafich.ufmg.br/revistasociedade/index.php/rts/article/viewFile/192/139>>.
Acesso em: 10 jul. 2016.

DALL'AGNOL, Augusto César. Ascensão da China e transição de poder: conflito entre a teoria neorrealista e a neoliberal. **Conjuntura Global**, v. 4, n. 1, jan./abr., 2015. pp. 102-112. Disponível em: <<http://www.humanas.ufpr.br/portal/conjunturaglobal/files/2016/02/10-Ascens%C3%A3o-da-China-e-transi%C3%A7%C3%A3o-de-poder-conflito-entre-a-teoria-neorrealista-e-a-neoliberal.pdf>> Acesso em: 10 jul. 2016.

DIAS, Margarida Maria Pinheiro Godinho. **A China no Séc. XXI: a evolução do sistema bancário e o futuro das reformas econômicas**. Dissertação de Mestrado. Universidade Técnica de Lisboa. Instituto Superior de Economia e Gestão, 2014. Disponível em: <<https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/1272>>.

DOSCH, Ana Lucía Salinas de; DOSCH, Jörn. “China’s Growing Influence in Latin America: The Quest for Resources and Power”. In: BACA, Sebastián Mantilla. **La expansión de China en América Latina**. Centro Latinoamericano de Estudios Políticos (CELAEP), 2015.

EUROPARL, Parlamento Europeu. **Segurança energética: “o jogo estratégico fundamental dos próximos 50 anos”**. De 26 de janeiro de 2009. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/pdfs/news/public/story/20090126STO47091/20090126STO47091_pt.pdf> Acesso em: 10 jul. 2015.

EVANS, John (1986), **OPEC: Its member states and world energy Market**. Londres: Longman. In *Global Oils Trend: The Asia-Pacific Market in the 1990s*. KinKeong Print.

FARIAS, Hélio Caetano. O Brasil e seu entorno estratégico: geopolítica e finanças na ampliação das relações com os países africanos. In: Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território, 1., 2014. Rio de Janeiro. **Anais**. Porto Alegre: Editora Letra1; Rio de Janeiro: REBRAGEO, 2014. pp. 612-624.

FERNANDES, Ricardo Cabral. “Os Estados Unidos e a transição para a multipolaridade: a crise na Ucrânia”. **Relações Internacionais**, Lisboa, n. 45, mar. 2015. pp. 25-43. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992015000100002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 05 ago. 2018.

FIGUEIREDO, Vanessa B. **EQUILÍBRIO DE PODER: A China Como Potência Balanceadora Do Poder Norte-Americano**. 32f. Monografia (Graduação em Relações Internacionais). Belo Horizonte: UNI-BH, Centro Universitário de Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <<https://unibhri.files.wordpress.com/2010/12/vanessa-figueiredo-equilc3adbrio-de-poder-a-china-como-potc3aancia-balanceadora-do-poder-norte-americano.pdf>>. Acesso em: 06 ago. 2018.

FLEURY, Maria Teresa L.; FLEURY, Afonso Carlos C. Brasil e China. **Especial Negócios Internacionais**, v. 5, n. 4, set./out. 2006.

FONSECA, E. **Meio ambiente e contas nacionais: a experiência internacional**. Contabilização econômica do meio ambiente. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1992.

FONTES, Márcio Schiefler. “Recursos naturais nas Relações Internacionais: O precedente do Brasil na Segunda Guerra Mundial”. Passagens. **Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, jan-abr. 2015. pp. 109-132.

FREITAS, Wesley R. S.; JABBOUR, Charbel J. C. “Utilizando estudo de caso(s) como estratégia de Pesquisa Qualitativa: boas práticas e sugestões”. **Estudo & Debate**, Lajeado, v. 18, n. 2, 2011. pp. 07-22.

FUCCILLE, Alexandre; REZENDE, Lucas Pereira. “Complexo regional de segurança da América do Sul: uma nova perspectiva”. **Contexto int.**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 1, jun. 2013. pp. 77-104. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292013000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 06 ago. 2018.

FUSER, Igor. **Os recursos energéticos e as teorias das Relações Internacionais**. Disponível em:<<http://www.geocities.ws/politicausp/relacoesinternacionais/tri/Fuser.pdf>>. Acesso em: 05 ago. 2018.

GOMES, Gabriel. SILVEIRA DA ROSA, Sergio. “O Pico de Hubbert e o Futuro da Produção Mundial de Petróleo”. **Revista do BNDES**, v. 11, n. 22, 2004. pp. 21 -49.

GONZALES, Selma Lúcia de Moura. **Segurança e Defesa: uma moldura teórico-conceitual**. Disponível em:<https://www.defesa.gov.br/arquivos/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/cedn/XIII_cedn/seguranca_e_defesa_uma_moldura_teorico_conceitual.pdf>. Acesso em: 10 out. 2018.

HAGE, José Alexandre Altahyde. A necessidade é a maior virtude: o pensamento realista nas Relações Internacionais. **Contexto int.**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, ago. 2008. pp. 523-527. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292008000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 05 ago. 2018.

HAKIME, Raphael. Veja o que o Brasil mais compra e vende da China. **R7**, 13 de maio de 2011. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/economia/noticias/veja-o-que-o-brasil-mais-compra-e-vende-da-china-20990408.html>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

HERRERA, Mladen Yopo. **China y América Latina: una relación positiva con varias interrogantes**. 2011. Disponível em:<<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/la-seguridad/08541.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

HERZOG, Gabrieli Juliani. **As exportações brasileiras entre 1992 e 2012: a caminho da “reprimarização”?** 43f. Monografia (TCC de Economia). Ijuí, Departamento De Ciências Administrativas, Contábeis, Econômicas e Da Comunicação, UNIJUÍ, 2013. Disponível em:<<http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/2024/Gabrieli%20Herzog.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 10 Jul. 2018.

HONGBO, Sun. “Modelo de cooperación energética entre China y América Latina”. **Revista Problemas del Desarrollo**, v. 176, n. 45, jan-mar. 2014.

HUNG, Ho-Fung. “A ascensão da China, a Ásia e o Sul Global”. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 22, n. 1, 2018. pp. 1-26. Disponível em: <

<http://www.scielo.br/pdf/rec/v22n1/1415-9848-rec-22-01-e182213.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

NASSER, Reginaldo Mattar; MORAES, Rodrigo Fracalossi de. (Orgs). **O Brasil e a segurança no seu entorno estratégico**: América do Sul e Atlântico Sul. Brasília: Ipea, 2014. 284 p.

JENKINS, R; PETERS, E.D. **China and Latin America**. Economics relations in the twenty century. Studies. German Development Institute. Bonn/ Cidade do México, 2009.

JUBRAN, Bruno Mariotto; LEÃES, Ricardo Fagundes; VALDEZ, Robson Coelho Cardoch. **Relações internacionais: conceitos básicos e aspectos teóricos**. Disponível em: <https://www.fee.rs.gov.br/wp-content/uploads/2015/05/20150525relacoes-internacionais_-conceitos-basicos-e-aspectos-teoricos.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2016.

JUSTO, Marcelo. Las cinco principales inversiones de China en América Latina. **BBC**, de 5 de maio de 2014. Disponível em:<http://www.bbc.com/mundo/noticias/2014/05/140428_china_america_latina_inversiones_lp>. Acesso em: 11 Jul. 2016.

KLARE, Michael T. **Resource Wars: the new landscape of global conflict**. Nova York: Metropolitan Books, 2001. 289p.

_____. “The new Geography of Conflict”. **Foreign Affairs**, vol. 80, n. 6, mai-jun/2001. pp.49-61.

_____. **The Geopolitics of War**. The Nation, de 11 de maio de 2001. Disponível em: <<http://www.thenation.com/article/geopolitics-war>>. Acesso em: 20 de jul. de 2015.

_____. **The race for what`s left**: the global scramble for the world`s last resources.

KEOHANE, Robert O; NYE, Joseph S. **Power and Interdependence**: World Politics in Transition. Boston: Little-Brown, 1989.

VENEZUELA ratifica China como um pilar para sua economia. **Exame**, 21 de julho de 2014. Disponível em:< <http://exame.abril.com.br/economia/noticias/venezuela-ratifica-china-como-um-pilar-para-sua-economia>>. Acesso em: 10 Jul. 2016.

KOCH-WESER, Iacob. **Chinese Energy Engagement with Latin America: A Review of Recent Findings**. 2015. Disponível em:< <http://www.thedialogue.org/wp-content/uploads/2015/05/IAD9783ChinaLAweb.pdf> >. Acesso em: 11 jul. 2016.

LACERDA, Gustavo Biscaia de. “Algumas teorias das relações internacionais: realismo, idealismo e grocianismo.” **Revista Intersaberes**, v.1, n. 1, jan-jun. 2006. pp. 56–77. Disponível em: <<https://www.uninter.com/intersaberes/index.php/revista/article/viewFile/87/61>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LASSWELL, Harold D.; KAPLAN, Abraham. Power and Society. **A framework for political inquiry**. Yale University Press, 1950.

LEITE, Alexandre Cesar Cunha. “Soberania e segurança no contexto chinês atual”. **Revista de Estudos Internacionais (REI)**, v. 1, n. 2, 2010.

_____.; MÁXIMO, Jéssica Cristina Resende. **Segurança e soberania no contexto chinês**. Disponível em: <<http://www.proceedings.scielo.br/pdf/enabri/n3v1/a03.pdf>>. Acesso em: 10 Jul. 2016.

LIM, Alvin Cheng-Hin. Latin America and China’s ‘New Normal’ – Analysis. **Eurasia review**, de 28 de março de 2015. Disponível em: <<http://wpfdc.org/blog/economics/19418-latin-america-and-china-s-new-normal>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

LOURENÇO, Milton. Em vez da ALCA, a China. **Campo Grande News**, de 28 de março de 2015. Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/artigos/em-vez-da-alca-a-china>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

MACHADO, Iran F. Indústria mineral. **Estudos Avançados**, v. 12, n. 33, 1998. pp. 41-65. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141998000200004&lng=en&tlng=pt>. Acesso em: 20 ago. 2017.

MAISONNAVE, Fabiano. China compra empresas de energia no Brasil por R\$ 3 bi. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 18 de maio de 2010. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1805201002.htm>>. Acesso em: 20 ago. 2017.

MARCELLA, Gabriel. **La Actividad Militar China en América Latina**. Ventas de Armas, Intercambios Militares, Ejercicios Conjuntos—Militarmente Hablando, ¿Qué Exactamente están Tramando los Chinos en el Hemisferio? Disponível em: <http://www.airpower.au.af.mil/apjinternational/apj-s/2012/2012-2/2012_2_04_marcella_s.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2017.

MARMELO, Sandro Miguel Pereira. **O mercado petrolífero Mundial: a necessidade de um multilateralismo de gestão energética**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Coimbra, Estudos de Economia Política Internacional. Universidade de Coimbra, 2009.

MARQUES, Guilherme Bez. China na América do Sul e o aprofundamento de uma nova dependência. **Huffpost Brasil**, de 25 de maio de 2015. Disponível em: <https://www.huffpostbrasil.com/guilherme-bez-marques/china-na-america-do-sul-e-o-aprofundamento-de-uma-nova-dependenc_a_21681191/>. Acesso em: 20 ago. 2017.

MATOS, Ralfó. “População, recursos naturais e poder territorializado: uma perspectiva teórica supratemporal”. **R. bras. Est. Pop.**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, jul./dez. 2012. pp. 451-476.

MEARSHEIMER, John J. The tragedy of great power politics. New York: W. W. Norton & Company, 2001.

_____. “China's Unpeaceful Rise”. **Current History**, v. 105, n. 690, apr. 2006. pp. 160-162.

_____; WALT, Stephen M. **The Israel lobby and U.S. Foreign Policy**. New York: Farrar, Straus&Giroux, 2007.

MEDEIROS, Carlos A. “Recursos naturais, nacionalismo e estratégias de desenvolvimento.” **Oikos**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, 2013. pp. 143-167.

_____.; CINTRA, Maria Rita Vital Paganini. “Impacto da ascensão chinesa sobre os países latino-americanos.” **Revista de Economia Política**, v. 35, n. 1 (138), jan-mar/2015. pp. 28-42.

MEDEIROS, Francisco de Assis da Silva. **Guia para elaboração de monografias**. 3.ed. Manaus: Fucapi, 2007. 88p.

MENDES, Raquel. **Fatores de Poder**. Disponível em: <<https://fichasmarra.wordpress.com/2010/05/02/446/>>. Acesso em: 11 jul. 2016.

MILARÉ, Luís Felipe Lopes; DIEGUES, Antônio Carlos. “Contribuições da era Mao Tsé-Tung para a industrialização chinesa.” **Rev. Econ. Contemp.**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, maio/ago/2012. p. 359-378. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rec/v16n2/a09v16n2.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2017.

MINGST, Karen A.; ARREGUÍN-TOFT, Ivan M. **Princípios de Relações Internacionais**. 6 ed. Rio de Janeiro, Elsevier, 2016.

MONTEIRO, Licínio Caetano do Rego. **Geopolítica da segurança na América do Sul: o papel do Brasil e os dilemas de uma região em transição**. L’Espace Politique [Enligne], v. 31, n. 1, 2017. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/espacepolitique/4160>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

MORAIS, Karina. Faixa Petrolífera Orinoco. **Panorama Cultura**, de 30 de outubro de 2010. Disponível em: <<http://panoramacultural.com.br/petroleo-do-orinoco/>>. Acesso em: 07 jul. 2016.

MORGENTHAU, Hans J. **A política entre as nações**. Universidade de Brasília, 2003.

NAKATANI, Paulo; FALEIROS, Rogério Naques; VARGAS, Neide César. “Histórico e os limites da reforma agrária na contemporaneidade brasileira”. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 110, jun. 2012. pp. 213-240. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282012000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 ago. 2017.

NAUGHTON, Barry. **China: Economic Transformation Before and After 1989**. Disponível em: <<https://pdfs.semanticscholar.org/02e5/b77c98d6afef55a5cc1b7f0cf0425a1c44a0.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2017.

NYE, Joseph S; KEOHANE, Robert. **Power and Interdependence**. Scott, Forest and Company. Boston, 1989.

NETO, Walter Antonio Desiderá. “A transição de poder na década que se inicia”. In: IPEA. Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais. **Boletim de economia e política internacional**. n.1, jan./mar. 2010. Brasília: Ipea. Dinte, 2010. Disponível em: <<https://ccgi.fgv.br/sites/ccgi.fgv.br/files/file/Publicacoes/Impactos%20da%20crise%20economica%20e%20financeira%20na%20regula%C3%A7%C3%A3o%20do%20comercio%20internacional%20-%20BEPI.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2017.

O INTERESSE voraz da China nas terras estrangeiras. **Epoch Times**, de 25 de novembro de 2013. Disponível em: <https://www.epochtimes.com.br/o-interesse-voraz-da-china-nas-terras-estrangeiras/#.V5Ipj_mAOk>. Acesso em: 15 jul. 2016.

OLIVEIRA, Andréa Benetti Carvalho de; SILVA, Caroline Cordeiro Viana e. Política de defesa nacional, estratégia nacional de defesa e doutrina militar de defesa: América do Sul e segurança regional. In: 3º ENCONTRO NACIONAL ABRI 2001, 3., 2011, São Paulo. **Proceedings online**. Associação Brasileira de Relações Internacionais Instituto de Relações Internacionais - USP, Disponível em :<http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC000000122011000100021&lng=en&nrm=abn>. Acesso em: 22 jul. 2016.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. **China: perspectivas e desafios**. III Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional. Brasília: FUNAG, 2008.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de; LESSA, Antônio Carlos. Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas. V.1 São Paulo: Saraiva, 2006.

OLIVEIRA, Lucas Kerr. **Energia como recurso de poder: Geopolítica, estratégia e o papel do Centro de Decisão Energética**. 400f. Tese (Doutorado em Ciência Política). Porto Alegre, 2012. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/76222/000892922.pdf?sequence=1>>. Acesso em 22 Jul 2016.

_____. **Energia como recurso de poder: Geopolítica, estratégia e o papel do Centro de Decisão Energética**. In: I Seminário Internacional de Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, setembro de 2015. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/sicp/wp-content/uploads/2015/09/OLIVEIRA-2015-Geopol%C3%ADtica-Energ%C3%A9tica-dos-Pa%C3%ADses-Emergentes.pdf>>. Acesso em: 22 jul. 2016.

OLIVEIRA, Marcos Guedes de. **Ameaças regionais e extrarregionais e as respostas do Brasil**. Disponível em: <<http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/CEEEArE/issue/view/103>>. Acesso em: 22 jul. 2017.

ONUBR. “40% de todos os conflitos internos dos últimos 60 anos estão associados a recursos naturais”. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/onu-40-de-todos-os-conflitos-internos-dos-ultimos-60-anos-estao-associados-a-recursos-naturais/>>. Acesso em: 04 jul. 2016.

PAIVA, Luiz Eduardo Rocha. **O jogo do poder na faixa atlântica do entorno estratégico nacional e seus reflexos para a defesa e projeção do Brasil**. Secretaria de Estudos Estratégicos (Núcleo de Estudos Prospectivos), Estado-Maior do Exército, 2013

_____. **Perspectivas de conflitos na Amazônia e reflexos para a Defesa Nacional**. In: Seminário de Segurança da Amazônia (2011: Manaus) Seminário de Segurança da Amazônia - Brasília: Presidência da República, Secretaria de Assuntos Estratégicos, 2012.

PAMPLONA, João Batista; CACCIAMALI, Maria Cristina. “O paradoxo da abundância: recursos naturais e desenvolvimento na América Latina.” **Estud. av.**, São Paulo, v. 31, n. 89, abr. 2017. pp. 251-270. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142017000100251&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 ago. 2018.

PAUTASSO, Diego. OLIVEIRA, Lucas Kerr de. “A Segurança Energética da China e as Reações dos EUA”. **Contexto internacional**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, mai/ago. 2008. pp. 361-398.

PECEQUILO, Cristina Soreano. **Introdução às Relações Internacionais**: Temas, atores e visões. Editora Vozes, 2004.

PÉREZ, C. “Dinamismo tecnológico e inclusión social em América Latina: una estrategia de desarrollo productivo basada en los recursos naturales”. **Revista de la CEPAL**, n.100, abr. 2010.

PINI, André Mendes. **A crescente presença chinesa na América Latina: desafios ao brasil**. In: Boletim de Economia e Política Internacional, BEPI, n. 21, set./dez. 2015. Disponível em: <repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6473/1/BEPI_n21_Crescente.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2015.

PODER TERRESTE. **O poder nas relações internacionais**. Disponível em: <<https://www.forte.jor.br/2018/07/18/o-poder-nas-relacoes-internacionais/.html>>. Acesso em: 10 Jul. 2016.

POMFRET, John. **China invests heavily in Brazil, elsewhere in pursuit of political heft**. Washington Post Staff Writer, de 26 de julho de 2010. Disponível em: <<http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2010/07/25/AR2010072502979.html>>. Acesso em: 10 jul. 2016

Portal CAVOK. **Argentina: J10 ou J F17** Disponível em:<<http://www.cavok.com.br/blog/tag/argentina/>>. Acesso em: 10 Jan. 2019.

QUINTANA, Juan Uriburu. **China’s Strategic Partnerships in Latin America: Energy Resources and Food Security (1990-2010)**. Disponível em:<http://paperroom.ipsa.org/papers/paper_14780.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2016.

REIS, Bruno Cardoso. O poder e as relações internacionais: Entrevista com Joseph Nye. **Relações Internacionais**, Lisboa, n. 31, set. 2011. pp. 181-190, disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992011000300015&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 05 ago. 2018.

- RIBEIRO, Wagner Costa. Geografia política e gestão internacional dos recursos naturais. **Estud. av.**, São Paulo, v. 24, n. 68, 2010. pp. 69-80. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142010000100008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 05 jul. 2017.
- RODRIGUES, B., PADULA, R. (2017). **Geopolítica do lítio na América do Sul e as divergentes políticas públicas nacionais**. Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais, v.6, n.11, jan./jun. 2017. pp.197-220. Disponível em:<<https://seer.ufrgs.br/austral/article/viewFile/66687/43949>>. Acesso em: 04 jul. 2016.
- ROLO, Larissa Marques. **Relações Comerciais entre China e América do Sul: Os Impactos na América do Sul e no Brasil**. 61f. Monografia (Graduação em Economia). Araraquara, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2013. Disponível em:<<http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/122961/000822119.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 04 jul. 2016.
- ROSA, Rui Namorado. Geopolítica do petróleo e gás natural. **Jornal GGN**, de 19 de outubro de 2014. Disponível em: <<http://jornalggn.com.br/blog/almeida/geopolitica-do-petroleo-e-gas-natural>>. Acesso em: 10 Jul. de 2015.
- ROSENAU, J. N. **Turbulence in world politics**. A theory of change and continuity. Princeton: Princeton University Press, 1990.
- SAINT-PIERRE, Héctor Luis. “Defesa” ou “Segurança”? Reflexões em conceitos e ideologias. **Contexto Internacional**, v.33, n.2, jul/dez 2011.
- SANTOS, Leandro Wolpert dos. **O processo de securitização da energia e suas condições facilitadoras**. CEDIN, 2010.
- SANTOS, Leandro Teixeira dos; MILAN, Marcelo. “Determinantes dos Investimentos Diretos Externos Chineses: Aspectos Econômicos e Geopolíticos”. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, vol. 36, no 2, julho/dezembro 2014, p. 457-486
- SARFATI, Gilberto. **Teorias de Relações Internacionais**. Saraiva, 2005.
- SARAIVA, Miriam Gomes. Balanço da política externa de Dilma Rousseff: perspectivas futuras? **Relações Internacionais**, Lisboa, n. 44, dez. 2014. pp. 25-35. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992014000400003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 06 ago. 2018.
- SENHORAS, Elói Martins. GAMA NETO. Ricardo Borges. “Petróleo como arma de poder: uma contextualização venezuelana nas relações internacionais.” **Meridiano 47**, n. 105, abr. 2009. pp. 24-26. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/722>>. Acesso em: em 26 mai. 2015.
- SENHORAS, E. M.; MOREIRA, F. A.; VITTE, C. C. S. “A Geografia da Paradiplomacia Subnacional na América do Sul”. **Revista Scripta Nova**, v. 12, n. 266, 2008.

SENHORAS, E. M.; MOREIRA, F. A.; VITTE, C. C. S. **A agenda exploratória de recursos naturais na América do Sul: Da empiria à teorização geoestratégica de assimetrias nas relações internacionais.** Disponível em:

<<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geopolitica/16.pdf>>. Acesso: em 26 mai. 2015.

SERRA, A. M. de Almeida. **China: as reformas económicas da era pós-Mao.** Disponível em: <<http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/chinarevmac.pdf>>. Acesso em: 04 jul. 2016.

SEVARES, Julio. **Inversiones chinas en América Latina: oportunidades y desafíos de una relación económica emergente.** Disponível

em:<<http://web.isanet.org/Web/Conferences/FLACSO-ISA%20BuenosAires%202014/Archive/a85cb0df-bd3b-410b-8995-9b69c15049b6.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

SILVA, Natasha Pergher. **O Complexo Regional de Segurança da América do Sul: um estudo de Barry Buzan e OleWaever.** 2011. Disponível

em:<https://www.academia.edu/12313941/O_Complexo_Regional_de_Seguran%C3%A7a_da_Am%C3%A9rica_do_Sul_um_Estudo_de_Barry_Buzan_e_Ole_Waever>. Acesso em: 10 jul. 2016.

SOARES, Eduardo Coelho Maxnuck; CASTILHO, Marta dos Reis. **O impacto das importações chinesas na indústria brasileira nos anos 2000.** Disponível em: <

http://www.anpec.org.br/encontro/2014/submissao/files_I/i9-acc8b9f95790afc4c7a1bd05c2df05a0.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2015.

SOIS, TullioDamin da. “O entorno estratégico do brasil: elementos históricos e atuais”.

Congresso de Pesquisa e Extensão da Faculdade da Serra Gaúcha, v. 3 n. 3, 2015: Anais - III Congresso de Pesquisa e Extensão da FSG (2015). Disponível em:<

<http://ojs.fsg.br/index.php/pesquisaextensao/article/view/1653>>. Acesso em: 12 jul. 2016.

SOUZA, Leonardo Silveira de. “A presença chinesa na América do Sul”. **Revista**

Mundorama, 2010. Disponível em: Disponível em:<<https://www.mundorama.net/?article=a-presenca-chinesa-na-america-do-sul-por-leonardo-silveira-de-souza>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

SUKUP, Viktor. A China frente à globalização: desafios e oportunidades. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 45, n. 2, dez. 2002. pp. 82-113. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292002000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 mar. 2018.

TEIXEIRA JÚNIOR. Augusto Wagner Menezes. A América do Sul como conceito geopolítico: do “hemiciclo interior” ao entorno estratégico. **In: V Congresso**

Latinoamericano de Ciencia Política. Asociación Latinoamericana de Ciencia Política, Buenos Aires, 2010. Disponível em:< <http://cdsa.aacademica.org/000-036/232.pdf> >. Acesso em: 14 jul. 2016.

UNCTAD, Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento. **Handbook of Statistics.**New York: United Nations Publication, 2013. Disponível:

<https://unctad.org/en/PublicationsLibrary/tdstat38_en.pdf>. Acesso em: 20 Jan. 2019.

VADELL, J. “The north of the south: the geopolitical implications of “Pacific Consensus” in South America and the Brazilian dilemma”. **Latin American Policy**, v. 4, n. 1, 2013. pp. 36-56.

_____. “A China na América do Sul e as implicações geopolíticas do Consenso do Pacífico”. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, v. 19, n. 1, nov. 2011. pp. 57-79. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782011000400006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 06 ago. 2018.

VIANA, Manuela Trindade. **Ameaças, complexos e paradoxos: as especificidades do regional na busca por segurança na América do Sul**. Disponível em: <<https://cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/download/270/248>>. Acesso em: 06 ago. 2018.

VIEIRA, Flávio Vilela. “China: crescimento econômico de longo prazo”. **Revista de Economia Política**, v. 26, n. 3, 2006. pp. 401-424. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572006000300005&lng=en&tlng=p>. Acesso em: 06 ago. 2018.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes. A novíssima China e o Sistema Internacional. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, v. 19, n. 1, nov. 2011. pp. 131-141 Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782011000400009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 Jul. 2016.

WALTZ, Kenneth N. **Theory of International Politics**. New York: McGraw Hill, 1979.

WATKINS, M. A. “Staple Theory of Economic Growth”. 1963. In: GRANT, H.; WOLFE, D. (Ed.) *Staples and Beyond: select writings of Mel Watkins*. Montreal, Canada: McGill-Queens University Press, 2006. pp.5-29.

WILSON, Jordan. **China’s Military Agreements with Argentina: A Potential New Phase in China Latin America Defense Relations**. Disponível em: <<http://origin.www.uscc.gov/sites/default/files/Research/China%27s%20Military%20Agreements%20with%20Argentina.pdf>>. Acesso em: 14 Jul. 2016.

YERGIN, Daniel. “Ensuring Energy Security”. **Foreign Affairs**, v. 85, n. 2, mar-abr./2006. pp. 69-82.

ZECA, Emílio J. **Moçambique: Exploração de Recursos Energéticos, Privação Relativa, Conflito e Segurança**. CEEI-ISRI, ano I, n. 01, abr. 2013. Disponível em: <http://www.isri.ac.mz/docs/ceei/ceei_4_13.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2016.

ZIBECHI, Raúl. Surpresa: duas derrotas dos EUA na América do Sul. **Outras Palavras**, de 15 de outubro de 2012. Disponível em: <<http://outraspalavras.net/mundo/america-latina/eua/>>. Acesso em: 10 jul. 2017.